



Título:
CAMINHO DE VOLTA: TECNOLOGIA NA BUSCA DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DESAPARECIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Prof. Dra. Gilka J. Figaro Gattás
Claudia Figaro-Garcia

Colaboradores:
Prof. Dr. Eduardo Massad
Profa. Dra. Linamara Rizzo Battistella
Profa. Dra. Cintia Fridman
Prof. Dr. Luis Fernandes Lopez
Prof. Dr. Chao Lung Wen
Marcelo Moreira Neumann
Cristina Harumi Sumita
Marli Rodrigues Vieira
Tânia Maria Queiroz Reis Boccia
Priscila Kohler

Revisão técnica do texto:
Lais de Almeida Cardoso

Edição:
Secretaria Especial de Direitos Humanos
Conanda

ISBN:
978-85-89169-02-8

Design gráfico:
Maurício Sumita

Produção:
YM Gráfica Ltda

Tiragem :
1.000 exemplares

Patrocínio financeiro da edição:
Caixa Econômica Federal

1ª Edição:
maio de 2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gattás, Gilka J. Figaro
Caminho de volta : tecnologia na busca de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo / Gilka J. Figaro Gattás, Cláudia Figaro-Garcia. – São Paulo: Secretaria Especial de Direitos Humanos : CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2007.

Bibliografia.

1. Adolescentes desaparecidos 2. Crianças desaparecidas 3. Pessoas desaparecidas – Busca – São Paulo (Estado) 4. Tecnologia I. Figaro-Garcia, Claudia. II. Título.

07-4157

CDD-362.829765098161

Índices para catálogo sistemático:

1. São Paulo : Estado : Crianças e adolescentes
desaparecidos : Tecnologia de busca :
Problemas sociais 362.829765098161

**CAMINHO DE VOLTA:
TECNOLOGIA NA BUSCA DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DESAPARECIDOS NO ESTADO DE
SÃO PAULO**

Gilka J. Figaro Gattás
Claudia Figaro-Garcia

São Paulo
2007



Agradecimentos

Ao longo de dois anos estivemos envolvidos no planejamento e execução do **Caminho de Volta** no Estado de São Paulo. Nesse período produzimos muito mais que ciência e tecnologia na busca de nossas crianças e adolescentes desaparecidos. Compartilhamos experiências, agregamos parcerias e trouxemos a discussão da gravidade deste fenômeno na esfera acadêmica, política e social.

Desejamos registrar nossos agradecimentos a todos aqueles que disponibilizaram investimento financeiro, profissional e pessoal para colaborar com a equipe do **Caminho de Volta**.

- A todos os profissionais que trabalham na Secretaria da Segurança Pública - SSP do Estado de São Paulo, em especial à Polícia Civil e à Superintendência da Polícia Técnico-Científica.

- À Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP, pelo apoio e incentivo recebidos.

- Ao Centro de Ciências Forenses do Departamento de Medicina Legal - CenCiFor, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por tornar disponível a estrutura física e funcional do **Caminho de Volta**.

- Ao Laboratório de Investigação Médica – LIM-40 do Hospital de Clínicas da FMUSP.

- À Fundação Faculdade de Medicina - FFM, pela parceria e interlocução com as entidades governamentais e privadas.

- À Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH, da Presidência da República, por meio da SubSecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente pela confiança, estímulo e apoio sempre demonstrados, que possibilitou a implantação do **Caminho de Volta** em todo o Estado de São Paulo e a sua inserção na ReDESAP - Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

- À Secretaria da Justiça e da Cidadania e à Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADS, do Estado de São Paulo, pelo importante apoio.

- Ao Tribunal de Justiça e Ministério Público do Estado de São Paulo, que possibilitaram importantes discussões éticas sobre os direitos da criança e do adolescente.

- Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA, pelo apoio sempre demonstrado.

- À Ordem dos Advogados do Brasil/Seção São Paulo e ao Centro de Referência da Criança e do Adolescente - CERCA.

- À Fundação Criança, pelo estímulo e apoio constante.

- À ACADEPOL - Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra” da Polícia Civil de São Paulo e o seu Centro de Direitos Humanos e Segurança Pública “Celso Vilhena”, pela parceria e reconhecimento de nosso trabalho.

- Às Universidades Nove de Julho, Presbiteriana Mackenzie e Paulista.

- À Fundação Bradesco, pelo apoio, credibilidade e investimento que possibilitaram o início do funcionamento do **Caminho de Volta**.

- À Nossa Caixa S.A. pelo apoio, confiança e investimento recebidos.
- Aos funcionários da Votorantim Celulose e Papel, que generosamente contribuíram, individualmente, na campanha “*Conte Comigo*” em prol do **Caminho de Volta**.
- À Suzano Papel e Celulose, pela doação de matéria-prima que possibilitou a concretização deste livro.
- Ao Instituto Mauricio de Sousa, cuja parceria foi resultado de sua sensibilidade em prol da infância, por meio da Turma da Mônica.
- À Socicam - Sociedade Civil Campineira e ao SP-Trans/São Paulo Transportes, que disponibilizaram seu espaço de trabalho e seus funcionários na campanha “*Seu filho desapareceu?*”, cuja finalidade era promover a sensibilização da população de São Paulo para o fenômeno do desaparecimento.
- A toda a equipe do Jero Produção de Vídeo e Cinema, cujo profissionalismo e seriedade permitiram que a mensagem do **Caminho de Volta** pudesse chegar à população de maneira sensível e objetiva.
- Ao Sr. Alexandre Reis, cuja a trajetória profissional tem sido pautada pelo compromisso em defesa da criança e do adolescente e pelo constante incentivo ao **Caminho de Volta**.
- Ao Sr. André Hwan da Indústria Harmonia, pela confecção dos brindes que simbolizam o **Caminho de Volta**.
- A todos aqueles que trabalharam e contribuíram para a manutenção do **Caminho de Volta** nesses dois anos de execução, principalmente aos psicólogos, técnicos de laboratório e estagiários, cujo entusiasmo, dedicação e espírito positivo enriqueceram nosso trabalho.

Este livro é dedicado às famílias e às crianças e adolescentes que viveram e ou continuam a viver o pesadelo do desaparecimento, na esperança de que os resultados aqui apresentados possibilitem um caminho de volta às suas famílias, à sociedade, mas, principalmente, um caminho que lhes permita viver com dignidade e segurança.

São Paulo, 28 de maio de 2007

Prefácio

O tema das crianças e dos adolescentes desaparecidos tem merecido atenção especial da Secretaria Especial de Direitos Humanos. No início de 2003 a SubSecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente implantou um cadastro em rede digital, integrando um grande coletivo de parceiros, composto por delegacias especializadas de polícia, universidades e organizações sociais da sociedade civil. Além desta ação, o governo federal, ao longo dos últimos anos, desenvolveu campanhas de mobilização social e capacitou equipes em novas tecnologias e estratégias de inteligência para uma efetiva atuação na busca de crianças e adolescentes desaparecidos. Tais projetos ganharam prioridade com a aprovação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária em dezembro de 2006 pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social.

Estima-se que no Brasil, anualmente, ocorram cerca de dez mil ocorrências de desaparecimento infanto-juvenil sejam registradas em delegacias de polícia. Muito embora a maioria destes casos tenha solução rápida, cerca de 10 a 15% das crianças e dos adolescentes permanecem desaparecidos por longo período ou até mesmo nunca reencontrados.

O ***Caminho de Volta***, que ora conhecemos através desta publicação, é um destes importantes parceiros da SEDH para minimizar os impactos do desaparecimento no grupo familiar. Trabalhando na perspectiva do direito à convivência familiar e comunitária, este programa atende famílias que tiveram seus filhos desaparecidos, com idades inferiores há dezoito anos.

Um dos pontos inovadores do programa se dá através da implantação de um banco de DNA, as famílias cedem uma gota de sangue para a análise do perfil do DNA e o material fica arquivado com segurança, para fins de identificação humana. Aprendemos, com a leitura do livro, que a análise do DNA na identificação humana é hoje uma discussão mundial, principalmente em decorrência do número de acidentes de massa que têm sido registrados em diferentes partes do mundo. A falta de uma identidade biológica ao nascimento, que possa ser utilizada em circunstâncias específicas que vão desde troca de crianças em maternidades, seqüestros, desaparecimentos (voluntários ou não), guerras, ataques terroristas, ou mesmo acidentes de massa, tem sido objeto de discussão em diferentes segmentos da sociedade em todo o mundo.

Além do banco de DNA, o programa fornece suporte psicossocial aos familiares durante todo o processo de busca, e tem focado suas pesquisas na identificação das causas destes desaparecimentos, visando estabelecer medidas de prevenção e de políticas públicas.

Ou seja, por vários motivos, é realmente inspiradora a experiência relatada neste projeto, em especial porque acena para metodologias de intervenção que poderão ser disseminadas e internalizadas nas políticas públicas de direitos de crianças e adolescentes em outras regiões do país.

Carmen Silveira de Oliveira

**Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança do Adolescente
Secretaria Especial de Direitos Humanos – Presidência da República**



**CAMINHO DE VOLTA:
TECNOLOGIA NA BUSCA DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DESAPARECIDOS NO ESTADO DE
SÃO PAULO**





SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
PREFÁCIO	VII
1. DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA BREVE INTRODUÇÃO	15
2. HISTÓRICO DO CAMINHO DE VOLTA	25
2.1 LANÇAMENTO.....	26
2.2 LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR.....	28
2.3 SALA DE ATENDIMENTO NO DHPP.....	29
2.4 PORTARIAS, CONVÊNIOS, PROJETOS FINANCIADOS E DOAÇÕES.....	29
2.5 CAMPANHA SOBRE O DESAPARECIMENTO INFANTO-JUVENIL.....	31
2.6 PUBLICAÇÕES.....	32
3. METODOLOGIA DO CAMINHO DE VOLTA	
3.1 ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS.....	37
3.2 BANCO DE DADOS.....	40
3.3 BANCO DE DNA.....	41
3.3.1 BANCO DE DNA CRIMINAL.....	42
3.3.2 BANCO DE DNA PARA PESSOAS DESAPARECIDAS.....	43
3.4 ROTINA DA EQUIPE.....	46
4. RESULTADOS PARCIAIS DO CAMINHO DE VOLTA	51
4.1 ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS.....	51
4.2 ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES ENCONTRADOS.....	54
4.3 ANÁLISE DOS PERFIS DE DNA.....	55
4.4 ESTUDO CASO-CONTROLE.....	59
4.5 TABELAS.....	61
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
6. REFERÊNCIAS	85
7. ANEXOS	
ANEXO I – EXPANSÃO DO CAMINHO DE VOLTA NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	91
ANEXO II – PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, ENCONTROS E SEMINÁRIOS.....	103
ANEXO III – PREMIAÇÕES.....	106
ANEXO IV – CAMPANHA SOBRE O DESAPARECIMENTO INFANTO-JUVENIL.....	107
ANEXO V – QUESTIONÁRIO FAMÍLIA.....	108
ANEXO VI – QUESTIONÁRIO CRIANÇA/ADOLESCENTE.....	112



1. DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA BREVE INTRODUÇÃO



1. DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA BREVE INTRODUÇÃO

A definição do termo desaparecido ou desaparecimento é extremamente complexa e até hoje não existe um consenso único. Para muitas pessoas o termo vincula-se a uma ação praticada por terceiros para um determinado fim, colocando a vida daquele que desapareceu em risco (motivos políticos, crimes de extorsão, crimes sexuais, vingança). Para outros o desaparecimento pode estar vinculado a um desastre natural (furacões, tsunamis, enchentes, avalanches) ou acidentes com meios de transporte (avião, navio, barco).

Mas para a polícia, por exemplo, uma pessoa desaparecida é aquela que sumiu sem deixar vestígios, ou seja, até que se prove o contrário, ela não foi levada por ninguém, uma vez que pode ter desejado desaparecer (motivos pessoais) ou desapareceu por problemas decorrentes da idade (senilidade) ou por problemas de saúde (deficiência mental). Portanto, o desaparecimento pode ocorrer por vontade própria do indivíduo ou não, com pessoas de ambos os sexos e de qualquer faixa etária, porém por motivos diferentes.

No Brasil, a falta de pesquisas sobre o tema dificulta ainda mais uma definição geral com relação ao desaparecimento, que tenha concordância entre os pesquisadores. A partir de uma pesquisa organizada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, Oliveira e Geraldles (1999) fizeram um estudo sobre o perfil das pessoas que desaparecem no Brasil. Os pesquisadores queriam avaliar como os desaparecimentos eram notificados nos seus estados de origem e quais os procedimentos policiais utilizados nas investigações. Concluíram que as investigações sobre pessoas desaparecidas no Brasil estavam extremamente comprometidas pela desorganização dos dados uma vez que cada estado adotava uma maneira de cadastrar os desaparecimentos com equipamentos e sistemas diferentes.

Entretanto, não importa se o desaparecimento é decorrente de um acidente, de um desastre natural ou de um crime. O fundamental é que o desaparecimento provoca uma incógnita para a família, abre um vazio que não consegue ser preenchido a não ser que o desaparecido seja encontrado. Assim, apesar de as causas serem importantes para a compreensão do fenômeno em si e para a construção de políticas públicas, as famílias precisam de apoio nessa hora; precisam sentir que as organizações competentes estão se mobilizando para encontrar o familiar desaparecido, vivo ou morto. O que diferencia a morte de um desaparecimento é que nela há um corpo que transmite a materialidade de uma vida que se foi, seja qual for o motivo. No desaparecimento de alguém, a materialidade da pessoa se apresenta nas suas fotos, nas roupas deixadas no armário, nos seus objetos de uso pessoal, no seu quarto, nos brinquedos, enfim, nas lembranças que a família insiste em tornar vivas até que se prove o contrário. Enquanto a esperança mobilizar sonhos e ações dos familiares de pessoas desaparecidas, cabe ao Estado mobilizar sua competência técnica, estratégica e financeira para dar uma resposta a estas famílias.

Em particular, o desaparecimento de uma criança, em qualquer circunstância, é certamente um dos piores pesadelos que um pai ou uma mãe pode viver. Apesar de não ser um fenômeno de proporções epidêmicas, sua natureza traumática, com profundas repercussões sobre a família e a comunidade, justifica a atenção e o empenho

do governo e da sociedade para a solução de cada um dos casos de que se tenha notícia.

De acordo com a ReDESAP - Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (<http://www.mj.gov.br/desaparecidos/>),¹ em torno de 40.000 ocorrências são registradas no Brasil anualmente. No Estado de São Paulo, os dados estatísticos fornecidos pela 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), indicam 8000 registros de desaparecimentos de crianças e adolescentes ao ano.

Embora os números sejam alarmantes, existem poucos estudos para avaliar as razões desses desaparecimentos no Brasil, principalmente porque não existe uma coleta de dados homogênea e sistemática que possa gerar estatísticas confiáveis como verificaram Oliveira e Geraldes (1999).

Segundo a ReDESAP, dentre as possíveis causas de desaparecimento infanto-juvenil estão: fugas de lares e instituições, conflitos de guarda, fugas com namorado (a), perdas, negligência, situação de rua, acidentes, intempéries ou calamidades, tráfico para fins de exploração sexual, extorsão mediante seqüestro, transferência irregular de guarda (perda de contato), homicídio, extermínio e até situações que não possuem causas identificadas. (<http://www.mj.gov.br/desaparecidos/>).

O desaparecimento de crianças e de adolescentes merece um estudo mais sistematizado com relação às suas causas e a serviços que unam esforços para sua prevenção. Esse tema, inclusive, faz parte do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069, pp.30, 2000), que prevê no Livro II parte especial, Título I Da Política de Atendimento, Capítulo I Disposições Gerais, os artigos 86 e 87, a saber:

[...] “Art.86: A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art 87: São linhas de ação da política de atendimento: IV- serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos” [...]

O desaparecimento de crianças e adolescentes pode ocorrer devido a atos criminosos praticados por terceiros, apesar de os mesmos não serem considerados pela polícia como desaparecimento e, sim, crime. No Código Penal (Pinto et al., 2005) um desses crimes é a subtração de incapazes, descrito no Capítulo IV do artigo 249. O sentido técnico que o Direito Penal dá para subtração é a retirada às escondidas de coisas ou de pessoas, do poder ou do lugar em que se encontram. A subtração de incapaz também aparece no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8069, pp.54, 2000), por meio da Seção II referente aos crimes contra a espécie:

[...] “Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com fim de colocação em lar substituto. Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.”

No I Encontro Nacional da ReDESAP de 2005, um importante resultado obtido foi a aprovação da Lei Federal 11.259, publicada em Diário Oficial no dia 2 de janeiro de 2006. Essa lei determina que seja feita a investigação imediata do desaparecimento de crianças e adolescentes após a notificação aos órgãos competentes, como Delegacias de Polícia, Delegacias Especializadas, Varas de Infância e Juventude e os Conselhos Tutelares.

Essa lei foi sancionada no dia 30 de dezembro de 2005 e transformada em um segundo parágrafo no Art.208, Livro II, Título VI, Capítulo VII do Estatuto da Criança e

¹ Criada em 2002 pela SubSecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República.

do Adolescente (Lei 8069, pp.50, 2000) estabelecendo que:

[...]“A investigação imediata do desaparecimento de crianças e adolescentes será realizada imediatamente após a notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido.” [...]

Em todo o mundo, o fenômeno do desaparecimento infanto-juvenil mobiliza ações governamentais que, em parceria com organizações não governamentais, buscam soluções e medidas preventivas. Nos Estados Unidos o *National Center for Missing e Exploited Children* (NCMEC) há 20 anos presta auxílio para a população americana e de outros países por meio da sua *home page* (www.missingkids.com), que serve como fonte de busca e divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, publicações, pesquisas e *links* com outras agências do governo, principalmente com a polícia. Uma das ações do NCMEC é o chamado *Amber Alert* (*America's Missing: Broadcast Emergency Response*). A origem desse alerta foi em decorrência da subtração e assassinato da menina Amber Hagerman, de 9 anos, ocorrido em um cidade no interior do estado norte americano do Texas. A comunidade, por conta própria, começou a divulgar fotos da menina em todos os meios de comunicação numa tentativa de mobilização coletiva para encontrá-la. Essa ação teve tamanha repercussão que os órgãos governamentais americanos transformaram-na em um alerta nacional para casos de desaparecimento infanto-juvenil. O NCMEC adota alguns critérios para que o Amber Alert seja acionado, e um deles é que a criança esteja correndo perigo de morte. Outras importantes ações de busca e prevenção também são estabelecidas em diferentes países da Europa e América Latina (Figaro-Garcia et al.²).

No Brasil, informações fornecidas pelos dados policiais parecem indicar que o número de desaparecimentos aumenta com a chegada da puberdade e da adolescência, principalmente nas meninas, sendo a fuga do lar um dos principais tipos de desaparecimento para os adolescentes. Entre os fatores facilitadores dessa fuga estão incluídos os conflitos familiares, a violência doméstica e suas subcategorias, como maus-tratos e abuso sexual intrafamiliar ou até, simplesmente, o desejo de aventura ou de escapar da pobreza doméstica. O número elevado de meninas desaparecidas na faixa etária de 13 a 18 anos levanta suspeita de que esses desaparecimentos possam estar associados com o envolvimento e tráfico de crianças para a rede de exploração sexual, uma vez que, segundo os dados do estudo de Leal & Leal (2002) há 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas utilizadas pelo crime organizado para explorar sexualmente mulheres, jovens e crianças brasileiras.

O tempo de busca de uma criança desaparecida pode muitas vezes se prolongar por anos, dificultando seu pronto reconhecimento. Considerando-se a ausência de registros de identificação logo ao nascimento, fica impossível a comparação dessas características biológicas pessoais e únicas por outro meio que não a análise do perfil de DNA. Nesse sentido, um banco de DNA dos pais e/ou familiares de crianças desaparecidas permite uma rápida e precisa comparação de filiação (e conseqüente identificação) quando necessário o confronto entre as partes. Esse sistema é útil não só nos casos de envelhecimento do desaparecido, como também na identificação de restos mortais. Nesse processo é imprescindí-

² Figaro-Garcia C, Gattás GJF, Fridman C, Herzberg E. O desaparecimento infanto-juvenil no Brasil e no mundo. *Revista de Saúde Pública*, submitted, 2006.

vel a elaboração de um sistema de informática que possibilite o cruzamento seguro e rápido dessas informações quanto ao perfil do DNA e de dados relativos ao desaparecimento.

Nos estados de direito, a identificação da pessoa é uma necessidade social e legal sendo uma obrigação do Estado. Uma das grandes dificuldades encontradas na tentativa de localização de crianças e adolescentes desaparecidos reside no fato de que o sistema de identificação ora em vigor no Brasil não exige ou prevê que os indivíduos nascidos no país possuam, desde a infância, um registro de identidade, o que só ocorre bem mais tarde, normalmente no final da adolescência, quando esses indivíduos são civilmente identificados, por meio da carteira de identidade. Soma-se a isto a falta de um cadastro nacional único de identificação. A tentativa de reparar esses equívocos veio por meio de leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069, pp.11, 2000), que apregoa no seu Art. 10 que:

[...] “ Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos; II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente” [...]

Dessa forma, sempre que se encontra uma criança sem origem definida, em condições de abandono ou exploração de qualquer sorte, torna-se extremamente difícil estabelecer sua identidade e origem. Mesmo quando a criança encontrada guarda alguma semelhança com outra anteriormente dada como desaparecida, os problemas ainda são grandes. Ao se estabelecerem contatos com sua possível família de origem, para confirmar a relação de maternidade/paternidade, é gerada uma série de transtornos, como o deslocamento de pessoas e o profundo desgaste emocional dos envolvidos.

Os processos utilizados na tentativa de localização de crianças desaparecidas são basicamente estabelecidos por consensos internacionais. O primeiro passo consiste na declaração oficial do desaparecimento pelo boletim de ocorrência (B.O.), realizado nas delegacias, depois de o fato ter sido percebido. Após esse procedimento as famílias são encorajadas, por meio de campanhas públicas governamentais ou não, a preencher uma ficha de desaparecimento (pode ser feita inclusive pela internet), juntamente com a foto da criança na época do desaparecimento, a qual deverá ser divulgada em diversos meios de comunicação. Métodos atuais de simulação de envelhecimento por manipulação da imagem ajudam no reconhecimento da criança após vários anos do desaparecimento. Essa técnica, que ainda hoje é feita por um desenhista, requer fotos dos pais, em diferentes idades, para que o envelhecimento possa ser projetado. Isso na nossa realidade muitas vezes é quase impossível, pois a própria foto da criança desaparecida (se existir!) nem sempre fornece detalhes suficientes para ajudar na sua localização.

Muitas dessas ações são adotadas no Brasil, mas o que observamos é que elas são pulverizadas e, muitas vezes, sem qualquer nexo entre si. Além disso, observamos a falta de controle dos Conselhos de Assistência Social e dos Direitos da Infância e do Adolescente tanto no âmbito Municipal, Estadual ou Federal, pois uma das missões desses órgãos seria a criação de uma sinergia para a consolidação da Rede de Proteção à Infância e Adolescência.

Todavia, essas medidas não são suficientes para deter o desaparecimento de pessoas e muito menos ajudar em sua localização. As leis possuem limites e elas, por si só, não corrigem as mazelas e as distorções sociais que estão na base do desaparecimento em nossa sociedade. Por isso, a coleta de informações sobre as crianças desaparecidas deve ser o mais completa possível e incluir, além de dados biométricos e fotos, também informações sobre marcadores biológicos moleculares que permitam estabelecer os vínculos de filiação entre os pais e/ou familiares e as crianças que forem localizadas.

Com todas essas questões consideramos que o problema do desaparecimento de crianças e adolescentes ainda não está no foco central da agenda pública, dando a sensação de que o tema está “desaparecido” da ótica dos Governos e da Sociedade em Geral. É nesse sentido que devemos articular e pautar a problemática com todos os segmentos sociais para tirar essa invisibilidade. Portanto, soluções ou medidas preventivas com relação ao desaparecimento infanto-juvenil devem também ser propostas e discutidas nas organizações não-governamentais, nos movimentos populares, nas entidades de classe, nas universidades, entre tantos outros representantes da sociedade civil e dos governos que têm a obrigação democrática de criar políticas sociais articuladas. Porém, a fragmentação das políticas sociais que ocorre nos governos colocou a questão do desaparecimento como um problema de segurança pública, esquecendo que ela também é um fenômeno de saúde (física, psíquica e social) e de assistência social. Assim, destacamos que a Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (Colin e Fowler, 1999) prevê no Art. 2 que:

[...]“ A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes. “ [...]

A questão do desaparecimento como outras violações de direitos. Entendemos que “proteger” ou dar “amparo” está no conjunto das ações de Assistência Social que devem fortalecer as macro políticas, para que possam subsidiar aqueles que dela necessitam.

Portanto, vemos a importância da prevenção no cômputo da sociedade. Medidas de esclarecimentos tanto informativas como formadoras dos diversos segmentos sociais ajudariam na diminuição dos altos índices de desaparecimentos. Concluímos que a política social é um conjunto de práticas, ações, atendimentos e serviços realizados pelos diversos atores sociais que visam ao bem estar de todos. Pode ser implementada pela política pública que não deveria ser separada da política social uma vez que, em tese, toda política pública é social.

Assim sendo, por meio de metodologias que envolvem a área da Psicologia, da Biologia Molecular, da Genética e da Bioinformática, foi estruturado um sistema destinado a colaborar na elucidação dos casos de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo, chamado **Caminho de Volta**. Atualmente, funciona com parte de nossa equipe de psicólogos no Centro de Ciências Forenses – CenCiFor, do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP e dentro da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP, da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

O **Caminho de Volta** foi desenhado de forma a atender quatro eixos principais no enfrentamento do desaparecimento infanto-juvenil brasileiro para que esse pro-

blema possa ser cientificamente estudado, politicamente enfrentado e socialmente discutido. São eles:

a) Banco de DNA dos pais e/ou irmãos de crianças/adolescentes desaparecidos (Banco Referência), que permitirá a rápida e ágil avaliação de vínculo genético daqueles que forem localizados (Banco Questionável). Além disso, coleta de dados pessoais e antropométricos do desaparecido e informações sobre a organização familiar e sobre as circunstâncias do desaparecimento irão compor um banco de dados que possibilitará o cruzamento das informações moleculares e genéticas armazenadas.

b) Identificação das causas do desaparecimento de crianças e adolescentes por meio da análise da organização familiar a que pertencem, uma vez que a negligência, a violência doméstica, o abuso sexual intrafamiliar, a adição (consumo de drogas ou substâncias psicoativas), a miserabilidade, atos infracionais e contravenção podem ser aspectos facilitadores para a ocorrência de fugas de lares, extorsão mediante seqüestro e subtração de incapazes. Este eixo possui relevância social e preventiva.

c) Suporte psicossocial às famílias de crianças e adolescentes desaparecidos com intuito de diagnosticar sua dinâmica familiar, acompanhar a família no decorrer do processo de busca, e participar na solução final do caso. Além disso, o atendimento psicológico possui um caráter preventivo no sentido de evitar que outras crianças e adolescentes daquela família se encontrem em situação de vulnerabilidade.

d) Capacitação de profissionais envolvidos no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (Poder Judiciário, Ministério Público, conselheiros tutelares, investigadores e agentes de polícia envolvidos na busca e investigação, psicólogos, assistentes sociais, delegados, educadores das organizações não governamentais, etc.), por meio de cursos presenciais e educação à distância (Telemedicina), garantindo um acompanhamento contínuo e supervisionado da rede. Também nesse eixo contemplamos a prevenção do desaparecimento infanto-juvenil, por meio de campanhas destinadas ao esclarecimento da população sobre esse fato, bem como medidas a serem tomadas por famílias que vivem esse problema.

O **Caminho de Volta** vem sendo executado, nos moldes acima propostos, desde o seu lançamento, sob coordenação da Dra Gilka Gattás, com uma equipe de profissionais responsáveis pelas áreas, compostas de psicólogos (Claudia Figaro-Garcia e Marcelo Moreira Newmann), biólogos moleculares (Gilka Gattás e Cíntia Fridman), físicos e bioinformatas (Eduardo Massad e Luis Fernandes Lopez) e responsáveis pela divulgação e ampliação do projeto (Linamara Rizzo Batisttella e Chao Lung Wen). Além da equipe de coordenadores, o **Caminho de Volta** possui uma equipe de psicólogos e técnicos de laboratório.

Apresentaremos a seguir o histórico e a metodologia que vem sendo empregada no **Caminho de Volta**, bem como os primeiros resultados obtidos no estudo de algumas famílias que perderam seus filhos e na pesquisa realizada para avaliar as causas dos desaparecimentos.





2. HISTÓRICO DO CAMINHO DE VOLTA



2. HISTÓRICO DO CAMINHO DE VOLTA

Em 2003, o **Caminho de Volta** começou a ser delineado no Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) com o objetivo de construir bancos de DNA e um banco de dados para que as informações e perfis genéticos de familiares de crianças e adolescentes desaparecidos e de crianças e adolescentes encontrados fossem neles inseridos a fim de comparação e identificação dos vínculos de parentesco e de filiação.

O conhecimento das causas dos desaparecimentos também seria de fundamental importância, uma vez que as mesmas ainda não tinham sido estudadas de maneira mais pormenorizada no Brasil. Para tanto, a contribuição da psicologia, apoiada no referencial psicanalítico, tornou-se necessária, pois, por meio da escuta da história fornecida pelas famílias, seria possível compreender mais profundamente os aspectos inconscientes que fazem parte (ou não) desse fenômeno. Além disso, a separação, a falta de contato e a ausência de informações sobre o desaparecido desencadeiam reações emocionais na família que podem ser minimizadas e melhor compreendidas quando essa recebe suporte psicológico durante todo o tempo de busca e na finalização do processo, ou seja, no momento em que a família possui uma resposta, seja ela positiva ou negativa, em relação ao desaparecido.

O projeto recebeu o nome de **Caminho de Volta** e a biologia molecular, a genética, a informática, ao lado da psicologia/psicanálise, foram as bases estruturais desse projeto multidisciplinar para auxiliar na identificação dos desaparecidos (Bancos de DNA), na identificação das causas dos desaparecimentos e no suporte psicológico às famílias durante todo o processo de busca, com a finalidade de observar se os desaparecidos conseguiriam e desejariam, quando possível voltar a seus lares.

Mas para que tudo isso pudesse ocorrer, seria necessário buscar e conhecer, na fonte, esse universo. Sabíamos que a polícia configura o primeiro recurso que a população busca na ocorrência de um desaparecimento, pois ela é a responsável pela investigação dos fatos e pela busca concreta dos desaparecidos. Assim, elaboramos um primeiro documento e apresentamos aos delegados da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Fomos recebidos pelo Dr. Antonio Mestre Junior, então delegado divisionário da Divisão de Proteção à Pessoa e pela Dra. Márcia Ruiz, então delegada da referida delegacia, que prontamente aceitaram a proposta de um trabalho conjunto nos moldes do **Caminho de Volta**.

Além disso, foi fundamental a busca de parceiros interessandos nessa temática para auxiliar na real efetivação do projeto, tanto na parte de equipamentos quanto de recursos humanos. Assim sendo, foi oferecido um café da manhã no dia 11 de agosto de 2004 no Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP, com a finalidade de apresentar o **Caminho de Volta** para agregar parceiros e colaboradores. Estavam presentes representantes da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP), Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), Instituto de Medicina Social e Criminologia do Estado de São Paulo (IMESC), Fundação Faculdade de Medicina – (FFM),

Fundação Criança, Foro Regional da Infância e Juventude da Lapa, Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), Fundação Bradesco, Instituto WCF-Brasil, Applied Biosystems do Brasil, Eppendorf do Brasil, Fundação Orsa, Centro de Pesquisa e Prevenção e Políticas Públicas (CEPESP), Serviço de Psicologia da Divisão de Medicina de Reabilitação do ICHC.



11 de agosto de 2004 - Café da Manhã
À esq., Profa.Dra. Linamara Rizzo Battistella,
Profa. Dra. Cíntia Fridman, Claudia Figaro-Garcia,
Profa.Dra. Gilka Gattás e Marcelo M. Neumann



11 de agosto de 2004 - Café da Manhã
Convidados assistindo a apresentação do
Caminho de Volta

2.1 LANÇAMENTO

A cerimônia de apresentação oficial do **Caminho de Volta** foi realizada no Salão Nobre da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em 13 de setembro de 2004, e contou com a participação de representantes do Governo de São Paulo, como a Sra. Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Dra. Maria Helena Guimarães Castro e o Dr. Marcelo Martins de Oliveira, Secretário Adjunto que representou a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, representantes da comunidade científica, como o Prof. Dr. Giovanni Guido Cerri e o Prof. Dr. Yassuhiko Okay, respectivamente Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, além do Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo, do Prof. Dr. Gregory LaBerge, da Universidade de Denver dos Estados Unidos da América, e de representantes da Sociedade Civil.

A Profa. Dra. Gilka Gattás, coordenadora do **Caminho de Volta**, ressaltou a importância da interface entre as áreas da Biologia Molecular, da Psicologia e da Bioinformática na busca de resultados que pudessem originar medidas de prevenção e de políticas públicas na questão do desaparecimento infanto-juvenil no Brasil. O Prof. Dr. Gregory La Berge apresentou dados sobre a utilização e importância do Banco de DNA para a solução de crimes e identificação de criminosos, que tem auxiliado a polícia americana de forma significativa, pois alia tecnologia de ponta e pesquisa científica com o intuito de estruturar medidas de prevenção e de políticas públicas, principalmente nos casos de desaparecimento. O Prof. LaBerge salientou a importância do **Caminho de Volta** pois o mesmo conseguiu unir trabalhos e esforços entre o Governo, a Universidade, a Polícia e a Sociedade Civil, para que a questão do desaparecimento

infanto-juvenil brasileiro possa ser cientificamente estudada, politicamente enfrentada e socialmente discutida.



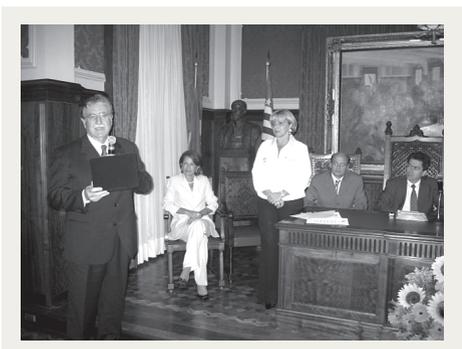
Prof. Dra. Gilka F. Gattás- FMUSP; Dra. Maria Helena G. Castro - Secretária Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social SP; Prof. Dra. Linamara R. Battistella - FMUSP; Dr. Marcelo M. Oliveira- Secretário Adjunto da Segurança Pública SP



Dra. Maria Helena G. Castro - Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social SP; Prof. Dra. Gilka F. Gattás - FMUSP; Prof. Dr. Giovanni G. Cerri -Diretor da FMUSP; Dr. Marcelo M. Oliveira- Secretário Adjunto da Segurança Pública SP; Prof. Dr. Luis Nunes - Pró Reitor de Pesquisa USP; Prof. Dr. Eduardo Massad, FMUSP



Dr. Antônio Mestre Jr., Delegado Divisionário da Divisão de Proteção à Pessoa, e Prof. Dr. Gregory LaBerge em visita ao Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil de São Paulo



Sr. João Cariello da Fundação Bradesco

A Fundação Bradesco, por acreditar na relevância científica e social do **Caminho de Volta**, efetivou uma doação de R\$ 100.000,00 e tornou-se o primeiro doador da Iniciativa Privada, sendo homenageado no dia do lançamento oficial, na figura do Sr. João Cariello.

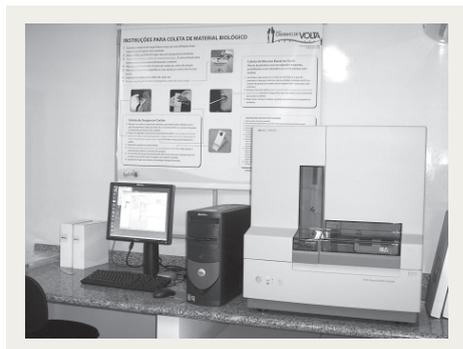
2.2 LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR

Um laboratório de Biologia Molecular destinado ao ***Caminho de Volta*** foi construído no Departamento de Medicina Legal Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, especificamente para analisar os casos cadastrados.

Esse laboratório foi montado por meio de verbas da Pró-Reitoria da USP, do Departamento de Medicina Legal e com o apoio das empresas fabricantes dos equipamentos necessários para as análises e que gentilmente cederam o maquinário por empréstimo por tempo determinado.

A Applied Biosystems do Brasil colocou à disposição um seqüenciador automático de DNA, modelo ABI 3100-Avant, que permite o processamento de até 2.000 amostras semanais. A Eppendorf do Brasil disponibilizou um termociclador de placa, uma centrífuga de placa, uma minicentrífuga e um conjunto de micropipetas, equipamentos imprescindíveis para a realização das genotipagens. Em dezembro de 2006, adquirimos nosso próprio equipamento, um seqüenciador ABI 3130 da Applied Biosystems, para uso no processamento das amostras biológicas do Projeto.

A metodologia utilizada permite a avaliação, ou genotipagem, de 16 marcadores genéticos simultaneamente, sendo o resultado apresentado nas formas de gráficos e números, automaticamente após o processo de seqüenciamento. Esses dados numéricos são inseridos nos Bancos de DNA para a realização das comparações dos perfis dos pais com os das crianças encontradas. As variações nas seqüências de DNA analisadas por meio dos marcadores genéticos são normais nas populações, aparecem de tamanhos diferentes em cada indivíduo e não são responsáveis por nenhuma característica física ou comportamental. O conjunto desses marcadores é o que determina o perfil genético único de cada indivíduo e nos permite, a partir do perfil da criança, determinar as pessoas que seriam os pais biológicos, uma vez que cada criança herda metade dos marcadores de cada um dos progenitores.



Laboratório de Biologia Molecular do Caminho de Volta, localizado no Depto. de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho, da Faculdade de Medicina, USP.

2.3 SALA DE ATENDIMENTO NO DHPP

O DHPP, por meio de seu Diretor, Dr. Domingos Paulo Neto, permitiu a utilização de uma sala da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas para que o **Caminho de Volta** pudesse compartilhar esse espaço com a equipe dos investigadores de polícia responsáveis pelas investigações de desaparecimentos de pessoas de ambos os sexos e de todas as idades.



22/09/2004: Início do Projeto no Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP), onde foi montado um posto filial do projeto com psicólogos. No DHPP também é coletado o material biológico para o Banco de DNA.

2.4 PORTARIAS, CONVÊNIOS, PROJETOS FINANCIADOS E DOAÇÕES

23 de dezembro de 2004 – Convênio/Projeto firmado entre SEDH da Presidência da República e FFM, cujo objeto foi a pesquisa sobre as causas do desaparecimento e a implantação do Projeto nos Departamentos de Polícia Judiciária – Interior (DEINTER). Recurso Concedente: R\$ 184.547,78. Vigência 31/12/2005. Publicado: Diário Oficial da União, Seção 3, nº 250, 29/12/04, p. 4. Esse Projeto foi prorrogado até dezembro de 2006 (Termo Aditivo ao Convênio N° 029/2004 – Processo N° 00004.002209/2004-18 – Diário Oficial da União, Seção 3, nº 16, 23 de janeiro de 2006).

30 de dezembro de 2004 - Convênio firmado entre a SSP-SP, por meio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, o Hospital das Clínicas da (HC-FMUSP), por intermédio do Laboratório de Investigação Médica – Imuno-Hematologia e Hematologia Forense (LIM-40) e a FFM. Publicado: Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção 1, Poder Executivo, vol. 114, nº 239.

04 de agosto de 2005 - Convênio entre a FMUSP, por meio do Departamento de Medicina Legal, e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio das Varas da Infância e da Juventude, que tem por objeto a coleta de material biológico de crianças e adolescentes abrigados que não possuem filiação conhecida, ou se esta for imprecisa ou duvidosa, para compor o Banco Questionável do **Caminho de Volta**, que será comparado com o Banco Referência, de familiares que estão à procura de seus entes (crianças ou adolescentes) desaparecidos. TJSP – Diário Oficial do Estado, Caderno 1, parte 1, de 04/08/2005, p. 3.

19 de outubro de 2005 - Convênio assinado entre o HC-FMUSP, por meio do Departamento de Medicina Legal, e a SSP-SP, que tem por objeto a coleta, pelo Instituto Médico-Legal (IML), de material biológico utilizável para codificação genética, de todo cadáver de criança ou adolescente, assim entendidos aqueles com idade presumida entre 0 e 18 anos, cuja identificação completa seja incógnita até o momento da necrópsia, para compor o Banco Questionável do **Caminho de Volta**, que será comparado com o Banco Referência, de familiares que estão procura de seus entes (crianças ou adolescentes) desaparecidos. Portaria Conjunta PC/SPTC-1, de 19/10/2005.

08 de dezembro de 2005 - Convênio firmado entre o **Caminho de Volta** da FMUSP, por intermédio do LIM-40 e a FFM com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná. O convênio tem por objeto a conjugação de esforços e o apoio mútuo entre os partícipes, visando estabelecer um sistema de informações para a elucidação de desaparecimentos de crianças e adolescentes, mediante implementação do **Caminho de Volta** no Estado do Paraná. Esse convênio é o marco inicial da implantação do **Caminho de Volta** em âmbito nacional, que corresponde ao início da expansão do Banco de DNA e do Banco de Dados com relação ao desaparecimento infanto-juvenil em outros estados, que pertence à Rede Nacional de Identificação e Localização da Criança e do Adolescente Desaparecido – ReDESAP.

23 de março de 2006 – Portaria assinada pelo Diretor Técnico da Divisão do Centro de Perícias do Instituto Médico Legal de São Paulo autorizando a coleta, pelo Instituto Médico-Legal (IML), de material biológico utilizável para codificação genética, de todo cadáver desconhecido ou identificado não reclamado (criança, adolescente ou adulto) para compor o Banco Questionável do **Caminho de Volta**, que será comparado com o Banco Referência, de familiares que estão procura de seus entes desaparecidos. Portaria de 23 de março de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 19/04/2006.

campanha
"CONTE COMIGO"



Julho de 2006: Convênio/Projeto (008/06) firmado entre a SEDH da Presidência da República e FFM, cujo objeto é a “Capacitação dos Conselheiros Tutelares para a compreensão do desaparecimento infanto-juvenil na Grande São Paulo”. Esse recurso foi conseguido junto a Votorantin Celulose e Papel na campanha “CONTE COMIGO” que arrecadou fundos junto aos funcionários de todo o Brasil, em apenas uma semana, no natal de 2005. Recurso Concedente: R\$ 59.909,86 Vigência 01.08.2007. Processo N° 00004.000380/2006-46.

31 de agosto de 2006 – assinatura de **Convênio** com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo (OAB/SP) – Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/SP. O presente convênio tem por objetivo conjugar esforços e o apoio mútuo no sentido de colaborar com a execução do **Caminho de Volta** e garantir os direitos das crianças e adolescentes.

DOAÇÕES:

- Auxílio recebido da Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição – Fundação BRADESCO, para desenvolvimento do projeto de pesquisa “**Caminho de Volta** – Busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo”, no ano de 2004.

Valor: R\$ 100.000,00.

- Auxílio recebido de Papaiz Indústria e Comércio Ltda., para desenvolvimento do projeto de pesquisa “**Caminho de Volta**: Busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo”, no ano de 2004.

Valor: R\$ 6.000,00.

- Doação de papel da Suzano Papel e Celulose para impressão de cartazes da Campanha de Divulgação do **Caminho de Volta**, realizada em parceria com a Fundação Maurício de Sousa.

Quantidade: 40.000 folhas de papel couché formato 170g/m² BR 890 mm x 1.170 mm para impressão dos cartazes e 10.000 folhas de papel couché formato 170g/m² BR 890 mm x 1.170 mm para impressão dos volantes.

2.5 CAMPANHA SOBRE O DESAPARECIMENTO INFANTO-JUVENIL

O alarmante número de ocorrências de desaparecimentos registradas em todo o país indica a urgência na elaboração de ações efetivas, não só no controle e na resolução dos casos como também na identificação real do problema, que possibilitem estabelecer medidas de prevenção.

Uma vez coletados os dados referentes às possíveis causas dos desaparecimentos estaremos contribuindo para que esses dados mobilizem a sociedade, o governo e as universidades, visando a futuras pesquisas e programas de prevenção com o objetivo de garantia e de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse sentido, o **Caminho de Volta** fortalece a política pública na área da criança e do adolescente, uma vez que participa na articulação e potencialização da rede de proteção da criança e do adolescente, pois tem como parceiras as organizações governamentais, não governamentais e programas afins.

Além do interesse em divulgar para a sociedade científica os resultados de pesquisas geradas com o **Caminho de Volta**, sempre acalentamos o desejo de realizar

campanhas de esclarecimento à população sobre a gravidade do fenômeno do desaparecimento de crianças e adolescentes, e que recursos estão disponíveis para auxiliar as famílias nesse momento tão difícil.

A prevenção ao desaparecimento infanto-juvenil é extremamente importante e em 2006 iniciamos a nossa primeira campanha SEU FILHO DESAPARECEU? PROCURE O PROJETO “CAMINHO DE VOLTA”. O Instituto Maurício de Sousa contribuiu nessa campanha por meio da arte que ilustrou os cartazes, cujo papel foi doado pela Suzano Papel e Celulose. O material dessa campanha bem como os procedimentos executados, encontram-se nos Anexo IV.

2.6 PUBLICAÇÕES:

Gattás GJF, Figaro-Garcia C, Fridman C, Battistella LR, Lopez LF, Massad E, Neumann MM, Wen CL. Projeto *Caminho de Volta*: busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo. Artigo publicado na *Revista de Cultura e Extensão USP*, Vol.0 (jul/dez), p.28:37. 2005.

Gattás GJF; Garcia CF; Fridman C; Neumann MM; Lopez LF; Barini AS; Souza APH; Boccia TMQR; Kohler P; Battistella LR; Wen CL; Massad E. Projeto *Caminho de Volta*: Brazilian DNA Program for Missing Kids. Anais do Congresso, P-100, p. 101. (*Proceedings of the 21st International ISFG Congress held in Ponta Delgada, Azores Portugal, 13 to 17 September 2005*).

Fridman C; Gattás GJF; Lopez LF; Massad E. Paternity investigation in father or motherless cases: how to improve statistical analysis for missing kids DNA databank?. *Anais do Congresso*, P-091, p. 97. (*Proceedings of the 21st International ISFG Congress held in Ponta Delgada, Azores Portugal, 13 to 17 September 2005*).

Gattás GJF, Figaro-Garcia C, Fridman C, Neumann MM, Lopez LF, Barini AS, Souza APH, Boccia TMQR, Kohler P, Battistella LR, Wen CL, Massad E. “Projeto *Caminho de Volta*”: a Brazilian DNA program for missing kids. *International Congress Series 1288*: 604-606, 2006.

Figaro-Garcia C, Gattás GJF, Fridman C, Herzberg E. O desaparecimento infanto-juvenil no Brasil e no mundo. *Cadernos de Saúde Pública*, submitted, 2006.

Figaro-Garcia, C; Vieira, MR; Souza, ACL; Queiroz, TB; Nunes, RCR; Gattás, GJF. O trabalho do psicólogo no “Projeto *Caminho de Volta*”: uma experiência multidisciplinar. *Caderno de Programa e Resumos*, PC-4, p.61 (Congresso Internacional: Violência, Instituições e Políticas Públicas, 19 a 22 de setembro de 2006).

Figaro-Garcia, C; Gattás, GJF. Desaparecimento de crianças. In: Cabezon, R. *Nossas crianças, nosso futuro*. Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo; Centro Universitário Nove de Julho, p. 24:25, 2006

Fridman C, dos Santos PCC, Kohler P, Figaro-Garcia C, Lopez LF, Massad E, Gattás GJF. Genetic Profile of 15 STR Markers in a Brazilian Population. *Forensic Science International* (submitted).

Fridman, C; Souza, MLAPO, Gattás JF Mitochondrial DNA HVII Polymorphisms Inheritance in Maternally Related Individuals. *Forensic Science International* (submitted).





3. METODOLOGIA DO *CAMINHO DE VOLTA*



3. METODOLOGIA DO CAMINHO DE VOLTA

3.1 ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS

O *Caminho de Volta* atende famílias que tiveram seus filhos desaparecidos, com idades inferiores a dezoito anos, mesmo que o incidente tenha ocorrido há muitos anos. Essa família é candidata a participar do projeto desde que tenha lavrado um boletim de ocorrência sobre o desaparecimento (BO) e que, após informação detalhada dos objetivos e metodologias a serem aplicados, consinta por escrito em dar informações sobre a criança e a família, por meio de um questionário, além de ceder uma gota de sangue para a análise do perfil do DNA (CAPPesq - N° 412/05).

A entrevista é realizada com um psicólogo da equipe que fica de plantão, durante o horário comercial, na 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP, localizada no centro da cidade de São Paulo. Esse primeiro contato é fundamental no estabelecimento de uma abordagem de receptividade e ao mesmo tempo uma escuta diferencial do problema, visando identificar medidas práticas que possam ajudar a família em questão.

Em seguida é aplicado um questionário que contempla não só as questões específicas do desaparecimento (onde foi, há quanto tempo, etc.) e das medidas que a família tomou ao se deparar com o fato (quanto tempo demorou em fazer o B.O., onde procurou o desaparecido, etc.) bem como dados sobre a organização e dinâmica familiar que possam ajudar na identificação dos fatores desencadeantes para o desaparecimento, caso eles existam. Ao mesmo tempo são coletadas informações específicas sobre o comportamento da criança ou do adolescente, dados esses que poderão ajudar na identificação precoce de possíveis sinais latentes e manifestos associados com o desaparecimento. Esse levantamento feito com as famílias visa também a uma discussão futura com os órgãos governamentais para o estabelecimento de um B.O. único que permita a troca de informações e o levantamento estatístico de fatos importantes que possam estar associados.

Antes da aplicação do questionário é coletada uma amostra de material biológico para análise de DNA, que consiste em uma única gota de sangue no papel de filtro FTA e/ou células da mucosa bucal coletadas com o auxílio de um cotonete, especial para essa finalidade. Esse material depois de seco é acondicionado em envelopes e encaminhado ao laboratório do Depto. de Medicina Legal da FMUSP.

Os psicólogos, após a finalização da entrevista, convocam a família para mais três entrevistas de retorno, na própria delegacia, realizadas em intervalos de 15 a 20 dias. Os psicólogos solicitam, ainda, que a família avise a delegacia se porventura a criança ou o adolescente retornar espontaneamente para casa ou for encontrado, e que tragam o mesmo nas entrevistas de retorno. Tal medida permite a manutenção do contato com a família e propicia o conhecimento de novas informações relevantes, pois é possível ouvir da criança quais foram os reais motivos do seu desaparecimento, onde ficou, como se manteve, além dos riscos que correu nessa situação fora de casa. Esses dados serão importantes no estabelecimento de medidas de prevenção junto aos pais, educadores e às próprias crianças. Esse período de acompanhamento permite aos psicólogos identificar parceiros na rede de atendimento psicossocial que possam dar continuidade no atendimento, focando as necessidades que foram observadas durante esse processo.

Na maioria dos casos atendidos, observou-se que os desaparecimentos eram fugas de casa e ocorreram por motivos que poderiam colocar o desaparecido em risco ou em situação de vulnerabilidade, como, por exemplo, conflitos familiares (namoros precoces e proibidos; desejo de quebrar os limites e regras impostas pelos pais e/ou familiares etc.) e desejo em aventurar-se para conhecer outros locais. Todavia, observou-se a presença de motivos mais graves, como a presença de violência doméstica, alcoolismo e adição no ambiente familiar, participação no tráfico de drogas, miserabilidade e até mesmo a existência de algum tipo de deficiência (mental, física, auditiva, visual e de fala) nas crianças e adolescentes que, por descuido ou negligência dos pais/responsáveis, acabaram fugindo (Gattas, 2006)

Nas supervisões clínicas semanais realizadas com a equipe de psicólogos discutem-se quais os encaminhamentos que o profissional vai escolher para que a família seja atendida. Após constatação do problema que está interferindo na dinâmica familiar, o psicólogo procura um encaminhamento de preferência próximo ao local de residência das famílias (nos mesmos bairros ou regiões), embasado em redes de atendimento disponíveis. Por rede psicossocial compreende-se toda a gama de serviços públicos, particulares e as organizações não governamentais, voltadas à saúde mental, à saúde, à justiça, ao serviço social e às atividades de recreação ou ensino profissionalizante tanto para a família, quanto para a criança e o adolescente. Para realizar levantamento dos serviços disponíveis na Grande São Paulo e em seu entorno, os psicólogos executam as seguintes etapas:

- Levantamento de dados, via internet, organizando inicialmente encaminhamentos divididos por regiões (Norte, Sul, Leste, Oeste e Metropolitana) e especialidades para tratamentos ligados à saúde.

- Organizar primeiro os locais de atendimentos psicológicos, psiquiátricos, odontológicos, em Hospitais Gerais, Prontos-Socorros, UBS, CAPS, sempre recorrendo aos familiares, de antemão, sobre a melhor opção do local para o encaminhamento.

- Revisão de novos locais, se por acaso a indicação anterior não for satisfatória ou for impossibilitada por circunstâncias da própria instituição indicada.

Procuram-se também locais que ofereçam cursos diversos, bibliotecas, brinquedotecas e até mesmo grupos que trabalhem com medidas socioeducativas, mas aceitem crianças após períodos escolares e adolescentes que desejam aprender algo novo ou participar de atividades diversas.

É praxe o psicólogo entrar em contato com a instituição via e-mail ou telefone, obtendo prontamente orientações sobre vagas disponíveis, procedimentos que os familiares e/ou responsáveis devem seguir e a possibilidade de poder contar com a pessoa responsável pela instituição. Além disso, os próprios responsáveis fornecem indicações de outras opções em bairros próximos. São realizadas consultas no mapa da região metropolitana de São Paulo e seu entorno, com o intuito de indicar um local de fácil acesso para oferecer novas propostas de encaminhamento às pessoas. Quando um local é definido, as famílias recebem uma folha de encaminhamento com o timbre do Caminho de Volta, assinado pelo psicólogo que fez as entrevistas e que está encaminhando a família para determinada instituição. Além disso, os próprios responsáveis fornecem indicações de outras opções em bairros próximos. São realizadas consultas no mapa da região metropolitana de São Paulo e seu entorno, com o intuito de indicar um local de

fácil acesso para oferecer novas propostas de encaminhamento às pessoas.

Uma grande dificuldade encontrada é o desconhecimento das características dos bairros pertencentes às trinta e uma subprefeituras da região metropolitana de São Paulo. As informações das famílias sobre os atendimentos feitos pelos Conselhos Tutelares de sua região estimularam que também fossem feitas outras buscas para conhecer as peculiaridades dessas subprefeituras.

A maioria das famílias cadastradas no **Caminho de Volta** mora em regiões periféricas da cidade de São Paulo, em moradias irregulares em áreas de risco, com falta de hospitais e escolas, meios de transportes precários, altos índices de mortalidade infanto-juvenil, altos índices de criminalidade, nos quais se destacam a Zona Leste (22,8%) e Zona Sul (16%) (Gattás, 2006). Ao deparar-nos com essas situações, tornou-se necessário redirecionar as estratégias para a escolha de locais para encaminhamentos tanto dessas famílias, quanto de suas crianças ou adolescentes.

Sobre as questões que envolvem o uso de álcool ou drogas, para dúvidas e tratamentos que podem ser feitos no caso de crianças e adolescentes que já são dependentes químicos, foram encontrados na cidade de São Paulo, centros de referência como o Programa de Assistência ao Dependente (PROAD - <http://www.unifesp.br/dpsiq/proad/apresenta.htm>) e a Unidade de Pesquisas em Álcool e Drogas (UNIAD - <http://www.uniad.org.br/>). Estão listados ainda nesses sites programas para dependentes de jogo patológico, compradores patológicos, dependência de Internet, entre outros problemas ligados à saúde. Há também o Centro de Referência dos Adolescentes e Jovens (CRAJ) do Núcleo de Assistência à Saúde do Funcionário (NASF), que oferece aulas de violão, skate, ballet clássico, inglês, artes plásticas e orientação profissional (http://www.craj.unifesp.br/proj_craj.htm).

No que diz respeito especificamente ao adolescente, há o Programa de Saúde do Adolescente (http://www.saude.sp.gov.br/saude_adolesc/html/saude_adolesc.html), oficializado desde 1986 pela Secretaria de Estado da Saúde, que atende meninos e meninas de dez a dezenove anos. Reconhecido mundialmente, foi premiado em 1991 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Possui um serviço pioneiro, inaugurado em 1994, a Casa do Adolescente, que oferece tratamentos com equipes multiprofissionais compostas por: clínicos, pediatras, ginecologistas, odontologistas, fonaudiólogos, assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos, professores e arte-educadores. Oferece ainda palestras e tira dúvidas sobre questões ligadas à sexualidade. São oferecidos cursos de línguas, aulas de dança, cursos de culinária, de artesanato e terapia em grupo, cujo objetivo é desenvolver cidadania nos adolescentes. Essa rede conta ainda, desde 1993, com o Disk-Adolescente, pelo telefone (11) 3819-2022, no sentido de esclarecer dúvidas a questões pertinentes aos problemas característicos ao período de adolescer. Existem unidades em alguns bairros das regiões de São Paulo disponíveis para esses atendimentos: Jardim Ângela e Grajaú (Zona Sul); Itaquera (Zona Leste); Parque Novo Mundo (Zona Norte).

A população dispõe também, na Zona Sul, desde 1997, do Centro de Atendimento e Apoio ao Adolescente (CAAA - <http://www.unifesp.br/dped/disciplinas/pedclin/adolesc.html>). Esse centro conta com equipe multidisciplinar semelhante à que atua na Casa do Adolescente, inclusive atendendo a mesma faixa etária.

O site disponibilizado pela biblioteca da Faculdade de Medicina da USP (<http://www.biblioteca.fm.usp.br/servicoscom.php>) oferece informações importantes para

encaminhamento de pessoas com deficiências físicas ou mentais, na seção de serviços comunitários, oferecendo vários endereços nas regiões de São Paulo, inclusive assessoria social e jurídica. Esse tipo de atendimento também é feito pelo Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e pelo Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero – NEMGE (<http://www.usp.br/nemge/>).

3.2. BANCO DE DADOS

As informações coletadas nas entrevistas, em forma de questionários, são transferidas para o banco de dados que foi elaborado por nossa equipe. Esse banco possui informações administrativas, biométricas e genéticas de familiares diretos das crianças desaparecidas e das crianças encontradas. Esse banco relacional normalizado possibilita todo tipo de cruzamento de informações, inclusive dos perfis de DNA identificados a partir dos polimorfismos estudados.

As tabelas administrativas contêm informações básicas, tais como nome, idade, parentesco, entre outras. Todas as informações biométricas possíveis de se obter sobre a criança desaparecida, incluindo fotografias e outros descritivos, podem fazer parte das tabelas de dados biométricos. As tabelas de dados genéticos possuem os dados sobre as regiões polimórficas passíveis de uso como identificadores de paternidade/maternidade.

BANCO DE DADOS E O ESTUDO CAUSAL

O registro das informações obtidas, por meio dos questionários, permitiu avaliar algumas características de interesse na identificação das causas de desaparecimento. Entretanto, a análise de um só lado do problema não permite extrapolar as conclusões obtidas. Para tanto, se fez necessário avaliar as mesmas informações com famílias cujos filhos não tivessem história de desaparecimento. Assim sendo, no início de 2005, com apoio financeiro da SEDH (*Diário Oficial da União*-Seção 3, nº 250, 29.12.04, pg 4), foi conduzida uma pesquisa que teve como objetivo comparar o perfil de famílias, o mais parecido possível, com aquelas atendidas no ***Caminho de Volta***, que tivessem como diferencial maior, a ausência de desaparecimentos de crianças e adolescentes.

A pesquisa-piloto em questão desenvolveu-se num período de 120 dias, compreendendo os meses de fevereiro a junho de 2005. Nela participaram cinco psicólogos, os mesmos que realizaram o acolhimento psicológico de famílias com crianças e adolescentes desaparecidos (casos de referência) no DHPP.

Um dos objetivos da pesquisa foi buscar subsídios que colaborassem na orientação e no acompanhamento psicológico de famílias com crianças e adolescentes em situação de desaparecimento. Outro interesse era colher dados que servissem de referência, ou seja, um “grupo-controle” para os casos estudados e acompanhados no DHPP. Para tanto, foram entrevistados representantes de famílias das mesmas regiões em que ocorreram os desaparecimentos, mas que não relatassem situações de desaparecimentos de crianças e adolescentes. O critério foi escolher depoentes que tivessem filhos nas mesmas faixas etárias dos casos em que ocorreram os desaparecimentos. Tínhamos, dessa forma, um corte populacional específico: buscávamos representantes de famílias, num mesmo contexto sociocultural, nas quais não houvesse relatos de

desaparecimentos, com o intuito de estabelecermos comparações via metodologia quantitativa/epidemiológica de coleta e análise de dados.

A investigação foi feita a partir de dois contatos indicados pelos pais de crianças ou adolescentes desaparecidos. Os pesquisadores entrevistaram os sujeitos indicados, no próprio local em que moravam. Os dados colhidos geraram um banco de dados que foi tratado e analisado, quantitativamente, por meio de análise estatística e epidemiológica, por nossa equipe.

Na pesquisa de campo, primeiramente era identificada a relação de parentesco do entrevistado com a(s) criança(s) da casa e, após esclarecimento sobre o tipo de levantamento que seria efetuado, era solicitada a assinatura do termo de consentimento pós-informação. A coleta de dados incluiu informações sobre a profissão/ocupação, local de trabalho, escolaridade, idade, estado civil, número de filhos e relação de parentesco destes com o adolescente/criança referênciada. Um breve levantamento das condições socioeconômicas incluiu a descrição e condição da moradia, número de habitantes, número de filhos que moravam na mesma casa e religião da família. Após essa contextualização, foram aplicadas perguntas, com intuito de avaliar a criança ou adolescente referênciada, incluindo o sexo, idade, data de nascimento, naturalidade, escolaridade, número de repetências, compleição física, características físicas, distintos físicos (cicatrizes, tatuagens, *piercings*), presença de deficiências físicas ou mentais, estado de saúde, distúrbios de conduta, aspectos emocionais, cuidados psicossociais (envolvendo os familiares também), tratamentos psiquiátricos, queixas anteriores (maus-tratos, violência doméstica, abuso sexual intrafamiliar, negligência, alcoolismo, adição, tráfico de drogas, infrações, exploração sexual comercial e internações). Os resultados dessa pesquisa serão apresentados, mais adiante (item II.4).

3.3 BANCO DE DNA

A possibilidade de que grandes coleções de dados pudessem ser úteis no estudo de doenças que acometem o ser humano gerou a formação de bancos de dados populacionais, sendo o mais famoso o *Iceland Health Sector Database*, desenvolvido em parceria com a empresa de biotecnologia *deCode*, que por meio de um contrato com o governo da Islândia possui DNA e dados clínicos de 80.000 residentes, aproximadamente um terço de toda a população daquele país (Jonatansson, 2000). Nesse estudo o objetivo é cadastrar toda a população (~280.000 pessoas), com pelo menos mil marcadores para cada genoma. Outros bancos de DNA ou mesmo de culturas de células como a *European Collection of Cell Cultures* (<http://www.ecacc.org.uk/>) têm sido gerados em países como Estados Unidos (<http://www.atcc.org/>;<http://www.coriell.org/index.php/>), França (http://www.afm-france.org/afm-english_version/index.php), Japão (<http://www.brc.riken.jp/lab/dna/en/index.html>) e Canadá (<http://www.psepc.gc.ca/media/nr/2005/nr20050401-en.asp>), entre outros.

Os bancos de DNA, tanto para diagnóstico como para pesquisas, devem contemplar as exigências de comitês de ética que solicitam a declaração do sujeito, por escrito, de um consentimento livre após ser informado de todo o processo, e esclarecido de sua participação voluntária (de Gorgey, 1990; Weir e Horton, 1995a, 1995b). As amostras devem ser devidamente identificadas e arquivadas em códigos, sendo

confidenciais os perfis de DNA obtidos. Ademais, o doador deve ter plena liberdade de retirar as informações referentes ao seu material doado a qualquer momento (ACMG - *American College of Medical Genetics-statement*, 1995; *European Society of Human Genetics'PPPC*, 2003).

A elaboração de bancos de DNA, para fins de identificação humana, deve seguir normas éticas como aquelas solicitadas para qualquer outro tipo de banco de DNA (Williams e Johnson, 2004).

3.3.1. BANCO DE DNA CRIMINAL

Em 13 de outubro de 1998, o FBI oficialmente iniciou o banco de DNA nacional americano, que foi batizado como CODIS (*Combined DNA Index System*). Esse projeto teve início em 1990 com apenas 14 estados e laboratórios locais, e levou vários anos para ter um número suficiente de dados que permitisse eficiente comparação das informações. Em 2003 possuía mais de 1,5 milhão de perfis de DNA (STRs)³ em um sistema de banco de dados interligado com 50 estados americanos, possibilitando a identificação de criminosos de forma semelhante à realizada pela impressão digital. O primeiro banco nacional de dados de DNA havia sido desenvolvido na Inglaterra em 1995, e por meio dele grande parte dos criminosos que haviam cometido mais de um crime puderam ser identificados. Cinco anos após o estabelecimento desse banco, mais de 500.000 perfis de DNA estavam cadastrados e 50.000 investigações criminais basearam-se nesses dados (Johnson et al., 2003). Com certeza a eficiência do banco vai ser maior quanto maior o número de perfis de DNA incluídos. Na Inglaterra foi estimada em 40% a chance de localizar um criminoso por meio do banco de DNA (Johnson et al., 2003).

O banco de DNA serve não só para caracterizar um criminoso como também para ajudar na associação e elucidação de casos não resolvidos. Os criminosos nem sempre ficam restritos a uma única região geográfica, razão pela qual o banco de dados nacional pode ajudar no cruzamento de informações. Para ser informativo o banco de dados deve ser alimentado o mais breve possível à coleta do material biológico (Schneider e Martin, 2001). Se o dado é coletado mas não entra no banco, essa informação é perdida. Nos Estados Unidos ainda existe um intervalo grande entre a coleta e a alimentação dos dados no CODIS, mesmo com grande empenho financeiro do governo para implementação de medidas que agilizem o processo (Butler, 2005).

A tecnologia para bancos de DNA forense envolve basicamente três etapas: a coleta de material biológico, a análise do perfil de DNA com inclusão no banco, chamado Referência ou Questionável, e a comparação do perfil de DNA desconhecido (Questionável) com aqueles arquivados (Referência). Dentro do CODIS existem perfis de DNA de criminosos condenados e materiais biológicos coletados no local de crime. Existe também um arquivo de perfis da população geral para servir de referência na análise das frequências alélicas encontradas. No banco de dados nacional também existe a inclusão de pessoas desaparecidas (Budowle et al., 2001).

No CODIS são cadastrados 13 STRs que estão presentes em todos os *kits* comerciais de identificação humana, permitindo a comparação de um em aproximadamente 100 trilhões de indivíduos, além de proporcionar o cruzamento de informações inclusive com outros bancos nacionais. O CODIS cadastra somente os perfis de DNA sem

³ STRs (*Short Tandem Repeats* = pequenas repetições *in tandem*), também conhecidos como microsatélites, são pequenas sequências de DNA (por exemplo, GATC) que se repetem várias vezes. O número de repetições varia entre os indivíduos de uma população e o estudo de várias dessas regiões (ou marcadores genéticos) permite a obtenção do perfil biológico único de cada um de nós.

qualquer outra informação sobre o tipo de crime, dados pessoais ou relativos com o histórico criminal. Quando ocorre compatibilidade entre dois perfis, as autoridades requisitantes são informadas e, muitas vezes, é feita uma nova análise, antes de medidas legais serem efetivadas (Butler, 2005).

Nos Estados Unidos o CODIS é composto por bancos de DNA de dados locais (LDIS), estaduais (SDIS) e nacionais (NDIS). Todos os laboratórios são padronizados e constantemente fiscalizados com intuito de estabelecer critérios rígidos na alimentação do banco. Dos 13 STRs, pelo menos 10 marcadores precisam ser estabelecidos para que o perfil seja inserido no banco. Isso ocorre principalmente nas amostras forenses em diferentes estados de degradação. Existe uma comunicação via internet entre todos os laboratórios da rede com capacidade de transmitir 1,5 *megabytes* de informação por segundo.

A construção de um banco de DNA requer que todas as medidas sejam tomadas com intuito de garantir a guarda e a privacidade das informações geradas, a habilidade de fazer buscas rápidas em um grande número de entrada de dados, a manutenção da qualidade do dado gerado e a capacidade de administrar mudanças na tecnologia que possam interferir na estrutura final do banco. Existe uma preocupação quanto à informação gerada e de como esse “resultado” pode ser utilizado de forma inadequada. Para isso, os 13 *loci* selecionados estão em regiões não codificadoras do DNA e, portanto, não associados com doenças ou outro qualquer tipo de predisposição genética. No banco também não existe associação entre o nome do indivíduo e o perfil gerado. São números que só são revelados quando ocorre a comparação positiva entre as amostras. Essas informações somente são reveladas em casos judiciais, para essa finalidade específica.

Bancos de DNA estão sendo estabelecidos em diversos países para finalidades criminais ou mesmo em casos de pessoas desaparecidas (Corte-Real, 2004; Walsh, 2004). Em todos os bancos estão sendo padronizados os mesmos STRs, sendo que pelo menos oito deles são comuns nos bancos europeus e americanos (FGA, TH01, VWA, D3S1358, D8S1179, D16S539, D18S51 e D21S110). Na Inglaterra são analisados 10 STRs, além da amelogenina, que permite a identificação do sexo, processo que gera probabilidade de comparação positiva de um em aproximadamente três trilhões de indivíduos.

Cada país tem uma lei específica regulamentando as razões para a coleta de material biológico, quando um perfil deve ser retirado do banco, se a amostra biológica deverá ou não ser arquivada após a análise, e quais STRs serão analisados (Schneider e Martin, 2001).

3.3.2. BANCO DE DNA PARA PESSOAS DESAPARECIDAS

O banco de DNA para pessoas desaparecidas é um método a mais para colaborar na identificação desses indivíduos, quando localizados. Fatores circunstanciais prejudicam esse confronto por outros métodos, pois muitas vezes o tempo que decorre entre o desaparecimento e o reencontro é longo o suficiente para dificultar ou impedir o reconhecimento facial. Além disso, é comum a migração das pessoas para outras cidades no mesmo estado, outros estados ou mesmo outros países. Embora o DNA seja o único instrumento seguro de identificação de uma pessoa desconhecida, a di-

vulgação de fotos, inclusive com simulação de envelhecimento progressivo decorrente da idade, é ainda a principal ferramenta de localização.

No processo de identificação de uma pessoa desaparecida o Banco Referência armazena os perfis de DNA obtidos a partir de material biológico voluntariamente doado por parentes (preferencialmente pais) do desaparecido, e o Banco Questionável, armazena material biológico da pessoa que foi localizada (Lorente et al., 2002). O cruzamento das informações genéticas arquivadas nesses dois bancos de dados permite colocar em contato as duas pontas do problema: a família e o desaparecido.

A elaboração de bancos de DNA, com perfil de DNA para fins de identificação humana, deve seguir as mesmas normas éticas como, por exemplo, a declaração por escrito, após informação sobre todo o processo, de um consentimento livre e esclarecido de participação voluntária, previamente aprovado por Comitê de Ética da Instituição (de Gorgey, 1990; Weir e Horton, 1995a, 1995b).

No Brasil não existe regulamentação específica para bancos de DNA. Apresentaremos a seguir a evolução do **Caminho de Volta** cujo principal finalidade foi o estabelecimento um banco de DNA para auxiliar na identificação de crianças e adolescentes desaparecidos, no estado de São Paulo.

Considerando-se que as crianças ao nascerem não possuem uma identidade biológica que possa atestar sua filiação, a criação de um banco de DNA de pais ou familiares dessas crianças permite uma comparação genética, mesmo após vários anos do desaparecimento. Na realidade, a metodologia empregada nesses bancos corresponde a uma análise inversa de investigação de paternidade/maternidade. Vale a pena salientar que a falta de uma identificação, ou pelo menos o arquivo de material biológico, ao nascer, impede inclusive a futura identificação de crianças que porventura forem adotadas!

No Banco Referência amostras de sangue e/ou esfregaço bucal são obtidas dos pais dos desaparecidos, ou de irmãos ou mesmo familiares mais distantes, em situações excepcionais. No Banco Questionável amostras de sangue e/ou esfregaço bucal são colhidas das crianças ou adolescentes que se encontram em situação de filiação não estabelecida.

Quando uma criança é encontrada sem seus responsáveis ela é encaminhada, quase sempre por policiais, para um dos abrigos da cidade. Uma vez qualificada essa situação de desaparecimento, são acionadas algumas medidas de busca e divulgação do fato, com intuito de localização dos responsáveis. Caso isso não ocorra, essa criança se mantém em situação de abrigo, sob a tutela de um Juiz da Vara da Infância e da Juventude, até que a situação se esclareça com os pais biológicos, ou então essa criança poderá entrar no programa de adoção. Estima-se que muitas das crianças em situação de abrigo não possuem filiação definida ou têm filiação duvidosa. O **Caminho de Volta** desde agosto de 2005 tem cadastrado crianças nessas condições por meio de encaminhamentos judiciais.

Outras situações específicas podem ser beneficiadas com a implantação do banco de DNA, como nos casos de crianças encontradas mortas sem condições de identificação (carbonizadas, ossadas, restos biológicos, etc.) ou de crianças que se tornaram adultas em decorrência do lapso de tempo entre o desaparecimento e a solução do caso, entre outras. Quanto ao cadáver desconhecido, a partir de outubro de 2005, por meio de convênio assinado entre a FMUSP e o Instituto Médico Legal - IML, começa-

ram a ser incluídos em nosso banco o perfil de DNA de cadáveres de crianças ou adolescentes (idade presumida entre 0 e 18 anos), sem identificação. A partir de 2006, o DNA de todos os cadáveres desconhecidos, (crianças, adolescentes e adultos) passaram a ser incluídos no banco Questionável do **Caminho de Volta**.

Existem ainda diferentes circunstâncias em que crianças desaparecidas podem ser procuradas. Crianças que ficam nas ruas (embora quase sempre essas saibam quem são seus pais!), crianças e adolescentes institucionalizados ou mesmo hospitalizados. É importante frisar que, enquanto a inclusão dos pais e familiares no banco de DNA é voluntária e consentida, após todos os esclarecimentos, a alimentação do Banco Questionável depende de solicitação oficial das autoridades requisitantes. Por essa razão, os dados desse banco só podem ser inseridos após a regulamentação dessas medidas, por órgãos competentes.

Material biológico: Embora qualquer tipo de material biológico possa ser utilizado na análise do DNA, é necessária a uniformidade da coleta, tanto no arquivamento e transporte das amostras (todo material de coleta sai do laboratório com uma identificação de código de barras que permite o rastreamento e localização dos kits enviados), como no processamento das mesmas no laboratório. O material biológico utilizado no projeto consiste em uma única gota de sangue depositada em papel de filtro FTA. Esse tipo de celulose absorvente contém quatro substâncias químicas que protegem a molécula de DNA da degradação por nucleases e preservam as amostras de crescimento bacteriano (Butler, 2005). O ideal nesse tipo de banco seria a coleta, em paralelo, de células da lateral interna da boca para o arquivamento de uma segunda amostra em caso de necessidade de confronto. Entretanto, isso aumentaria muito o custo do Projeto e essa coleta está sendo feita somente em casos especiais.

As amostras de sangue em papel FTA, depois de secas, se conservam por aproximadamente 20 anos, à temperatura ambiente, sem se deteriorarem. O mesmo acontece com as amostras de saliva que são conservadas em *freezer* depois de secas. As amostras de sangue e de saliva encaminhadas ao laboratório, devidamente codificadas, estão sendo armazenadas em local seguro e sob responsabilidade da coordenação do **Caminho de Volta**.

As amostras são processadas logo que chegam ao laboratório e os resultados são enviados para o banco de dados que realiza, dentro de uma rotina otimizada, a comparação dos Bancos Questionável e Referência. Quando ocorre compatibilidade entre o perfil de DNA de uma criança e de um casal presente no banco de dados o caso está resolvido. Nessa situação os perfis são retirados do banco, pois a finalidade maior, que é a identificação, já foi concluída.

Nos casos em que o confronto não revela compatibilidade entre os perfis biológicos ali depositados, esse resultado negativo é informado às autoridades requisitantes. Os perfis mantidos no arquivo são consultados sempre que forem inseridos novos pais, ou outra criança for localizada. As características desse processo de cruzamento de informações biológicas, que inclui dados do desaparecimento e das crianças, foram desenvolvidas pela nossa equipe, respeitando inclusive as limitações intrínsecas ao processo de identificação de paternidade/maternidade (falsas paternidades, nem sempre declaradas, podem interferir na análise de comparação de perfis), principalmente quando outros tipos de parentesco (irmãos, tios, avós, etc.) são inseridos. Esse banco de DNA deverá ser perene e freqüentemente alimentado e consultado, pois as

comparações poderão ser realizadas em qualquer momento, mesmo em um futuro distante. Em todos os casos sempre será informado o resultado do confronto dos perfis e não o perfil de DNA encontrado nos testes efetuados.

Procedimentos de análise: a preparação do material para análise de STRs inclui em primeiro lugar a extração de DNA de um fragmento da amostra de sangue (1,2 mm) retirado do papel FTA com o auxílio de um picotador especial (Whatman[®]). Os protocolos para extração de DNA são os sugeridos pelo fabricante de FTA (Whatman[®]), que permite em poucas passagens a preparação da amostra para o processo de amplificação por PCR⁴. Além disso, com esse tipo de armazenamento e processamento das amostras biológicas é possível a análise automatizada, de um grande número de amostras, sem a quantificação prévia do DNA (Butler, 2005).

A metodologia padrão utilizada inclui a análise de STRs de DNA nuclear e, em alguns casos muito específicos, são utilizadas outras metodologias disponíveis em nosso laboratório, como a análise do DNA mitocondrial (DNAMit)⁵ da mãe e de parentes maternos ou análise de STRs do cromossomo Y do pai e de familiares masculinos da linhagem paterna (útil somente se a criança encontrada for do sexo masculino).

Após a extração do DNA, o processo de genotipagem é feito com o *kit AmpFLSTR[®] Identifiler[®] PCR Amplification Kit* (Applied Biosystems, Foster City, USA), que amplifica simultaneamente 15 *loci* de STR e o marcador da Amelogenina (marcador de gênero feminino/masculino). Os *loci* de tetranucleotídeos que compõem o *Identifiler[®] PCR Amplification Kit* incluem 13 *loci* padronizados e utilizados no CODIS, do FBI: CSF1PO, D3S1358, D5S818, D7S820, D8S1179, D13S317, D16S539, D18S51, D21S11, vWA, FGA, TH01, e TPOX, adicionados dos *loci* D2S1338 e D19S433. As informações geradas por esse *kit* satisfazem as recomendações da *European Network of Forensic Science Institutes (ENFSI)* e da *Interpol*, permitindo confronto de resultados obtidos em outros laboratórios.

As amostras, depois de amplificadas, são analisadas por meio de um seqüenciador ABI 3130Avant (Applied Biosystems, Foster City, USA) que permite a genotipagem dos alelos de forma mais precisa do que os tradicionais métodos que utilizam eletroforese em gel de poliacrilamida. Os resultados gerados da análise desses polimorfismos são apresentados na forma de gráficos e números, que correspondem às repetições em *tandem* do STR selecionado, os quais são migrados para o banco de dados e utilizados para confronto. O conjunto desses marcadores é que define o perfil genético único de cada indivíduo e nos permite, a partir da análise do DNA da criança, determinar as pessoas que seriam os pais biológicos, uma vez que cada criança herda metade dos marcadores de cada um dos genitores.

3.4. ROTINA DA EQUIPE

São realizadas reuniões mensais com a participação dos responsáveis pelas áreas específicas, para que todos tomem conhecimento dos aspectos do projeto como um todo. Estas reuniões são fundamentais para o planejamento de estratégias de articulação entre as instâncias governamentais e não governamentais, estratégias de captação de novos recursos e ampliação do **Caminho de Volta** em outras cidades e estados por meio de capacitação à distância ou presencial.

Para a equipe de psicólogos são programadas supervisões clínicas semanais nas

⁴ PCR (Reação em Cadeia da Polimerase) é um método de amplificação (criação de múltiplas cópias) de DNA a partir de pequenas quantidades iniciais.

⁵ DNAMt (DNA mitocondrial), é o DNA que se localiza nas mitocôndrias (organela localizada no citoplasma da célula, responsável por produzir energia necessária).

quais são discutidas as entrevistas realizadas com as famílias na semana anterior, os possíveis encaminhamentos para a Rede Psicossocial e as entrevistas de retorno. Essa supervisão permite identificar com mais precisão os aspectos psicológicos presentes no relato da família. A identificação de estruturas familiares disfuncionais e violentas requer dos profissionais constante discussão técnica uma vez que as histórias e as circunstâncias que levam uma criança a desaparecer, sejam por fugas de casa, subtrações, perdas ou por viver em situação de risco, exigem do profissional conhecimento teórico e experiência clínica para se posicionar. Muitas vezes a criança ou o adolescente sofre violência ou humilhações praticadas pelos pais durante a entrevista com os psicólogos e estes devem intervir. Essas situações desgastantes podem despertar sensações e sentimentos na equipe e no psicólogo responsável pelo atendimento, devendo ser discutidas e analisadas para que o profissional não tome atitudes que o distanciem de sua prática.



4. RESULTADOS PARCIAIS DO CAMINHO DE VOLTA



4. RESULTADOS PARCIAIS DO CAMINHO DE VOLTA

Serão apresentados a seguir os resultados preliminares da análise de entrevistas feitas com 302 famílias de crianças e adolescentes desaparecidos que foram inseridas no **Caminho de Volta** no período de setembro de 2004 a maio de 2006.

4.1. ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS

Nesse período foram registrados desaparecimentos de 177 meninas e de 125 meninos de diferentes faixas etárias, conforme descrito na Tabela 1. As comparações entre as faixas etárias mostram diferenças, estatisticamente significantes (Teste de Fisher, Breslow & Day, 1980), quando comparadas as faixas dos 13 aos 15 anos nas meninas (13 a 15 anos; $p = 0,03$) e dos 8 aos 12 nos meninos ($p < 0,0001$; Tabela 1). Essa diferença pode ser decorrente de fatores sociais e culturais que “permitem” uma maior liberdade aos meninos em idade inferior à das meninas. Por outro lado, na adolescência as meninas parecem fugir mais de casa, provavelmente por questões de amizades e relacionamentos com parceiros proibidos pelos pais. É importante lembrar que muitas vezes a fuga precoce dos meninos pode ocorrer por questões de maus-tratos ou mesmo por uso de drogas ou de consumo de bens materiais. O desejo de obter imediatamente o que se quer, a dificuldade de se submeter às frustrações ou adiar seus planos, pode levar esta criança ou este adolescente a optar pela fuga de casa, arriscando-se no desconhecido. Pais proibitivos, muito exigentes ou fragilizados não possuem modelos internalizados que lhes garantam segurança para dizer “não”, além de temerem perder o amor de seus filhos. De qualquer forma, é muito difícil, ou quase impossível, apontar com segurança essas razões.

Alguns dados quanto às características da família dessas crianças foram levantados, como, por exemplo, local de origem dos pais, idade, grau de escolaridade, tipo de família, se nuclear ou não, e a profissão dos pais. Esses dados estão apresentados na Tabela 2, separados quanto ao sexo das crianças que desapareceram.

Grande parte das entrevistas (77,5%) foi feita com as mães tanto no DHPP quanto nos casos cadastrados nos Departamentos de Polícia Judiciário – Interior, (DEINTER) localizados em oito cidades do interior do estado de São Paulo (ANEXO I). Em algumas situações o pai veio sozinho (11,6%) ou voltou em outras entrevistas, principalmente para coleta de material biológico (14,2%).

Os genitores dessas crianças, em sua maioria, eram casados (41,4%) sendo as mães com idades que variaram de 19 a 62 anos (média = $37,94 \pm 7,54$) e os pais de 23 a 74 anos (média = $41,96 \pm 8,08$). Metade das crianças e/ou adolescentes desaparecidos tem, pelo menos um dos pais nascidos no Estado de São Paulo (49,6% das mães e 31,8% dos pais). No entanto, observamos famílias migratórias, principalmente da Bahia (14,9% de mães e 10% de pais), Minas Gerais (7% de mães e 5% de pais) e Paraná (5% das mães e 3% dos pais), embora em 34% dos casos essa informação não tenha sido possível se obter.

As crianças e os adolescentes desaparecidos faziam parte de composições familiares, na sua maioria, nucleares, ou seja, compostas pelos pais biológicos e irmãos biológicos (50,3%). A múltipla composição familiar caracteriza-se pela presença de parceiros e filhos de outros casamentos (28%). Os agregados formam o grupo de parentes que vivem na mesma casa dos pais biológicos, ou não (20,9% - Tabela 2).

As mães, em grande parte, eram donas de casa (42,4%) e as demais possuíam profissões e ocupações em serviços gerais, como auxiliar de limpeza e empregada doméstica (27,5%), sendo que somente cinco delas tinham curso superior (1,7% - Tabela 2). Os pais exerciam principalmente atuações na construção civil (23%), serviços gerais (11,1%) e serviços técnicos (18,6%), e observou-se que 21 deles (7,7%) exerciam a profissão de motorista. Dentre as entrevistas realizadas não foi possível saber a profissão de 71 (26,3%) dos pais dessas crianças, e somente 7 deles (2,6%) tinham formação universitária (Tabela 2).

A maioria das famílias habitava casas próprias (60,3%) embora tenham sido entrevistadas famílias que moravam em barracos (7%) ou mesmo quintal (8,3%). Esse indicativo aponta para o fato de que a vulnerabilidade ao desaparecimento não está, necessariamente, vinculada à pobreza, apesar de este ser também um fator importante na evasão de crianças e adolescentes (Tabela 2).

Das 302 famílias, 58,9% já haviam procurado o Conselho Tutelar como uma tentativa inicial de auxílio para o enfrentamento das dificuldades familiares que envolvem a criança e o adolescente. Outro indicador interessante é o fato de que 48% das famílias haviam tido algum tipo de tratamento psicológico, anterior à entrada no Projeto (Tabela 2).

Algumas características das crianças que desapareceram também puderam ser avaliadas em separado, a partir de informações dos pais ou responsáveis, como por exemplo: local de nascimento, cor da pele, algum tipo de deficiência, escolaridade, distúrbio de conduta, informações estas descritas na Tabela 3. A maior parte dessas crianças nasceu na Região Sudeste (85%), sendo 83% no Estado de São Paulo (Tabela 3). Praticamente metade das crianças que desapareceram tinha pele clara, sendo que essa proporção foi maior para as meninas (53,7%) do que para os meninos (38,4%), tendo sido essa diferença estatisticamente significativa ($\chi^2 = 6,26$; 1gl; $p = 0,012$). Apenas 6% dessas crianças tinham olhos claros (Tabela 3). As famílias, na sua maioria, tinham alguma crença religiosa, principalmente católica (45,4%) ou evangélica (42%), conforme apresentado na Tabela 3.

É interessante ressaltar a incidência de crianças com algum tipo de deficiência física ou mental (16%) entre aquelas que desapareceram de seus lares. A maior parte delas (10,3%), tanto do sexo feminino quanto masculino, apresentou deficiências físicas, principalmente surdez e deficiência da fala (Tabela 3).

Também foram avaliados padrões de comportamento da família que pudessem estar, de alguma forma, associados com o desaparecimento dessas crianças. O intuito final era, a partir da identificação do contexto familiar, propor condutas que pudessem auxiliar as famílias no enfrentamento do problema. Muitas dessas informações foram fornecidas pelos familiares e outras, deduzidas pelas entrevistas sucessivas que foram realizadas na própria delegacia. Algumas dessas informações puderam ser confrontadas com os dados obtidos pelas crianças, que foram posteriormente entrevistadas. Embora a maior parte das famílias não tenha apontado distúrbios de conduta (64,6%), o consumo de bebidas alcoólicas, associado ou não com outros fatores, como uso de drogas e contravenção/infração, foi relatado por praticamente 20% das famílias. Todas essas variáveis foram relatadas em maior frequência pelas famílias das meninas do que dos meninos (Tabela 3), com exceção do uso de drogas associado com contravenção/infração (0,6% nas meninas e 5,6% nos meninos), cuja diferença entre

ambos os sexos foi considerada estatisticamente significativa ($p = 0,0098$ - Teste de Fisher), conforme apresentado na Tabela 3.

É interessante ressaltar a escolaridade dessas crianças e adolescentes que desapareceram. Menos da metade das meninas (40%) e dos meninos (33,6%) estava cursando ano regular nas escolas (Tabela 4). Proporção semelhante de meninos (36,8%) e meninas (40,7%) apresentava defasagem escolar de um a dois anos, enquanto praticamente 20% das crianças e adolescentes estavam atrasados na idade escolar por mais de dois anos (Tabela 4). A defasagem escolar foi expressiva (maior que 2 anos) quando comparadas as faixas etárias que variaram de 11 a 15 anos (meninas 13,2% e meninos 26,9%) ou maior do que 15 anos, principalmente para os meninos (56% - meninas 33,3%), conforme apresentado na Tabela 4.

Quando comparamos meninos e meninas que estavam cursando ano escolar regular, até os 10 anos de idade, verificamos diferença estatisticamente significativa entre os sexos ($c2 = 3,98$; 1gl; $p = 0,046$), sendo a proporção de meninas (81%) maior do que a de meninos (73%), conforme apresentado na Tabela 4. Diferença semelhante, também estatisticamente significativa, foi observada entre as crianças com idades acima de 15 anos, em que 27,5% das meninas estavam cursando ano regular em comparação com apenas 4% dos meninos ($c2 = 6,41$; 1gl; $p = 0,011$ - Tabela 4).

Verificamos que 81,8% das queixas do desaparecimento foram lavradas na própria capital do Estado de São Paulo e 18,2% nos DEINTERS. Observamos uma maior incidência de queixas de desaparecimentos nas regiões periféricas das Zonas Leste (22,8%) e Sul (15,9%) do município de São Paulo, que perfazem aproximadamente 40% das famílias (Tabela 5).

Um resultado interessante é o período entre a ocorrência do desaparecimento e a queixa do mesmo na delegacia de polícia. A metade das famílias (50%) levou de 24 a 48 horas para fazer o B.O, enquanto em 19,2% das famílias esse tempo variou de 4 a 7 dias (Tabela 5). Podemos levantar a hipótese de que, justamente pelo fato da reincidência ser um fenômeno comum para algumas dessas famílias, as mesmas aguardem um tempo maior para o possível retorno espontâneo de seus filhos. Outro complicador é a idéia errônea de que a queixa de desaparecimento deva ser lavrada 48 ou 72 horas depois do ocorrido. Esse comportamento aumenta o risco para essas crianças, uma vez que, para algumas situações, a demora na busca pode comprometer inclusive a própria vida do desaparecido. As queixas nas delegacias devem ser efetuadas imediatamente após a constatação do desaparecimento. E, por fim, podemos pensar também na possibilidade de essas famílias tratarem com negligência um evento tão importante quanto o desaparecimento de um filho. De fato, algumas famílias (8,3%) demoraram mais de 15 dias para procurar a ajuda da polícia (Tabela 5).

Observamos que 52,3% dos desaparecimentos ocorreram pela primeira vez. No entanto, verificamos em 14,6% dos casos reincidências de fuga, em número superior a 15 vezes, chegando até a 23 vezes, praticada pela mesma criança (Tabela 5). Esse fato mostra que não adianta após a criança ser localizada e identificada, a mesma retornar para um lar disfuncional. A identificação das causas desse desaparecimento, bem como o atendimento a essas famílias durante o processo de busca, é uma das prioridades do **Caminho de Volta**. Esse procedimento tem sido acatado por 53,6% das famílias entrevistadas (Tabela 5). A análise estatística não revelou diferenças significantes de comportamento das famílias que perderam filhos do sexo feminino ou masculino.

Dentre os principais tipos de desaparecimento observamos, por meio dos dados das entrevistas, que as fugas de casa configuraram a maior incidência (73,2%). Dentre as causas mais freqüentes de fugas figuram maus-tratos (51,3%), alcoolismo (36,1%) e violência conjugal (29,3%), conforme apresentado na Tabela 6. É interessante observar que todos esses comportamentos disfuncionais foram praticamente iguais entre as famílias de meninas e de meninos, sendo essa diferença (2002, p.14) mais acentuada, embora estatisticamente não significativa, em relação ao abuso sexual e incesto (14% das meninas e 7% dos meninos) e exploração sexual infantil relatada por aproximadamente 6,6% das meninas e somente 1,2% dos meninos, conforme apresentado na Tabela 6.

Também a associação de queixas foi mais freqüente nas famílias onde meninas desapareceram em relação a maus-tratos e adição (15%), maus-tratos e negligência (14%), violência doméstica e negligência (7,6%), alcoolismo e negligência (10,4%), adição e negligência (9,4%) e alcoolismo e adição (13,2%), quando comparados com famílias onde meninos desapareceram (7%, 5,9%, 3,5%, 4,7%, 3,5% e 7%, respectivamente), conforme apresentado na Tabela 6.

4.2 ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES ENCONTRADOS

Após 18 meses de existência do Projeto, 173 (57,3%) crianças e adolescentes foram localizados ou voltaram espontaneamente para suas casas. Entre os localizados, 7 (4%) estavam mortos (3 meninos e 4 meninas). Dos que voltaram para casa 49% deles (84/173) foram entrevistados pelos nossos psicólogos, na própria delegacia. A informação dada pela criança, dos motivos do desaparecimento, do tipo de família, bem como da maneira que conseguiu sobreviver, longe dos pais, é uma pesquisa inédita que vem sendo desenvolvida por nossa equipe. Alguns pontos interessantes dessa avaliação encontram-se descritos nas Tabelas 7 a 9.

Verificamos que 36 dos 44 meninos desaparecidos, na faixa etária de 8 a 12 anos, retornaram (81,8%) e somente 5 dos 27 adolescentes com idades entre 16 a 18 anos (18,5%), foram localizados ou retornaram para suas casas, conforme apresentado na Tabela 7. De fato, quando analisados os dados em conjunto, a maior parte das crianças que foram localizadas tinha entre 8 e 12 anos, embora a comparação entre os sexos não tenha revelado diferença estatisticamente significativa, conforme apresentado na Tabela 7.

Comparando-se meninos e meninas que retornaram espontaneamente ou não para suas casas, verificamos ser três vezes maior o número de meninos de cor negra (18%) do que as meninas (6,6%), sendo essa diferença também observada em relação à cor dos olhos, pois 15,6% das meninas tinham olhos claros em comparação com 7,7% dos meninos (Tabela 8). O consumo de drogas nas famílias dos meninos também foi maior (12,8%) do que o relatado na família das meninas (4,4%), embora a associação de álcool e drogas ou outro tipo de adição tenha sido ligeiramente maior nas famílias das meninas (Tabela 8). Consumo de drogas associado à contravenção foi relatado somente pelos meninos (Tabela 8).

Não parece existir diferenças no tipo de desaparecimento que ocorre em ambos os sexos, pois a fuga de casa sozinha foi relatada por 80% das meninas e

74,4% dos meninos (Tabela 9). Porém, quanto às razões do desaparecimento, parece haver diferenças entre os grupos. A fuga dos meninos está aparentemente mais associada com maus-tratos e violência conjugal (15,4%), conflito familiar ou aventura (30,8%), enquanto para as meninas o motivo parece ser conflito familiar (35,6%), aventura (20%), medo (11%) ou mesmo razões outras não bem determinadas (22,2% - Tabela 9).

Parte das crianças que voltaram tinha um histórico de desaparecimentos anteriores. Somente para 16 meninas (35,6%) e 11 meninos (28,2%) esse desaparecimento tinha sido o único. Dentre os reincidentes, a maioria das meninas estava na segunda (17,7%) e na terceira vez (15,6%) e os meninos em um grupo que variou de 5 a 10 vezes (12,8% - Tabela 9). Muitos dos entrevistados não sabiam mais precisar o número de vezes que haviam fugido de suas casas (23% dos meninos e 6,7% das meninas), conforme apresentado na Tabela 9.

Outra informação interessante é o número de pessoas desconhecidas que acolhem essas crianças sem comunicar à polícia, ou a outra autoridade, o paradeiro das mesmas. Nem amigos e/ou familiares se preocupam em avisar que a criança esta segura sob a tutela de um conhecido. Esse comportamento foi observado principalmente entre as meninas que, em 57,7% dos casos, foram abrigadas por conhecidos enquanto o mesmo ocorreu com 25,6% dos meninos (Tabela 9).

Por outro lado, 56,5% dos meninos permaneceram nas ruas durante o período que estiveram fora de casa em comparação com 15,6% das meninas, diferença esta considerada estatisticamente significativa ($c^2 = 13,67$; 1 gl; $p = 0,0002$ - Tabela 9).

Também as meninas receberam ajuda principalmente de familiares (55,6%) enquanto os meninos, de desconhecidos (17,9%). Os meninos sobreviveram pedindo esmola (17,9%) ou furtando (7,7%) em proporção maior do que as meninas (8,9% e 2,2%, respectivamente), conforme apresentado na Tabela 9.

Por outro lado, quando questionados quanto ao desejo de voltarem para suas casas, aproximadamente 80% dos meninos e 56% das meninas manifestaram que isso seria a melhor coisa, diferença essa considerada estatisticamente significativa ($c^2 = 4,36$; 1 gl; $p = 0,036$ - Tabela 8). Esses dados, a princípio, parecem indicar um lar mais disfuncional para as meninas, ou mesmo um diferencial entre os sexos no tipo de acolhimento recebido no período em que estiveram fora de casa (a maior parte dos meninos ficou na rua), embora essa conclusão seja precoce, pois dados da própria personalidade podem estar envolvidos.

4.3 ANÁLISE DOS PERFIS DE DNA

Durante o atendimento das 302 famílias que foram inseridas nos primeiros dezoito meses do projeto foram analisados 342 perfis de DNA. Em 234 (77,5%) famílias a mãe da criança compareceu para coleta de material biológico, sendo que em 183 (60,5%) casos estava sozinha, em 43 (14,2%) estava com o pai e em 8 (2,7%) casos estava acompanhada com outro tipo de familiar próximo da criança (Tabela 10). É interessante notar que 11 crianças (3,7%) desaparecidas eram adotadas, e, por essa razão, os familiares não forneceram material biológico para análise.

Não foi necessária a coleta de material biológico das crianças encontradas ou que voltaram espontaneamente para casa nesse período. Em todos os casos houve fácil reconhecimento entre as partes envolvidas. Como anteriormente mencionado a inclusão de perfis de DNA no Banco Questionável dependeu de acordos com as autoridades responsáveis e, somente a partir do final de 2005, teve início a coleta de material biológico de crianças abrigadas e de cadáveres desconhecidos, em outubro e dezembro, respectivamente.

O Banco Questionável tem hoje o perfil de DNA de sete crianças abrigadas e de 34 cadáveres desconhecidos. Destes, a idade aproximada pode ser superior a 18 anos. Foi realizada a inclusão de cadáveres desconhecidos que estavam arquivados nos IMLs de São Paulo e do interior do Estado. De 71 amostras que foram processadas, em decorrência das péssimas condições de armazenagem, somente foi possível incluir 28 perfis completos e quatro perfis parciais de DNA.

A idade aproximada do cadáver, que é declarada pelo médico legista, nem sempre corresponde à idade real do mesmo. Recentemente, fomos solicitados a fazer um confronto na tentativa de identificação de um cadáver cujo DNA havia sido processado no **Caminho de Volta**. A análise do perfil de DNA do sangue, que foi enviado como sendo da mãe, e do cadáver encontra-se descrita na Tabela 11. A análise estatística (Evetts e Weir, 1998) dos perfis de DNA gerados revelou índice combinado de maternidade, ou seja, razão de verossimilhança igual a 197.213. Esse resultado indicou que era 197.213 vezes mais provável que a combinação de alelos entre os dois tenha sido em decorrência dos vínculos de filiação do que ao acaso, com probabilidade de 99,99949294% de que a mãe era verdadeira (cinco em um milhão de que esta não fosse a verdadeira mãe). Posteriormente, após entrevista com a mãe, sabemos que o filho, cadáver desconhecido que foi identificado como sendo filho dela, tinha 45 anos, e não 19 anos como havia sido anteriormente estimado no Instituto Médico Legal - IML. Embora este tenha sido o primeiro confronto positivo dentro do banco de DNA do **Caminho de Volta**, o mesmo poderia não ter sido resolvido, pois o Banco Referência do Projeto é composto por pais que perderam filhos com idade inferior a 18 anos. Alternativas para minorar o problema poderiam ser sugeridas como a inclusão de fotos desses cadáveres desconhecidos ou a análise de DNA de todos os indivíduos nessa situação, antes de serem sepultados.

Dentro do **Caminho de Volta** avaliamos DNA de material biológico, um pedaço de crânio compatível com idade aproximada de oito anos, suspeita de pertencer a uma criança considerada desaparecida. Parte da análise desse material foi feita em nosso laboratório, mas foi necessário ampliarmos o número de marcadores para completa elucidação do caso (Tabela 12). Depois de esgotadas nossas competências, solicitamos a colaboração do Dr. Gregory LaBerge, chefe do Laboratório de DNA da Polícia de Denver, Co, EUA, parceiro do **Caminho de Volta**, desde a sua implantação. Depois de gerados os perfis de DNA dos envolvidos, para confronto (Tabela 12), o próximo passo é a análise estatística, que avalia a probabilidade de perfis iguais serem compartilhados por acaso ou por herança dentro de uma mesma família. Nesse caso foi avaliado DNA de um pai (E) e de dois irmãos (T e N) que supostamente eram, respectivamente, pai e irmãos do falecido.

Nos casos de identificação de irmãos, é fundamental para a interpretação dos resultados que o pesquisador leve em conta o fato de que, a princípio, há uma probabilidade de 25%, por *locus* analisado, de que os dois irmãos não tenham nenhum alelo em comum. Em situações semelhantes é essencial que a análise dos resultados leve em conta todas as evidências disponíveis, incluindo resultados de testes de outros irmãos e mesmo dados não relacionados ao DNA.

A técnica padrão utilizada nesse caso consistiu em calcular as razões de verossimilhança e aplicar o Teorema de Bayes (Evetts e Weir, 1998), análise também realizada pelo Dr. Luis Fernandes Lopez, responsável por essa área dentro do **Caminho de Volta**. Na Tabela 12, ao lado de cada um dos 16 alelos identificados na análise molecular, está indicada a melhor estimativa de que se dispõe para a frequência relativa desse alelo na população brasileira. As frequências relativas dos alelos encontrados foram extraídas do banco de dados do **Caminho de Volta** e de publicações de frequências alélicas nacionais.

A análise estatística revelou ser 1,8 milhão de vezes mais provável que T e N tenham seus genomas compatíveis por serem irmãos do que por mero acaso. Enquanto para T e o crânio do cadáver essa razão foi de 81 vezes, e para N e o crânio foi de apenas 17 vezes. Esses resultados sugerem uma fortíssima evidência de que T e N são realmente irmãos, mas não são do material biológico encontrado. Adicionalmente, se aceitarmos que T e N são realmente irmãos, como indicam os resultados da Tabela 12, verificamos incompatibilidade com o genoma obtido a partir do cadáver nos *loci* D8S1179, TH01 e vWA (Tabela 12).

Por outro lado, ao compararmos o perfil genético do pai E e do cadáver, o mesmo é incompatível nos *loci* D8S1179 e TH01, levando à exclusão dessa possível paternidade. Concluímos, então, que o indivíduo a quem o crânio pertenceu não era irmão de T e N e nem tampouco era filho de E. O resultado de exclusão de identidade muitas vezes modifica o rumo das investigações policiais, sendo de extrema importância dentro do processo. Nesse caso, os perfis de DNA obtidos no material biológico e nos familiares da criança desaparecida foram mantidos em nossos bancos de DNA para futuros confrontos (Tabela 12).

Conforme anteriormente mencionado, na análise estatística é necessário conhecermos a frequência com que determinados alelos estão distribuídos na população. Por essa razão, a partir dos perfis de DNA obtidos em nosso laboratório, não só no banco de DNA do **Caminho de Volta**, efetuamos uma análise preliminar das frequências alélicas encontradas para que a mesma pudesse servir de base para a análise estatística que fosse necessária.

Verificamos que alguns alelos encontrados em nossa amostra são muito raros como o alelo 45.2 para o marcador FGA, que aparentemente só foi identificado (0,3%) em uma população Afro-Caribenha (Evetts et al., 1997). Nessa análise também identificamos dois alelos que não haviam sido anteriormente descritos em trabalhos de revisão que comparam frequências alélicas em diferentes populações (Butler, 2005). Detectamos o alelo 9 no marcador D19S433 e o alelo 6 no marcador D5S818 (Tabela 13), alelos esses também descritos em outras populações brasileiras (White et al., 2004; Goes, 2004; Grattapaglia et al., 2003). É interessante ressaltar que o alelo 9 (D19S433) não está referido no *site* do *Nacional Institute of Standards and Technology* (NIST STRBase - <http://www.cstl.nist.gov/>

[biotech/strbase/index.htm](#)) e o alelo 6 (D5S818) é referido uma única vez.

Conforme esperado, os *loci* mais polimórficos foram também os que mais discriminaram, como o D2S1338 (PD: 97.5%), D18S51 (PD: 97.4%), FGA (PD: 97%) e D21S11 (PD: 96.1%). Esse tipo de análise poderá, em um futuro próximo, auxiliar na elaboração de um painel de alelos mais raros e mais frequentes em nosso banco, com intuito de orientar a busca de coincidências entre os perfis ali depositados (Fridman et al.⁶)

Conforme evidenciado na Tabela 10, parte representativa do banco de DNA foi composta por familiares que não os pais biológicos, sendo que os mesmos contribuíram apenas com 14% das amostras. Não podemos deixar de mencionar que nem sempre o pai que se apresenta na entrevista é o pai biológico. Essas dificuldades devem ser contornadas não só com o método de análise do banco de dados mas também com outros tipos de análises laboratoriais, que permitam avaliar a herdabilidade biológica, como a análise do DNAm, os polimorfismos do cromossomo Y e, em casos especiais, a análise de um perfil de SNPs⁷.

A pesquisa de polimorfismos de regiões hipervariáveis (HV1 e HV2) do DNAm é hoje um projeto de pesquisa de nossa equipe, que vem sendo coordenado pela Dra. Cintia Fridman, com financiamento da Fapesp. Os primeiros resultados, utilizando 100 duplas de mães e filhos, comprovadamente biológicas por meio da análise de polimorfismos de DNA nuclear (STRs), foram referentes à análise da região hipervariável HVII (Fridman et al.⁸). Essa metodologia, já implantada em nosso laboratório, poderá ser utilizada em casos em que o perfil de DNA da mãe e de uma criança for compatível mas existirem dúvidas quanto ao perfil de DNA do pai biológico ali depositado.

Outra situação que já ocorreu em nosso projeto foi a solicitação de investigação de irmandade biológica entre duas crianças, dadas como desconhecidas em um abrigo, cuja adoção, por alguém que se dizia avó materna, havia sido solicitada. O juiz primeiramente requereu a análise de DNA das possíveis irmãs, para ser confrontada no Banco Referência. Posteriormente solicitou a análise de possível irmandade. A pesquisa de STRs no DNA nuclear não foi suficientemente convincente para declarar irmandade em decorrência da frequência dos polimorfismos encontrados (Tabela 14). A análise estatística revelou ser 16,55 vezes mais provável que o resultado obtido no teste deva-se ao fato de elas serem irmãs que ao acaso. Com isso, temos uma probabilidade de 94,3% de que elas sejam realmente irmãs. Esse valor de probabilidade é considerado muito baixo para que se possa dar um laudo positivo de irmandade.

Os exemplos acima mostram, de forma sucinta, a importância da análise do DNA por diferentes metodologias, buscando esclarecer sempre os vínculos de parentesco entre crianças encontradas e possíveis pais. Entretanto, um banco de DNA como esse só começará a dar resultados quando houver crescimento significativo do número de perfis ali depositados.

Temos certeza de que a maior alimentação do banco de DNA com famílias do Estado de São Paulo, a expansão do Projeto para o Estado do Paraná, como já ocorreu, e a posterior inclusão de perfis de DNA de familiares e de crianças encontradas em outros estados propiciará a elucidação de casos de desaparecimentos recentes ou mais remotos.

⁶ Fridman C, Santos PCC, Kohler P, Figaro-García C, Lopez LF, Massad E, Gattás GJF. Genetic profile of 16 STR markers in a Brazilian population. *Forensic Science International*, submitted, 2006.

⁷ SNPs (Single Nucleotide Polymorphisms) Tipo de polimorfismo onde existe a troca de um nucleotídeo, a unidade do DNA (Adenina, Citosina, Guanina e Timina).

⁸ Fridman C, Sousa MLAPO, Gattás GJF. Mitochondrial DNA HVII polymorphisms characterization in a Brazilian population. *Forensic Science International*, submitted, 2006.

4.4 ESTUDO CASO-CONTROLE

Os resultados observados na análise dessas famílias foram comparados em um estudo caso-controle preliminar, no qual, para cada família atendida no DHPP, foram estudadas duas famílias “controle” ou “referência”, selecionadas sempre que possível na mesma rua onde morava a família que teve uma criança ou adolescente desaparecido. Os primeiros resultados dessa análise foram apresentados no I Seminário Projeto Caminho de Volta realizado na FMUSP, no dia 19 de outubro de 2005.

A pesquisa-piloto em questão desenvolveu-se em um período de 120 dias, compreendendo os meses de fevereiro a junho de 2005. Contou com a participação de cinco psicólogos, os mesmos que realizaram o acolhimento psicológico de famílias com crianças e adolescentes desaparecidos no DHPP, os quais entrevistaram, pessoalmente, essas famílias em suas residências.

O objetivo maior foi conhecer esse universo do desaparecimento infanto-juvenil e entender por que famílias que possuíam nível socioeconômico pelo menos semelhante, estavam sob as mesmas pressões ambientais (mesmo bairro) e com filhos da mesma idade, não passavam pela mesma angústia do desaparecimento. Por outro lado, esse conhecimento de famílias “semelhantes” poderia trazer subsídios que colaborassem na orientação e no acompanhamento psicológico das famílias em atendimento no DHPP.

As famílias “referência” entrevistadas somente eram incluídas na análise se tivessem filhos nas mesmas faixas etárias dos casos em que ocorreram desaparecimentos e que nunca tivessem feito um boletim de ocorrência, por esse motivo, ou mesmo observado esse padrão de comportamento “fujão” nos filhos.

A coleta de dados se deu a partir de dois contatos indicados pelos pais de crianças ou adolescentes desaparecidos. As informações colhidas formaram um banco de dados que foi tratado e analisado para comparação das variáveis por métodos clássicos de análise epidemiológica para estudos caso-controle (Breslow e Day, 1980). Os *odds ratios* e os respectivos intervalos de confiança de 95% foram estimados por regressão logística não condicional para controlar simultaneamente potenciais variáveis de confusão.

No total foram entrevistadas 200 famílias referência, sendo 46 (23%) delas nos bairros da Zona Leste, 42 (21%) nos bairros da Zona Sul, 38 (19%) na Zona Norte, 22 (11%) na Zona Oeste, 20 (10%) na Região Central e 32 (16%) na Região Metropolitana da cidade de São Paulo (Ferraz de Vasconcelos, Itapeverica da Serra, Embu, Osasco, Diadema, Ribeirão Pires, Barueri, Cotia e Carapicuíba).

Em praticamente todas as localidades visitadas a equipe destacou os evidentes sinais de exclusão social, política, cultural e econômica que subsidiam as questões de desaparecimentos de crianças e adolescentes. Eram, em sua maioria, bairros extremamente precários no que se refere às condições mínimas de habitação, qualidade de vida e saúde e indicavam a alta vulnerabilidade a que crianças, adolescentes e seus familiares estavam expostos.

Existiram situações em que o caso de referência estava situado num cortiço tendo em torno prédios e casas de maior poder aquisitivo, diferença essa não prevista no protocolo de pesquisa, mostrando a necessidade de conhecermos

melhor a realidade dessas famílias com filhos desaparecidos. As formações populacionais na cidade de São Paulo variam enormemente de localidade para localidade, mesmo dentro de um mesmo bairro, marcando diversas idiossincrasias socioculturais.

Os resultados preliminares dessa pesquisa nos mostraram diferenças significantes quanto ao tipo de família, busca de atendimento psicológico ou do conselho tutelar, distúrbio de conduta das crianças e adolescentes (álcool e/ou drogas), e as condições de moradia, conforme dados apresentados nas Tabelas 15 a 17.

A presença de uma família nuclear foi maior no grupo controle (72%) quando comparado com as famílias do DHPP (53%), sendo essa diferença significativa ($p = 0,00015$) entre os grupos, conforme apresentado na Tabela 15. Também nas famílias atendidas no DHPP, foi muito mais freqüente a ida aos conselhos tutelares (56% contra 5%) e a busca de apoio psicológico (47% contra 12,5%), diferença essa altamente significante, conforme apresentado na Tabela 15.

As crianças que desapareceram de seus lares também tinham uma freqüência maior de qualquer tipo de deficiência ($p = 0,00008$) e de distúrbios de conduta (39% contra 4,5% - $p << 0,01$), consumo de bebidas alcoólicas (19% contra 2,5% - $p << 0,02$) e de drogas (23% contra 1% - $p << 0,01$). A Tabela 15 mostra também que essas famílias do DHPP tinham menos casas próprias quando comparadas com o grupo controle ($p = 0,015$).

Os dois grupos de famílias foram comparados quanto à presença de um lar violento, maus-tratos, consumo de bebidas alcoólicas e drogas, negligência, e contravenções, entre outros. As maiores diferenças, estatisticamente significantes ($p << 0,01$ e $p < 0,00035$), ocorreram em relação a maus-tratos e violência doméstica, respectivamente (Tabela 16). Também surgiu diferença significativa entre as famílias quanto aos hábitos incestuosos ($p = 0,03$) e o tráfico de drogas ($p = 0,04$), enquanto a adição revelou tendência à significância ($p = 0,06$), conforme apresentado na Tabela 16.

Embora os fatores mencionados acima pudessem ser, *a priori*, indicativos de um lar disfuncional e de certo modo incentivador de medidas drásticas por parte dos menores, avaliamos também o perfil das crianças que chegam a essas medidas extremas, como por exemplo a fuga de casa (Tabela 17). As crianças das famílias referência foram descritas por seus familiares como mais alegres, falantes, sociáveis, desinibidas, quando comparadas com o grupo de crianças que desapareceram, sendo que essa diferença foi significante somente em relação ao fato de ser alegre ($p = 0,004$). Esse resultado parece mostrar um reflexo de lares mais estruturados e de crianças mais felizes e adaptadas. Por outro lado, entre as crianças que desapareceram, características associadas com a personalidade como mentirosas, agressivas, isoladas e tristes, apareceram em maior freqüência, sendo a tristeza estatisticamente significante entre os dois grupos ($p = 0,02$). Crianças agressivas e mentirosas foram mais representadas nas famílias do DHPP e essa diferença mostrou significância ou tendência à significância com probabilidade igual a 0,05 e 0,08, respectivamente (Tabela 17).

Se considerarmos que sair de casa não deve ser uma atitude simplista, exigindo, muitas vezes, uma postura mais audaciosa, a maior freqüência de crianças

tímidas no grupo referência (39%) do que a observada nas famílias cujos filhos desapareceram (13%), diferença essa estatisticamente significativa ($p = 0,00004$ – Tabela 17), parece ser um dado interessante a ser pesquisado. Poderíamos interpretar a timidez como um fator de proteção à fuga, pois deve limitar essa ação.

Esses dados, embora bastante preliminares, parecem apontar fatores de risco para o desaparecimento de crianças e adolescentes, que vão desde componentes associados com o ambiente familiar mais violento e condições socioeconômicas da família até características da própria personalidade da criança.

Nesse estudo piloto que, no futuro, deverá ser ampliado com um número maior de famílias, foi identificado com fator de risco para o desaparecimento, crianças descritas como mentirosas, agressivas, tristes e que se isolam. Quanto ao ambiente familiar, os maus-tratos, a presença de uma família não nuclear, violência doméstica, tráfico de drogas e incesto são fatores que agravam ou até de certa forma propiciam o desaparecimento infanto-juvenil.

A ampliação do projeto permitirá uma análise de regressão múltipla de variáveis que, com certeza, se somadas no delineamento dessa complexa estrutura familiar, poderão ser indicativos de possíveis fugas. Somente conhecendo esse universo poderemos contribuir de forma mais efetiva na elaboração de medidas de controle e prevenção que possam minimizar os danos pessoais, familiares, sociais e econômicos desse fenômeno.

4.5. TABELAS

Tabela 1- Registros de desaparecimentos de crianças e adolescentes, segundo a faixa etária, no período de setembro de 2004 a maio de 2006

Sexo	0 a 7 anos	8 a 12 anos*	13 a 15 anos*	16 a 18 anos	Total
meninos	9 (7%)	44 (35%)	45 (36%)	27 (22%)	125
meninas	11 (6%)	26 (15%)	87 (49%)	53 (30%)	177
Total	20 (7%)	70 (23%)	132 (44%)	80 (26%)	302
χ^2 (1gl)	0,01	16,2	4,6	2,2	
p	0,91	<0,0001	0,03	0,13	

*diferença estatisticamente significativa

Tabela 2 - Características dos pais e das famílias das 302 crianças e adolescentes desaparecidos, comparadas quanto ao sexo

Pais	Meninas 177 (%)	Meninos 125 (%)	Total 302 (%)
<u>Idade mãe (anos)</u>			
Até 20	0	1 (0,8)	1 (0,4)
21-40	111 (62,7)	80 (64,0)	191 (63,2)
41-50	38 (21,5)	28 (22,4)	66 (21,9)
>51	14 (7,9)	6 (4,8)	20 (6,6)
falecida	8 (4,5)	6 (4,8)	14 (4,6)
sem informação	6 (3,4)	4 (3,2)	10 (3,3)
<u>Idade pai (anos)</u>			
até 20	0	0	0
21-40	54 (30,5)	39 (31,2)	93 (30,8)
41-50	55 (31,1)	33 (26,4)	88 (29,1)
>51	18 (10,2)	7 (5,6)	25 (8,3)
falecido	14 (7,9)	18 (14,4)	32 (10,6)
sem informação	36 (20,3)	28 (22,4)	64 (21,2)
<u>Estado civil da mãe</u>			
casada	75 (42,3)	50 (40,0)	125 (41,4)
solteira	24 (13,6)	21 (16,8)	45 (14,9)
separada	63 (35,6)	41 (32,8)	104 (34,4)
viúva	09 (5,1)	9 (7,2)	18 (6,0)
sem informação	06 (3,4)	4 (3,2)	10 (3,3)
<u>Profissão da mãe</u>			
do lar	70 (41,4)	52 (43,7)	122 (42,4)
serviços de limpeza	47 (27,8)	32 (26,9)	79 (27,5)
serviços técnicos	29 (17,2)	12 (10,1)	41 (14,2)
autônomo	5 (3,0)	8 (6,7)	13 (4,5)
curso superior	4 (2,4)	1 (0,8)	5 (1,7)
subemprego	8 (4,7)	9 (7,6)	17 (5,9)
sem informação	6 (3,5)	5 (4,2)	11 (3,8)
<u>Profissão do pai</u>			
construção civil	35 (21,5)	27 (25,2)	62 (23,0)
serviços gerais	20 (12,3)	10 (9,4)	30 (11,1)
motorista	11 (6,7)	10 (9,4)	21 (7,7)
serviços técnicos	32 (19,7)	18 (16,8)	50 (18,6)
autônomo	13 (8,0)	4 (3,7)	17 (6,3)
curso superior	5 (3,0)	2 (1,9)	7 (2,6)
sub emprego	5 (3,0)	7 (6,5)	12 (4,4)
sem informação	42 (25,8)	29 (27,1)	71 (26,3)
<u>Tipo de família</u>			
nuclear	88 (49,7)	64 (51,2)	152 (50,3)
múltipla composição	46 (26,0)	39 (31,2)	85 (28,1)
agregados	43 (24,3)	20 (16,0)	63 (20,9)
sem informação	0	2 (1,6)	2 (0,7)
<u>Tipo de moradia</u>			
casa	135 (76,3)	92 (73,6)	227 (75,2)
apartamento	19 (10,7)	10 (8,0)	29 (9,6)
barraco	10 (5,7)	11 (8,8)	21 (7,0)
outros	13 (7,3)	12 (9,6)	25 (8,3)
próprio	107 (60,5)	75 (60,0)	182 (60,3)
não-próprio	70 (39,5)	50 (40,0)	120 (39,7)
Atendimento Conselho Tutelar	99 (55,9)	79 (63,2)	178 (58,9)
Atendimento psicológico	77 (43,5)	68 (54,4)	145 (48,0)

Tabela 3- Dados relativos ao local de nascimento, características físicas, religião, deficiências físicas e/ou mentais e distúrbios de conduta relatados pelos familiares das 302 crianças e adolescentes desaparecidos

Crianças	Meninas - 177 (%)	Meninos - 125 (%)	Total - 302 (%)
<u>Local de Nascimento</u>			
Norte	1 (0,6)	0	1 (0,3)
Nordeste	19 (10,7)	18 (14,4)	37 (12,2)
Centro-Oeste	1 (0,6)	1 (0,8)	2 (0,7)
Sudeste	155 (87,6)	102 (81,6)	257 (85,1)
Sul	1 (0,6)	4 (3,2)	5 (1,7)
<u>Cor da pele</u>			
branca	95 (53,7)	48 (38,4) ^a	143 (47,3)
parda	72 (40,7)	65 (52,0)	137 (45,4)
negra	10 (5,6)	12 (9,6)	22 (7,3)
<u>Cor dos olhos</u>			
escuros	166 (93,8)	118 (94,4)	284 (94,0)
claros	11 (6,2)	7 (5,6)	18 (6,0)
<u>Deficiência</u>			
física	18 (10,2)	13 (10,4)	31 (10,3)
mental	6 (3,4)	6 (4,8)	12 (4,0)
física e mental	3 (1,7)	2 (1,6)	5 (1,7)
sem deficiência	150 (84,7)	104 (83,2)	254 (84,0)
qualquer deficiência	27 (15,3)	21 (16,8)	48 (16,0)
<u>Distúrbio de conduta</u>			
álcool	13 (7,3)	5 (4,0)	18 (6,0)
drogas	15 (8,5)	9 (7,2)	24 (7,9)
álcool/ drogas	16 (9,0)	7 (5,6)	23 (7,6)
álcool/ outros	12 (6,8)	5 (4,0)	17 (5,6)
drogas/infração	1 (0,6)	7 (5,6) ^b	8 (2,6)
mais de um distúrbio	8 (4,5)	9 (7,2)	17 (5,6)
sem distúrbio	112 (63,3)	83 (66,4)	195 (64,6)
<u>Religião</u>			
católica	78 (44,1)	59 (47,2)	137 (45,4)
evangélica	71 (40,1)	56 (44,8)	127 (42,0)
espírita/budista	9 (5,1)	0	9 (3,0)
não tem	6 (3,4)	1 (0,8)	7 (2,3)
sem informação	13 (7,3)	9 (7,2)	22 (7,3)

^a $\chi^2 = 6,26; 1\text{gl}; p = 0,012$

^b Teste de Fisher - $p = 0,0098$

Tabela 4 - Escolaridade das 302 crianças e adolescentes desaparecidos, separados por sexo e diferentes idades, levando-se em consideração a faixa etária e o ano escolar esperado

Crianças	Meninas - 177 (%)	Meninos - 125 (%)	Total - 302 (%)
Escolaridade			
regular	71 (40,1)	42 (33,6)	113 (37,4)
defasada (1 a 2 anos)	72 (40,7)	46 (36,8)	117 (38,7)
muito defasada (>2a)	30 (17,0)	30 (24,0)	60 (19,9)
analfabetos	2 (1,1)	4 (3,2)	7 (2,3)
sem informação	2 (1,1)	3 (2,4)	5 (1,7)
Escolaridade			
<u>0 a 10 anos de idade</u>			
regular	13 (81,3)	19 (73,1) ^a	32 (76,2)
defasada (1 a 2 anos)	3 (18,7)	7 (26,9)	10 (23,8)
muito defasada (>2 anos)	0	0	0
total	16 (5,5)	26 (9,0)	42 (14,4)
<u>11 a 15 anos de idade</u>			
regular	44 (41,5)	20 (29,8)	64 (38,0)
defasada (1 a 2 anos)	48 (45,3)	29 (43,3)	77 (44,5)
muito defasada (>2 anos)	14 (13,2)	18 (26,9)	32 (18,5)
total	106 (61,3)	67 (56,8)	173 (59,5)
<u>> 15 anos de idade</u>			
regular	14 (27,5)	1 (4,0) ^b	15 (19,7)
defasada (1 a 2 anos)	20 (39,2)	10 (40,0)	30 (39,5)
muito defasada (>2 anos)	17 (33,3)	14 (56,0)	31 (40,8)
total	51 (29,5)	25 (21,2)	76 (26,1)

^a $\chi^2 = 3,98$; 1gl; $p = 0,046$

^b $\chi^2 = 6,41$; 1gl; $p = 0,011$

Tabela 5- Dados do desaparecimento das 302 crianças e adolescentes, incluindo região de moradia, delegacia, tempo decorrido entre a percepção do desaparecimento e o encaminhamento oficial do fato (BO) e número de reincidências

Desaparecimentos	Meninas- 177 (%)	Meninos-125 (%)	Total - 302 (%)
<u>Região da Delegacia (BO)</u>			
Norte	21 (11,9)	15 (12,0)	36 (11,9)
Sul	23 (13,0)	25 (20,0)	48 (15,9)
Centro	28 (15,8)	14 (11,2)	42 (13,9)
Leste	44 (24,9)	25 (20,0)	69 (22,8)
Oeste	11 (6,2)	4 (3,2)	15 (5,0)
<u>Região Metropolitana Interior</u>			
Região Metropolitana	14 (7,9)	23 (18,4)	37 (12,2)
Interior	36 (20,3)	19 (15,2)	55 (18,2)
<u>Boletim de Ocorrência</u>			
até 24 hs	60 (33,8)	35 (28,0)	95 (31,5)
até 48 hs	33 (18,6)	23 (18,4)	56 (18,5)
até 72 hs	23 (13,0)	13 (10,4)	36 (11,9)
4 a 7 dias	29 (16,4)	29 (23,2)	58 (19,2)
8 a 15 dias	20 (12,3)	12 (9,6)	32 (10,6)
> 15 dias	12 (6,8)	13 (10,4)	25 (8,3)
<u>Desaparecimentos</u>			
1ª vez	96 (54,2)	62 (49,6)	158 (52,3)
<u>Reincidência</u>			
1 vez	25 (30,8)	16 (25,4)	41 (28,5)
2 vezes	12 (14,8)	10 (15,9)	22 (15,3)
3 vezes	16 (19,8)	11 (17,4)	27 (18,7)
4 vezes	8 (9,9)	6 (9,5)	14 (9,7)
5 a 10 vezes	9 (11,1)	10 (15,9)	19 (13,2)
não sabe precisar (>15 vezes)	11 (13,6)	10 (15,9)	21 (14,6)
<u>Adesão ao Projeto</u>			
sim	98 (55,4)	64 (51,2)	162 (53,6)
não	79 (44,6)	61 (48,8)	140 (46,4)

Tabela 6- Dados do desaparecimento das 302 crianças e adolescentes e da dinâmica familiar, incluindo queixas anteriores que podem indicar as possíveis causas dos desaparecimentos

Desaparecimento	Meninas-177 (%)	Meninos-125 (%)	Total - 302 (%)
<u>Tipo de desaparecimento</u>			
fuga	128 (72,3)	93 (74,4)	221 (73,2)
subtração por conhecido	6 (3,4)	3 (2,4)	9 (3,0)
subtração por estranho	9 (5,1)	4 (3,2)	13 (4,3)
subtração por familiar	1 (0,6)	0	1 (0,4)
outros	33 (18,6)	25 (20,0)	58 (19,1)
<u>Estava sozinha?</u>			
sim	76 (42,9)	56 (44,8)	132 (43,7)
não	95 (53,7)	64 (51,2)	159 (52,6)
sem informação	6 (3,4)	5 (4,0)	11 (3,6)
<u>Queixas anteriores</u>			
maus-tratos	52 (49)	46 (54,1)	98 (51,3)
alcoolismo	41 (38,7)	28 (32,9)	69 (36,1)
violência doméstica	32 (30,2)	24 (28,2)	56 (29,3)
adição	30 (28,3)	18 (21,2)	48 (25,1)
negligência	26 (24,5)	16 (18,8)	42 (22,0)
infração/ contravenção	17 (16,0)	16 (18,8)	33 (17,3)
internação	18 (17,0)	9 (10,6)	27 (14,1)
abuso sexual/ incesto	15 (14,1)	6 (7,1)	21 (11,0)
exploração sexual infantil	7 (6,6)	1 (1,2)	8 (4,2)
tráfico de drogas	8 (7,6)	5 (5,9)	13 (6,8)
sem queixas	71 (40,0)	40 (32,0)	111 (36,8)
<u>Associação de queixas</u>			
maus-tratos/ violência doméstica	18 (17,0)	16 (18,8)	34 (17,8)
maus-tratos/ alcoolismo	16 (15,1)	13 (15,3)	29 (15,2)
maus-tratos/ adição	16 (15,1)	6 (7,1)	22 (11,5)
maus-tratos/ negligência	15 (14,1)	5 (5,9)	20 (10,5)
maus-tratos/ abuso sexual/ incesto	8 (7,6)	6 (7,1)	14 (7,3)
violência doméstica/ alcoolismo	15 (14,1)	12 (14,1)	27 (14,1)
violência doméstica/ negligência	8 (7,6)	3 (3,5)	11 (5,8)
violência doméstica/ adição	9 (8,5)	6 (7,1)	15 (7,8)
violência doméstica/ abuso sexual /incesto	6 (5,7)	5 (5,9)	11 (5,8)
negligência/ alcoolismo	11 (10,4)	4 (4,7)	15 (7,8)
negligência/ adição	10 (9,4)	3 (3,5)	13 (6,8)
alcoolismo/ adição	14 (13,2)	6 (7,1)	20 (10,5)
sem queixas	71 (40,0)	40 (32,0)	111 (36,8)

Tabela 7 - Registros de crianças e adolescentes que retornaram espontaneamente ou que foram localizados (L) no período de setembro de 2004 a maio de 2006, segundo sexo e faixa etária, em comparação com o registro inicial dos desaparecimentos

Sexo	0 a 7 anos	L (%)	8 a 12 anos*	L (%)	13 a 15 anos*	L (%)	16 a 18 anos	L (%)	Total	Total L (%)
meninos	9	2 (22,2)	44	36 (81,8)	45	31 (68,9)	27	5 (18,5)	125	74 (59,2)
meninas	11	4 (36,4)	26	16 (61,5)	87	57 (65,5)	53	22 (41,5)	177	99 (55,9)
total	20	6 (30,0)	70	52 (74,3)	132	88 (66,6)	80	27 (33,7)	302	173 (57,3)
χ^2 (1gl)		0,03		2,53		0,04		3,26		0,2
p	0,91	0,84	<0,0001	0,11	0,03	0,84	0,13	0,07		0,65

* diferença estatisticamente significante

Tabela 8- Dados relativos ao local de nascimento, características físicas, religião, deficiências físicas e/ou mentais e distúrbios de conduta, que foram coletados na entrevista das 84 crianças e adolescentes que retornaram ou foram encontradas

Crianças	Meninas - 45 (%)	Meninos - 39 (%)	Total - 84 (%)
Local de Nascimento			
Norte	0	0	0
Nordeste	5 (11,2)	8 (20,5)	13 (15,5)
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	40 (88,8)	29 (74,3)	69 (82,1)
Sul	0	2 (5,2)	2 (2,4)
Cor da pele			
branca	21 (46,7)	16 (41,0)	37 (44,0)
parda	21 (46,7)	16 (41,0)	37 (44,0)
negra	3 (6,6)	7 (18,0)	10 (12,0)
Cor dos olhos			
escuros	38 (84,4)	36 (92,3)	74 (88,1)
claros	7 (15,6)	3 (7,7)	10 (11,9)
Deficiência			
física	2 (4,4)	2 (5,1)	4 (4,8)
mental	2 (4,4)	1 (2,6)	3 (3,6)
física e mental	1 (2,3)	0	1 (1,2)
sem deficiência	40 (88,9)	36 (92,3)	76 (90,5)
qualquer deficiência	5 (11,1)	3 (7,7)	8 (9,5)
Distúrbio de conduta			
álcool	2 (4,4)	0	2 (2,4)
drogas	2 (4,4)	5 (12,8)	7 (8,3)
álcool/ drogas	4 (8,9)	3 (7,7)	7 (8,3)
álcool/ outros	4 (8,9)	2 (5,1)	6 (7,1)
drogas/ infração	0	1 (2,6)	1 (1,2)
mais de um distúrbio	3 (6,7)	1 (2,6)	4 (4,8)
sem distúrbio	30 (66,7)	27 (69,2)	57 (67,9)
Desejava voltar?			
sim	25 (55,6)	31 (79,5) ^a	56 (66,6)
não	20 (44,4)	8 (20,5)	28 (33,4)

^a $\chi^2 = 4,36; 1 \text{ gl}; p = 0,036$

Tabela 9 - Dados do desaparecimento, informados pelas 84 crianças ou adolescentes, bem como as formas de sobrevivência e as causas do desaparecimento

Desaparecimento	Meninas 45(%)	Meninos 39 (%)	Total 84 (%)
Tipo de desaparecimento			
fuga sozinho	36 (80,0)	29 (74,4)	65 (77,4)
fuga com amigo	5 (11,1)	4 (10,2)	9 (10,7)
fuga com namorado (a)	1 (2,2)	0	1 (1,2)
outros	3 (6,7)	6 (15,4)	9 (10,7)
Razões do desaparecimento			
maus-tratos/ violência doméstica	3 (6,7)	6 (15,4)	9 (10,7)
abuso sexual/ infração/ miséria	2 (4,4)	2 (5,1)	4 (4,8)
conflito familiar	16 (35,6)	12 (30,8)	28 (33,3)
aventura	9 (20,0)	12 (30,8)	21 (25,0)
medo	5 (11,1)	3 (7,7)	8 (9,5)
outros	10 (22,2)	4 (10,2)	14 (16,7)
Desaparecimentos			
1ª vez	16 (35,6)	11 (28,2)	27 (32,2)
Reincidência			
1 vez	4 (8,9)	6 (15,4)	10 (11,9)
2 vezes	8 (17,7)	3 (7,7)	11 (13,1)
3 vezes	7 (15,6)	4 (10,2)	11 (13,1)
4 vezes	2 (4,4)	4 (10,2)	6 (7,1)
5 a 10 vezes	4 (8,9)	5 (12,8)	9 (10,7)
não sabe precisar (>15 vezes)	3 (6,7)	9 (23,1)	12 (14,3)
De onde desapareceu			
casa	35 (77,8)	22 (56,5)	57 (67,9)
escola	3 (6,7)	4 (10,2)	7 (8,3)
rua	2 (4,4)	6 (15,4)	8 (9,5)
outros	5 (11,1)	7 (17,9)	12 (14,3)
Onde ficou			
rua	7 (15,6)	22 (56,5) ^a	29 (34,5)
casa amigo/ família	26 (57,7)	10 (25,6)	36 (42,9)
casa de desconhecido	5 (11,1)	3 (7,7)	8 (9,5)
outros	7 (15,6)	4 (10,2)	11 (13,1)
Como se manteve			
ajuda de familiares/ conhecidos	25 (55,6)	10 (25,6)	35 (41,7)
ajuda de desconhecidos	5 (11,1)	7 (17,9)	12 (14,3)
pedindo esmola	4 (8,9)	7 (17,9)	11 (13,1)
furtos	1 (2,2)	3 (7,7)	4 (4,8)
outros	10 (22,2)	12 (30,9)	22 (26,1)

$$^a \chi^2 = 13,67; 1 \text{ gl}; p = 0,0002$$

Tabela 10 - Relação de familiares de crianças e adolescentes desaparecidos e que foram incluídos no banco de DNA do *Caminho de Volta*

Banco Referência	Total de Casos	Total de DNA
mãe	183 (60,5%)	183
mãe e pai	43 (14,2%)	86
mãe e outros	8 (2,7%)	16
pai	35 (11,6%)	32
irmãos	6 (2,0%)	6
avó materna	5 (1,7%)	5
avô paterno	3 (1,0%)	3
meios-irmãos	4 (1,3%)	4
tios maternos	4 (1,3%)	4
adotados	11 (3,7%)	-----
Total	302	342

Tabela 11 - Perfil de DNA encontrado no cadáver n° PCV-056, anotado como sendo do sexo masculino e idade aparente 19 anos

Alelos	Suposta mãe		Cadáver PCV - 056	
D8S1179	11	13	10	11
D21S11	29	33.2	29	29
D7S820	8	12	12	12
CSF1PO	11	11	11	12 (?)
D3S1358	14	18	14	17
TH01	7	8	8	9.3
D13S317	8	13	13	13
D16S539	12	12	9	12
D2S1338	17	24	17	17
D19S433	13	13	13	13.2
vWA	16	16	15	16
TPOX	11	11	11	11
D18S51	12	17	-	-
AMEL	X	X	X	Y
D5S818	11	12	11	11
FGA	20	24	23	24 (?)

Razão de Verossimilhança = 197.213; p = 99,99949294

Tabela 12 - Apresentação dos polimorfismos de DNA encontrados no fragmento de crânio para comparação com o perfil de DNA dos irmãos (Ernandes e Tereza) e do pai (Ernesto) do suposto cadáver, em comparação com frequências populacionais dos alelos envolvidos

Marcador	Tereza (irmã)			Ernandes (irmão)			Crânio			Ernesto (Pai)				
	A _i	P _i	A _j	A _i	P _k	A _k	A _i	P _i	A _j	P _j	A _k	P _k	A _i	P _i
D8S1179	10	0,057	11	0,085	11	0,085	14	0,263	12	0,107	13	0,307	14	0,263
D21S11	29	0,215	30	0,219	29	0,215	30	0,219	29	0,215	30	0,219	30	0,219
D7S820	9	0,133	12	0,128	ND	1,000	ND	1,000	11	0,218	ND	1,000	9	0,133
CSF1PO	11	0,260	11	0,260	11	0,260	11	0,260	11	0,260	ND	1,000	10	0,260
D3S1358	17	0,206	15	0,318	15	0,318	16	0,277	15	0,318	16	0,277	15	0,206
TH01	7	0,229	9,3	0,210	8	0,144	9	0,178	6	0,222	9	0,178	8	0,144
D13S317	9	0,072	12	0,338	9	0,072	12	0,338	8	0,087	ND	1,000	11	0,273
D16S539	9	0,177	9	0,177	9	0,177	9	0,177	12	0,248	ND	1,000	9	0,177
D2S1338	NS	1,000	NS	1,000	NS	1,000	NS	1,000	NS	1,000	NS	1,000	20	0,143
D19S433	NS	1,000	NS	1,000	NS	1,000	NS	1,000	NS	1,000	NS	1,000	12	0,094
VWA	17	0,216	18	0,171	16	0,008	20	0,015	17	0,216	17	0,216	17	0,216
TPOX	8	0,473	11	0,252	8	0,473	11	0,252	11	0,252	ND	1,000	8	0,473
D18S51	15	0,143	18	0,089	15	0,143	18	0,089	ND	1,000	ND	1,000	14	0,127
D5S818	13	0,202	10	0,055	10	0,055	9	0,049	10	0,055	11	0,311	10	0,055
FGA	23	0,150	24	0,173	23	0,150	24	0,173	21	0,132	ND	1,000	24	0,173
AMEL	X		X		X		Y		X		Y		X	

NS: não sequenciado; ND: não discriminado no sequenciamento.

Tabela 13 - Frequências alélicas de interesse forense para 15 STRs na população de São Paulo, Brasil, comparadas com dados de frequência publicados por Butler, 2005

Alelos	Butler, 2005 Caucasóides	Negros Africanos	Nossas Frequências
D8S1179	n° alelos	15	10
	n° repetições	07-20	8-17
	> frequência (%)	13 (30.5)	14 (30.7)
D21S11	n° alelos	89	19
	n° repetições	12-41.2	24.2-36
	> frequência (%)	30 (27.8)	28 (25.8)
D7S820	n° alelos	30	8
	n° repetições	5-16	7-14
	> frequência (%)	10 (24.3)	10 (33.1)
CSF1P0	n° alelos	20	9
	n° repetições	5-16	6-14
	> frequência (%)	12 (36.1)	12 (31.3)
D3S1358	n° alelos	25	8
	n° repetições	8-21	12-19
	> frequência (%)	15 (26.2)	16 (33.5)
TH01	n° alelos	20	7
	n° repetições	3-14	5-10
	> frequência (%)	9.3 (36.8)	7 (42.1)
D13S317	n° alelos	17	8
	n° repetições	5-16	7-14
	> frequência (%)	11 (34.0)	12 (42.4)
D16S539	n° alelos	19	8
	n° repetições	5-16	5-14
	> frequência (%)	12 (32.6)	11 (31.8)
D2S1338	n° alelos	13	12
	n° repetições	15-27	16-27
	> frequência (%)	20 (14.6)	19 (14.8)
D19S433	n° alelos	15	16
	n° repetições	10-18.2	9-18.2
	> frequência (%)	14 (36.9)	13 (24.6)
vWA	n° alelos	29	11
	n° repetições	10-25	11-21
	> frequência (%)	17 (28.1)	16 (24.8)
TPOX	n° alelos	15	8
	n° repetições	4-16	6-13
	> frequência (%)	8 (53.5)	8 (37.2)
D18S818	n° alelos	51	15
	n° repetições	7-39.2	10-26
	> frequência (%)	15 (15.9)	15 (16.1)
D5S818	n° alelos	15	9
	n° repetições	7-18	6-14
	> frequência (%)	12 (38.4)	12 (35.3)
FGA	n° alelos	80	18
	n° repetições	12.2-51.2	13-45.2
	> frequência (%)	22 (21.8)	22 (19.6)

Tabela 14 - Perfil de DNA encontrado em supostas irmãs, sem filiação definida, que estão abrigadas com pedido de adoção por suposta avó, em andamento

Marcador	AB006				AB007				Irmãos P(I)	Acaso P(A)	Razão P(I)/P(A)
	A _i	p _i	A _j	p _j	A _k	p _k	A _l	p _l			
D8S1179	11	0,085	15	0,148	11	0,085	14	0,263	0,003871	0,001125	3,441176
D21S11	30	0,219	31.2	0,095	28	0,169	29	0,215	0,001512	0,003024	0,500000
D7S820	11	0,218	11	0,218	8	0,168	9	0,133	0,002124	0,002124	1,000000
CSF1PO	10	0,269	11	0,260	11	0,260	11	0,260	0,022912	0,009456	2,423077
D3S1358	16	0,277	15	0,318	16	0,277	18	0,107	0,015420	0,010443	1,476534
TH01	8	0,144	6	0,222	8	0,144	9.3	0,210	0,009694	0,003867	2,506944
D13S317	11	0,273	12	0,338	11	0,273	9	0,072	0,011135	0,007255	1,534799
D16S539	12	0,248	11	0,291	12	0,248	10	0,102	0,011645	0,007302	1,594758
D2S1338	22	0,084	18	0,072	22	0,084	17	0,194	0,001342	0,000394	3,404762
D19S433	14	0,304	16.2	0,015	12.2	0,016	15	0,117	0,000017	0,000034	0,500000
vWA	16	0,285	20	0,015	15	0,144	18	0,171	0,000211	0,000421	0,500000
TPOX	8	0,473	11	0,252	8	0,473	11	0,252	0,117014	0,056831	2,058995
D18S51	13	0,094	19	0,063	12	0,115	17	0,138	0,000188	0,000376	0,500000
D5S818	9	0,049	13	0,202	12	0,334	12	0,334	0,002208	0,002208	1,000000
FGA	22	0,167	25	0,085	20	0,100	23	0,150	0,000426	0,000852	0,500000
Razão P(I)/P(A) combinada:											16,55
Probabilidade de que os dois indivíduos sejam irmãos:											94,3%

• A_i, A_j, A_k, A_l : alelos encontrados para cada um dos irmãos;

• p_i, p_j, p_k, p_l : probabilidades de encontrar os alelos A_i, A_j, A_k, A_l, respectivamente (extraídas do banco de dados do *Projeto Caminho de Volta*, do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica, Medicina Social e do Trabalho, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo);

• P(I): probabilidade de se obter a combinação de alelos A_i, A_j, A_k, A_l, supondo que os dois indivíduos são realmente irmãos;

• P(A): probabilidade de se obter a combinação de alelos A_i, A_j, A_k, A_l, supondo que os dois indivíduos não são irmãos (obtida por acaso);

• Razão P(I)/P(A): quantas vezes é mais provável que a combinação de alelos A_i, A_j, A_k, A_l, seja obtida porque os dois indivíduos são realmente irmãos do que por acaso;

• Razão P(I)/P(A) combinada: quantas vezes é mais provável que a combinação de todos os alelos A_i, A_j, A_k, A_l, seja obtida porque os dois indivíduos são realmente irmãos do que por acaso;

• Probabilidade de que os dois indivíduos sejam irmãos: probabilidade obtida a partir da razão P(I)/P(A) combinada, supondo-se que antes do exame de DNA havia total desconhecimento sobre a história dos indivíduos e, portanto, a probabilidade de serem irmãos era de 50%.

Tabela 15 - Comparação entre as 170 famílias atendidas no DHPP e 200 famílias referência, quanto ao tipo de estrutura familiar, condições de moradia e distúrbios de conduta e deficiências físicas e/ou mentais das crianças ou adolescentes

Dados da Família	Famílias DHPP N = 170 (%)	Famílias Referência N = 200 (%)	OR- χ^2 (Yates)	p
família nuclear *	89 (53,0)	144 (72,0)	0,43 - 14,38	0,00015
conselho tutelar * atendimento psicológico *	96 (56,0)	10 (5,0)	18,02 - 85,95	< 0,000000001
deficiência qualquer *	80 (47,0)	25 (12,5)	6,22 - 52,31	< 0,000000001
deficiência de fala *	33 (19,4)	10 (5,0)	4,29 - 15,64	0,00008
deficiência de fala *	17 (10,0)	5 (2,5)	4,33 - 7,95	0,005
distúrbio de conduta *	67 (39,0)	9 (4,5)	14,02 - 37,63	< 0,000000001
drogas *	39 (23,0)	2 (1,0)	29,92 - 43,37	< 0,000000001
álcool *	33 (19,0)	5 (2,5)	9,59 - 27,39	0,00000002
casa não própria *	78 (46,0)	66 (33,0)	1,72 - 5,88	0,015

OR = *odds ratio* * diferença estatisticamente significativa

Tabela 16 - Comparação entre as 170 famílias atendidas no DHPP e 200 famílias referência, quanto às queixas de comportamentos violentos dentro de casa

Queixas Anteriores	Famílias DHPP N = 170 (%)	Famílias Referência N = 200 (%)	OR- χ^2 (Yates)	p
maus-tratos *	58 (34,0)	15 (7,5)	7,78 - 48,57	< 0,000000001
incesto *	7 (4,2)	2 (1,0)	4,85 -	0,03
violência doméstica *	33 (19,4)	16 (8,0)	3,24 - 12,81	0,00035
alcoolismo	33 (19,4)	30 (15)	1,47 - 2,39	0,12
tráfico de drogas *	8 (4,7)	3 (1,5)	3,70 -	0,04
negligência	10 (5,9)	6 (3,0)	2,31 - 1,87	0,17
infração	13 (7,6)	0	---	---
contravenção	4 (2,4)	4 (2,0)	1,34 -	0,47
adição	11 (6,5)	5 (2,5)	3,09 - 3,55	0,06

OR = *odds ratio* * diferença estatisticamente significativa

Tabela 17 - Comparação entre os aspectos emocionais das 170 crianças cujas famílias foram atendidas no DHPP e 200 crianças das famílias referência. Essas informações foram apresentadas pelos familiares e não confirmadas nas crianças

Características emocionais das crianças	Famílias DHPP N = 170 (%)	Famílias Referência N = 200 (%)	OR- χ^2 (Yates)	p
alegre *	78 (46,0)	123 (61,5)	0,53 -8,41	0,004
falante	75 (44,0)	101 (51,0)	0,77 -1,26	0,26
sociável	66 (39,0)	95 (47,5)	0,70 - 2,47	0,12
desinibida	50 (29,0)	62 (36,0)	0,93 - 0,05	0,82
mentirosa	44 (26,0)	36 (18,0)	1,44 -2,92	0,08
ciumenta	38 (23,0)	48 (24,0)	0,91 - 0,06	0,80
agitada	36 (21,0)	43 (21,0)	0,98 - 0,00	0,95
quieta	32 (19,0)	48 (24,0)	0,73 -1,16	0,28
agressiva *	22 (13,0)	13 (6,5)	2,14 - 3,73	0,05
tímida *	22 (13,0)	66 (39,0)	0,41 -17,02	0,00004
isolada	20 (18,0)	14 (7,0)	1,77 -1,96	0,16
triste *	18 (11,0)	8 (4,0)	2,84-5,14	0,02
sem informação	4 (2,3)	5 (2,5)	---	---

OR = odds ratio

* diferença estatisticamente significante



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das discussões que têm permeado diferentes segmentos da sociedade em todo o mundo refere-se à falta de uma identidade biológica ao nascimento que possa ser utilizada em circunstâncias específicas, por exemplo, em acidentes ou catástrofes naturais, conflitos armados e até casos de troca de crianças em maternidades, subtrações e fugas. Todos esses eventos propiciam que uma ou milhares de pessoas permaneçam desaparecidas por muitos anos.

Nas situações de desaparecimentos que envolvem crianças e adolescentes, cuja identificação visual torna-se difícil em decorrência das mudanças físicas naturais da idade, a criação de bancos de DNA, pode ser uma ferramenta importante na elucidação desses casos, mesmo anos após a ocorrência do desaparecimento. Portanto, a análise do DNA na identificação humana é hoje uma discussão mundial, e sua aplicabilidade torna-se fundamental em todos os exemplos citados.

A dificuldade para o estabelecimento de medidas legais para identificação biológica ao nascimento se deve ao fato de que esse tipo de arquivo, aparentemente, não existe de forma legalizada em país algum. Alguns países como Canadá, Estados Unidos e Inglaterra já adotam medidas de prevenção que delegam aos pais a responsabilidade de arquivar em casa material biológico de seus filhos.

Os chamados bancos de DNA que auxiliam na identificação de pessoas desaparecidas, são construídos a partir de informações do perfil de DNA de parentes biológicos, preferencialmente de primeira geração. Esses bancos já são utilizados nos casos de catástrofes naturais, onde os familiares são convocados a ceder material biológico para compor um banco de DNA utilizado para ser confrontado com o DNA do desaparecido presente em amostras biológicas coletadas na própria residência.

Desde setembro de 2004 a população do estado de São Paulo pode contar com o **Caminho de Volta**, que além de bancos de DNA também fornece suporte psicológico aos familiares durante todo o processo de busca, e tem focado suas pesquisas na identificação das causas dos desaparecimentos de crianças e adolescentes, visando estabelecer medidas de prevenção e de políticas públicas.

Os resultados, até a presente data, apontam evoluções e conquistas obtidas, mas por outro lado sinalizam dificuldades. A maior parte das famílias em atendimento corresponde à demanda atual, ou seja, estão vinculadas a boletins de ocorrência que foram lavrados após o lançamento oficial do Projeto. Torna-se fundamental atingir a chamada demanda reprimida, representada pelos números oficiais de 8.000 casos/ano no Estado de São Paulo. Isso deve ser alcançado com a maior divulgação do **Caminho de Volta** para a população, bem como com a ampliação de mais postos de coleta em outras delegacias da cidade de São Paulo, além do já existente no DHPP.

O principal tipo de desaparecimento observado nos casos inseridos no **Caminho de Volta** é fuga de casa, e a identificação de um ambiente familiar disfuncional e violento contribui para o alto índice de desaparecimentos desse tipo. Esse fato ficou ainda mais claro após a comparação com famílias referência no projeto de pesquisa de campo. Por outro lado, características da personalidade das crianças também poderão ser úteis na identificação precoce do risco de desaparecimento.

Os adolescentes fogem mais do que as crianças pequenas, que são, na sua maioria, levadas de seus lares. Verificamos que a partir dos oito anos as fugas estão provavelmente relacionadas com maior autonomia e traços de personalidade que incluem

despojamento para enfrentar a rua, achar um lugar para ficar, aprender a se manter, entre outros. Existe pouca informação no Brasil sobre as causas e os tipos de desaparecimentos, quando comparado com outros países.

Um trabalho conjunto das famílias e dos educadores talvez possa contribuir na prevenção de fugas e na diminuição da reincidência. O fato de os meninos começarem a desaparecer em idades menores quando comparados com as meninas necessita ser melhor investigado, embora não saibamos ainda por que existem diferenças quanto ao sexo, ao padrão de desaparecimento, idade precoce da fuga ou mesmo na configuração familiar. Mesmo sendo a rua um ambiente conhecido mais precocemente pelos meninos, seja pelo lazer ou por fatores culturais que permitem um tipo de liberdade diferente para homens e mulheres, não subestimamos a hipótese de que os meninos sofrem maus tratos físicos mais cedo que as meninas e por isso saem de casa precocemente.

A inclusão de crianças supostamente desaparecidas como as abrigadas, ou mesmo mortas (cadáveres desconhecidos), irá aumentar as chances de identificação pelo banco de DNA. De fato, embora tenham sido assinados convênios e autorizações que permitem a inclusão dessas crianças e adolescentes no banco de DNA, esse processo ainda tem sido muito lento, diminuindo as chances de identificação. O banco de DNA deveria também incluir famílias e crianças de outros Estados, pois sabemos que essas crianças podem ser enviadas para longe de suas casas ou mesmo para fora do país. Ações conjuntas de nossas autoridades bem como uma maior divulgação do **Caminho de Volta** poderão ser eficazes para a evolução do mesmo.

Embora sem o DNA, já observamos um resultado positivo do **Caminho de Volta** no que se refere à adesão das famílias, ou seja, 65% delas retornaram nas entrevistas agendadas com os psicólogos. Esse fato nos leva a concluir que a identificação das causas do desaparecimento é fundamental para a prevenção e reorganização familiar. Essa porcentagem de adesão ao atendimento psicológico fornece indícios de que as famílias podem estar no início de uma maior conscientização do problema, reconhecendo sua parcela de responsabilidade pela evasão de seus filhos.

Nossa meta agora é trabalhar na conscientização da população para a questão do desaparecimento de crianças e adolescentes e na prevenção do mesmo por meio de campanhas a serem realizadas em escolas, com educadores, pais e alunos. Nossas crianças não brincam mais nas ruas, ficam mais dentro de suas casas sob a guarda dos pais, que também deixaram de ensinar cuidados básicos para prevenir desaparecimentos. Os pais, por considerarem que seus filhos nunca estarão sozinhos, não lhes ensinam a não aceitar caronas, a não falar com estranhos, a andar sempre com o nome e telefone deles, entre outros.

A biologia molecular é uma ferramenta poderosa na identificação de pessoas desaparecidas, sejam elas crianças ou não. Mas, especificamente na questão das crianças, a biologia molecular por si só não esgota a contribuição de profissionais de diferentes áreas de atuação como psicólogos, estaticistas, desenhistas, especialistas no processo de progressão da idade das crianças, policiais, investigadores, conselheiros tutelares e profissionais que atuam diretamente com essas famílias em ONGs, entre outros. Todos podem contribuir para minimizar a angústia e o desespero de pais que estão à procura de um filho desaparecido.

Futuramente, as ações desenvolvidas no **Caminho de Volta** poderão resultar em procedimentos padrão em que toda a criança, ao nascer, poderia ser identificada com base em seu perfil genético no mesmo momento da realização do exame obrigatório do pezinho, que identifica precocemente indivíduos fenilcetonúricos. Dessa forma, poderiam ser armazenados perfis moleculares de toda a população, com posterior análise dos casos que forem necessários. O desenvolvimento dessa etapa poderia auxiliar não só na identificação de desaparecidos, como também em qualquer situação que necessitasse algum tipo de identificação humana como nas situações de catástrofes naturais, troca de crianças na maternidade, entre outros.

O **Caminho de Volta** é um constante desafio a todos os profissionais envolvidos direta ou indiretamente. Apesar da gravidade do fenômeno do desaparecimento de crianças e adolescentes brasileiros, o trabalho que vem sendo desenvolvido é instigante e possibilita, a cada momento, novas discussões e estratégias a serem desenvolvidas nessa área. A possibilidade de esclarecer à população sobre os recursos que lhes são disponíveis quando ocorre um desaparecimento e de apresentar resultados de pesquisas sobre o tema, é um comprometimento científico e político que desde o início permeou o delineamento deste projeto.



6. REFERÊNCIAS



6. REFERÊNCIAS

ACMG statement. Statement on storage and use of genetic materials. American College of Medical Genetics Storage of Genetics Materials Committee. *Am J Hum Genet.* 1995;57(6):1499-500.

Breslow NE, Day NE. Statistical methods in cancer research, v.I: The analysis of case-control studies. Lyon:International Agency for Research on Cancer; 1980. (IARC Scientific Publications, no .32)

Budowle B, Shea B, Niezgodá S, Chakraborty R. CODIS STR loci data from 41 sample populations. *J Forensic Sci.* 2001;46(3):453-89.

Burguess AW, Lanning K. An analysis of infant abduction. National Center for Missing e Exploited Children; 2003 [Cited 2006 March 01]. Available from: <http://www.missingkids.com>.

Butler JM. Commonly used short tandem repeat markers and commercial kits. In: Butler JM, editor. *Forensic DNA typing*. London: Elsevier Academic Press; 2005.

Colin, DRA, Fowler, MB. LOAS: Lei orgânica da assistência social anotada. São Paulo: Veras, 175 p. Papel. (Série Núcleos de Pesquisas:4). 1999

Corte-Real F. Forensic DNA databases. *Forensic Sci Int.* 2004;146(Suppl):S143-4.

de Gorgey A. The advent of DNA databanks: implications for information privacy. *Am J Law Med.* 1990;16(3):381-98.

European Society of Human Genetics' PPPC. Data storage and DNA banking for biomedical research: technical, social and ethical issues. *Eur J Hum Genet.* 2003;11(12):906-8.

Evelt IW, Gill PD, Lambert JA, Oldroyd N, Frazier R, Watson S, Panchal S, Connolly A, Kimpton C. Statistical analysis of data for three British ethnic groups from a new STR multiplex. *Int J Legal Med.* 1997;110(1):5-9.

Evelt IW, Weir BS. *Interpreting DNA evidence – statistical genetics for forensic scientists*. Sunderland, MA: Sinauer Associates; 1998.

Fridman C; Gattás GJF; Lopez LF; Massad E. Paternity investigation in father or motherless cases: how to improve statistical analysis for missing kids DNA databank?. *Anais do Congresso*, P-091, pag. 97. (*Proceedings of the 21st International ISFG Congress* held in Ponta Delgada, Azores Portugal, 13 a 17 September 2005).

Figaro-Garcia, C; Vieira, MR; Souza, ACL; Queiroz, TB; Nunes, RCR; Gattás, GJF. O trabalho do psicólogo no "Projeto Caminho de Volta": uma experiência multidisciplinar. Caderno de Programa e Resumos, PC-4, p.61 (Congresso Internacional: Violência, Instituições e Políticas Públicas, 19 a 22 de setembro de 2006).

Figaro-Garcia, C; Gattás, GJF. Desaparecimento de crianças. In: Cabezón, R. *Nossas crianças, nosso futuro*. Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo; Centro Universitário Nove de Julho, p. 24:25, 2006

Gattás, G.J.F. Polimorfismos de DNA e suas aplicações em ciências forenses e da saúde. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006

Gattás GJF, Figaro-Garcia C, Fridman C, Battistella LR, Neumann MM, Lopez LF, Wen CL, Massad E. Projeto *Caminho de Volta*: busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo. *Rev Cultura Extensão USP.* 2005a:28-37.

Gattás GJF; Garcia CF; Fridman C; Neumann MM; Lopez LF; Barini AS; Souza APH;

Boccia TMQR; Kohler P; Battistella LR; Wen CL; Massad E. Projeto *Caminho de Volta*: Brazilian DNA Program for Missing Kids. Anais do Congresso, P-100, pag. 101. (*Proceedings of the 21st International ISFG Congress held in Ponta Delgada, Azores Portugal, 13 a 17 September 2005*).

Gattás GJF, Figaro-Garcia C, Fridman C, Neumann MM, Lopez LF, Barini AS, Souza APH, Boccia TMQR, Kohler P, Battistella LR, Wen CL, Massad E. "Projeto *Caminho de Volta*": a Brazilian DNA program for missing kids. *Int Congress Series*. 2006a;1288:604-6.

Goes AC, da Silva DA, Fonseca Gil EH, da Silva MT, Pereira RW, Carvalho EF. Allele frequencies data and statistic parameters for 16 STR loci-D19S433, D2S1338, CSF1PO, D16S539, D7S820, D21S11, D18S51, D13S317, D5S818, FGA, Penta E, TH01, vWA, D8S1179, TPOX, D3S1358 - in the Rio de Janeiro population, Brazil. *Forensic Sci Int*. 2004;140:131-2.

Grattapaglia D, Schmidt AB, Costa e Silva C, Stringher C, Fernandes AP, Ferreira ME. Brazilian population database for the 13 STR loci of the AmpFISTR Profiler Plus and Cofiler multiplex kits. *Forensic Sci Int*. 2001;118(1):91-4.

Johnson P, Williams R, Martin P. Genetics and forensics: making the national DNA database. *Sci Stud*. 2003;16(2):22-37.

Jonatansson H. Iceland's health sector database: a significant head start in the search for the biological grail or an irreversible error? *Am J Law Med*. 2000;26(1):31-67.

Leal ML, Leal MF. *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração comercial*. PESTRAF: Relatório nacional – Brasil. Brasília: CECRIA; 2002.

Lei nº 8069 de 13/07/1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA São Paulo: CONDECA. 2000

Lorente JA, Entrala C, Alvarez JC, Lorente M, Arce B, Heinrich B, Carrasco F, Budowle B, Villanueva E. Social benefits of non-criminal genetic databases: missing persons and human remains identification. *Int J Legal Med*. 2002;116(3):187-90.

Oliveira DD, Geraldles EC. *Cadê você?* Brasília: Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH; 1999.

Pinto, A. L., Wintt, M. C., Céspedes, L. Código penal, processo penal e constituição federal. São Paulo: Saraiva. 2005

Schneider PM, Martin PD. Criminal DNA databases: the European situation. *Forensic Sci Int*. 2001;119(2):232-8.

Turman KM. Recovery and reunification of missing children: a team approach. National Center for Missing e Exploited Children. 1995. [Cited 2006 March 1] Available form: <http://www.missingkids.com>.

Walsh SJ. Recent advances in forensic genetics. *Expert Rev Mol Diagn*. 2004;4(1):31-40.

Weir RF, Horton JR. DNA banking and informed consent - part 1. *IRB*. 1995a;17(4):1-4.

Weir RF, Horton JR. DNA banking and informed consent - part 2. *IRB*. 1995b;17(5-6):1-8.

Williams R, Johnson P. 'Wonderment and dread': representations of DNA in ethical disputes about forensic DNA databases. *New Genet Soc*. 2004;23(2):205-23.

Whittle MR, Romano NL, Negreiros VA. Updated Brazilian genetic data, together with mutation rates, on 19 STR loci, including D10S1237. *Forensic Sci Int*. 2004;139:207-10.

Wyman AR, White R. A highly polymorphic locus in human DNA. *Proc Natl Acad Sci USA*. 1980;77(11):6754-8.





7. ANEXOS



7. ANEXOS

ANEXO I

EXPANSÃO DO CAMINHO DE VOLTA NO ESTADO DE SÃO PAULO

O **Caminho de Volta** recebeu financiamento da SEDH, por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), para desenvolver um trabalho que visasse à capacitação dos profissionais envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, quanto às questões do desaparecimento infanto-juvenil, bem como buscasse metodologias que pudessem identificar as causas desses desaparecimentos.

Esse financiamento possibilitou que fossem realizadas, entre os meses de abril e setembro de 2005, capacitações direcionadas aos investigadores da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP de São Paulo e dos oito Departamentos de Polícia Judiciária - São Paulo - Interior (DEINTER) da Polícia Civil, que inclui São José dos Campos (DEINTER 1), Campinas (DEINTER 2), Ribeirão Preto (DEINTER 3), Bauru (DEINTER 4), São José do Rio Preto (DEINTER 5), Santos (DEINTER 6), Sorocaba (DEINTER 7) e Presidente Prudente (DEINTER 8). Nessas capacitações era apresentada uma palestra para o público em geral, durante uma cerimônia onde se anunciava a implantação do **Caminho de Volta** na região, nos mesmos moldes do que vem sendo oferecido na cidade de São Paulo. Nessa oportunidade os policiais também eram instruídos sobre a coleta de material biológico, aplicação do questionário e obtenção do consentimento pós-informação. Por meio do financiamento da SEDH, foram entregues, em cada DEINTER, 50 kits para coleta de sangue, questionários impressos e folders para divulgação.

1. ENCONTRO PROJETO CAMINHO DE VOLTA:

DHPP - 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas - 07 a 18 de março de 2005, São Paulo, SP.

Local : Sala de reuniões do DHPP

Horário: das 18h às 20h

Público: Investigadores da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas, representantes da Fundação Orsa/ Alô Vida, da Biotech – AHG.

Participantes: 28

As capacitações realizadas com as duas equipes de investigadores da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas ocorreram de 7 a 18 de março de 2004. Foi feita uma explanação geral do **Caminho de Volta** e de seus 4 eixos principais, ou seja, identificação das causas do desaparecimento infanto-juvenil, suporte psicossocial para as famílias, bancos de DNA e a capacitação dos profissionais ministrada pela Dra. Gilka Gattás e o enfoque sobre os atendimentos psicológicos foi realizado pela Dra. Claudia Figaro-Garcia.

Além disso, o investigador Sidney Barbosa do DHPP foi convidado para ministrar uma aula: “Arte forense no envelhecimento de imagem”, sobre as novas técnicas desenvolvidas para identificação de pessoas.

2. II ENCONTRO PROJETO CAMINHO DE VOLTA:

DEINTER 1 - 2 de abril de 2005, São José dos Campos, SP.

Local : Sede do DEINTER 1

Horário: das 9h às 12h

Público: Dr João Francisco Sawaya de Lima da Secretaria Municipal de Assistência Social, representantes de Conselhos Tutelares, Abrigos, ONGs e investigadores de polícia da DIG e DIJU do DEINTER 1

Participantes : 29

Em outubro de 2004, o DEINTER 1 fez o primeiro contato com o **Caminho de Volta** por meio da psicóloga Flávia Thais de Oliveira Dias, voluntária na divisão anti-sequestro do referido Deinter por sugestão de seu Diretor Dr. Claudinê Pascoeto. Desde então, foram realizadas algumas reuniões com o Dr. Claudinê, com a psicóloga Flávia e com a investigadora Rosângela da divisão anti-sequestro, com formação em psicologia.

Dra. Gilka Gattás fez a apresentação do **Caminho de Volta** e o psicólogo Marcelo Neumann, integrante da equipe discutiu a formação da Rede Psicossocial da região para tornarem-se parceiros do projeto.

Local : Sede do DEINTER 1

Horário: das 14h às 17h

Público: Flávia Thais de Oliveira Dias e Rosângela

A Dra. Claudia Figaro-Garcia, da equipe do **Caminho de Volta**, capacitou as duas profissionais responsáveis pelo atendimento às famílias de crianças e adolescentes desaparecidos da região do DEINTER 1. Foi demonstrado como coletar o material biológico e como preencher os questionários.



*DEINTER 1
São José dos Campos
02/04/05*

3. III ENCONTRO PROJETO CAMINHO DE VOLTA:

DEINTER 4 - 11 de maio de 2005, Bauru, SP.

Local: Sede da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Bauru

Horário: das 14h às 17h

Público: Profissionais das Seccionais de Bauru, Tupã, Ourinhos, Jaú, Lins, Assis, Marília, DIG, DISE, DIJU e DDM das referidas cidades.

Participantes: 112 pessoas.

No dia 14 de setembro de 2004, o Dr. Esiquiel Miranda, geneticista do Centrinho de Bauru e cooperador do DEINTER 4, fez o primeiro contato com o **Caminho de Volta** solicitando ajuda no caso de uma criança desaparecida na região há três anos. O Dr. Esiquiel de imediato demonstrou interesse em desenvolver o **Caminho de Volta** em Bauru e região e insistiu para que este caso fosse cadastrado. O material foi mandado para Bauru e o próprio Dr. Esiquiel entrevistou a família e coletou o material biológico dos pais.

O Diretor do DEINTER 4, Dr. Orlando Miranda Ferreira determinou as seguintes atividades:

- Levantamento dos casos de desaparecimento de crianças e adolescentes nos últimos 10 anos nas seccionais da região do DEINTER 4.

- Levantamento de todos os profissionais das Seccionais de Assis, Bauru, Jaú, Lins, Marília, Ourinhos e Tupã, com curso superior em psicologia, serviço social, enfermagem, pedagogia, sociologia e convite para que os mesmos formassem as equipes do **Caminho de Volta** do DEINTER 4.

- Estabelecimento de metodologia de coleta imediata do material biológico dos pais nos casos de desaparecimento de crianças até 12 anos. Nos casos de crianças acima de 12 anos, foi estabelecido o aguardo de 48 horas para então efetivar a coleta.

- Estabelecimento a Portaria No 17/2005 no dia 06 de maio de 2005.

- Organização de uma equipe para organizar o evento de lançamento do **Caminho de Volta**.

Foi realizado o treinamento dos servidores e voluntários por meio da explanação geral do **Caminho de Volta** pela Dra. Gilka Gattás. Na seqüência, foi discutida a importância do eixo psicossocial apresentado pela Dra. Claudia Figaro-Garcia e a coleta do material foi demonstrada pelo Dr. Esiquiel Miranda.

Local : Sede do DEINTER 4

Horário: das 17h30 às 18h30

Público: Investigadoras do DEINTER 4

Participantes: 3 pessoas.

Das 17h30 às 18h30, a Dra. Claudia Figaro-Garcia capacitou a equipe do Deinter 4 formada pela investigadora com formação em psicologia, Sra. Pauliane Veloso, Sra. Claudia Valéria Francisco e a investigadora com formação em serviço social, Sra. Cecília Muniz Grillo. Esta equipe será responsável pelo **Caminho de Volta** em Bauru e região, quanto à aplicação dos questionários e do consentimento pós-esclarecido.

Local: Sede da Ordem dos Advogados do Brasil -OAB Bauru

Horário: das 20h30 às 22h

Público: Representantes da Câmara Municipal de Bauru, de todas as seccionais, da Polícia Militar, da Universidade de São Paulo do Campus de Bauru, representantes da OAB,

da sociedade civil.

Participantes: 96 pessoas.

A cerimônia oficial de implantação do **Caminho de Volta** contou com a presença do Coral da DEMACRO, especialmente convidado para este evento que foi amplamente divulgado com algumas semanas de antecedência tanto na imprensa escrita quanto falada.

Nesta cerimônia, a Dra. Gilka Gattás apresentou o **Caminho de Volta**.

Desde a implantação, a equipe responsável pelo **Caminho de Volta** no DEINTER 4 tem participado das supervisões realizadas pela Dra. Claudia Figaro-Garcia no Depto. de Medicina Legal em São Paulo, Capital, dos casos atendidos na região.

O Dr. Orlando Miranda anexou toda a documentação referente à implantação do **Caminho de Volta** e encadernou estes documentos para a Dra. Gilka Gattás.



DEINTER 4
Bauru
11/05/05

4. IV ENCONTRO PROJETO CAMINHO DE VOLTA:

DEINTER 2 - 27 de junho de 2005, Campinas, SP.

Local: Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Campinas

Horário: das 09h30 às 12h

Público: Representantes de Conselhos Tutelares, ONGs como Programa Resgate e serviços da Prefeitura Municipal de Campinas como Convivência e Cidadania, das Delegacias Seccionais de Campinas, Piracicaba, Mogi Guaçu, Bragança Paulista, Jundiá, São João da Boa Vista, Americana, Rio Claro, Limeira, DDM destas cidades,

Participantes: 93 pessoas.

A mesa de abertura contou com a presença do Diretor do Deinter 2, Dr. José Laerte Goffi Macedo, Secretário Municipal de Assistência Social, Dr. Valdir José Quadro, do Delegado Dr. Paulo Bicudo, Dra. Gilka Gattás, Dr. Marcelo Neumann e Dra. Claudia Figaro-Garcia do **Caminho de Volta**.

Após a cerimônia de abertura, a Dra. Gilka Gattás fez a palestra de apresentação do **Caminho de Volta**.

Local: Sede da Delegacia Seccional de Campinas

Horário: das 14h30 às 17h

Público: Delegados, escrivões, investigadores, psicólogos e assistentes sociais das Seccionais e DDM, DIG e DIJU de Rio Claro, Piracicaba, Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Casa Branca, Mogi Guaçu, Campinas, Sumaré, Bragança Paulista, Jundiaí, Limeira, São João da Boa Vista, Vargem Grande do Sul.

Participantes: 56 pessoas.

Foi realizada a capacitação para os profissionais que vão trabalhar no atendimento às famílias por meio das entrevistas, aplicação do questionário família e do questionário criança/adolescente, consentimento pós-esclarecido e coleta de material biológico.

Dra. Claudia Figaro-Garcia demonstrou como fazer a coleta de material biológico e como preencher os questionários e o consentimento pós-informado.



DEINTER 2
Campinas
27/06/05

5. V ENCONTRO PROJETO CAMINHO DE VOLTA:

DEINTER 5 - 01 e 02 de julho de 2005, São José do Rio Preto, SP.

Local: Sede do DEINTER 5

Horário: das 10h às 12h

Público: Delegados das Seccionais de Andradina, Fernandópolis, Catanduva, Novo Horizonte, Jales, Votuporanga, São José do Rio Preto, representantes da Universidade Paulista - UNIP, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto e do CONSEG.

Participantes: 20 pessoas

Foi realizada uma reunião presidida pelo Diretor, Dr. Waldomiro Bueno Filho, Delegado de Polícia Diretor do DEINTER 5, na qual estavam Dra. Gilka Gattás, Claudia Figaro-Garcia e Marcelo Neumann do **Caminho de Volta** e os seguintes profissionais: Dr. Ely Vieira de Faria, Delegado Seccional de Polícia de Araçatuba; Dr. Walmir Geralde, delegado Seccional de Polícia de Andradina; Dr. Edson Antônio Ermenegildo, Delegado Seccional de Polícia de Catanduva; Dr. Antônio Garcia Barros, Delegado de Polícia Assistente da Seccional de Catanduva; Dr. Renato Góes, Delegado Seccional de Polícia

de Fernandópolis; Dr. Jorge Raphe, Delegado Seccional de Polícia de Novo Horizonte; Dr. Pedro Simão Rosa Vitoriano, Delegado Seccional de Polícia de Jales; Dr. Roberto Cezário da Silva, Delegado Seccional de Polícia de São José do Rio Preto; Dr. Maurício José Rodrigues, Delegado de Polícia Assistente da Delegacia Seccional de Polícia de Votuporanga, respondendo pelo expediente durante afastamento até dezembro de 2005, para participação de curso em São Paulo, do Dr. Celso Reis Bento, Delegado Seccional; Dra. Margarete Franco, Delegada de Polícia Assistente da Delegacia de Defesa da Mulher de São José do Rio Preto, representando a Dra. Dálise Aparecida Ceron, Delegada Titular; Professor José Luis Santos de Oliveira, Diretor da UNIP- Universidade Paulista, Campus de São José do Rio Preto; Professora Adriana Xavier, Coordenadora Geral da UNIP - Universidade Paulista, Campus de São José do Rio Preto; Maria Aparecida Abreu Canzela, Assessora da Secretaria Municipal da Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania, representando a Secretária Municipal, Maria Sílvia Lima Bastos Fernandes; Jirair Karabachian, Presidente de CONSEG, representando todos os CONSGs de São José do Rio Preto; Renato Pupo de Paula, Delegado de Polícia Assistente do DEINTER 5; Dra. Gilka Gattás, Dra. Claudia Figaro-Garcia e Dr. Marcelo Neumann do **Caminho de Volta**. Nesta reunião a Dra. Gilka Gattás forneceu uma rápida apresentação do Projeto e algumas idéias foram discutidas como, por exemplo, uma parceria com a UNIP para o encaminhamento das famílias para a clínica-escola da Faculdade de Medicina e futuramente o mesmo procedimento com a UNIP de Araçatuba. Os demais representantes das outras entidades deram sugestões e se prontificaram a divulgar o projeto e a inseri-lo em suas atividades, principalmente no fortalecimento da rede psicossocial.

Local: UNIP - Universidade Paulista - Campus São José do Rio Preto

Horário: das 14h às 17h

Público: Representantes da Câmara Municipal, representantes das Seccionais de São José do Rio Preto e Catanduva.

Participantes: 28 pessoas

A cerimônia de lançamento do **Caminho de Volta** contou com a presença do Diretor do DEINTER 5, Dr. Waldomiro Bueno. Dra. Gilka Gattás apresentou o **Caminho de Volta** e contou com a presença do Vereador Jorge Menezes, o Vereador Melvin Alves, o assessor do Vereador Vanildo, o Diretor da UNIP, Dr. José Luis Santos de Oliveira.

Local: UNIP - Universidade Paulista - Campus São José do Rio Preto

Horário: das 9h30 às 12h

Público: Representantes das Seccionais, DDM e DIG de São José do Rio Preto, Catanduva, Araçatuba, Fernandópolis, Jales, Andradina, Novo Horizonte, Votuporanga

Participantes: 33 pessoas

Foi realizado o treinamento dos profissionais envolvidos no **Caminho de Volta** para aplicação dos questionários e para a coleta de material biológico.



DEINTER 5
São José do Rio Preto
01/07/05

6. VI ENCONTRO PROJETO CAMINHO DE VOLTA:

DEINTER 8 - 08 e 09 de julho de 2005, Presidente Prudente, SP.

Local: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo

Horário: das 9h30 às 12h

Público: Representantes das Seccionais de Venceslau Brás, Adamantina, Presidente Prudente, do Projeto Sentinela, da BPW (Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Presidente Prudente), das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo e jornalistas da TV Fronteira.

Participantes: 59 pessoas

Foi inaugurada a sala de atendimento do **Caminho de Volta** na Delegacia Participativa de Presidente Prudente com a presença do Diretor do DEINTER 8, Dr. Dirceu Jesus Urdiales, da Dra. Gilka Gattás, Dra. Claudia Figaro-Garcia, Marcelo Neumann e Sra. Nancy Peres Escorboza da BPW (Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Presidente Prudente).

Na seqüência foi realizada uma reunião, nas Faculdades Toledo, com o Diretor do DEINTER 8, Dr. Dirceu Jesus Urdiales, com representantes das Seccionais de Venceslau Brás, Adamantina, Presidente Prudente, entre eles delegados, escrivães e investigadores de polícia. Também estavam presentes representantes do Projeto Sentinela, da BPW (Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Presidente Prudente), das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo e jornalistas da TV Fronteira. Nessa reunião a Dra. Gilka Gattás apresentou resumidamente o **Caminho de Volta** e a Dra. Claudia Figaro-Garcia ressaltou a importância do eixo psicossocial. O Dr. Marcelo Neumann pediu que cada participante da reunião se apresentasse e dissesse qual a instituição que representava. Tal fato possibilitou que todos se conhecessem e que a rede psicossocial pudesse ser discutida para a implantação do **Caminho de Volta** na região do DEINTER 8.

Local: Anfiteatro Dr. José Cupertino D'Arce - Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo

Horário: das 20h30 às 22h

Público: Representantes de Prefeituras Municipais de Dracena, Regente Feijó, Venceslau Brás, da Polícia Militar, da Assembléia Legislativa, das Seccionais de Presidente

Venceslau, Adamantina, Presidente Prudente, da BPW (Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Presidente Prudente), das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo.

Participantes: 400 pessoas

Foi realizada a cerimônia de lançamento do **Caminho de Volta** em Presidente Prudente por meio de uma mesa composta pelo Dr. Dirceu Jesus Urdiales, Diretor do DEINTER 8; Dra. Gilka Gattás, do **Caminho de Volta**; Sra. Nancy Peres Escorboza, Presidente da BPW - Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Presidente Prudente; Sra. Carolina Martins Fernandes, Coordenadora de Extensão e Assuntos Comunitários das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo; Dr. Elzio Stelato Junior, Prefeito do Município de Dracena e Presidente da AMINAP – Associação dos Municípios da Alta Paulista; Dr. Marco Rocha, Prefeito do Município de Regente Feijó e Presidente da UNIPONTAL – Associação dos Municípios do Pontal do Paranapanema e o Deputado Estadual Bragato.

A cerimônia teve a participação do Coral dos Funcionários Públicos.

Dra. Gilka Gattás fez a apresentação do **Caminho de Volta**.

Local: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo

Horário: das 9h30 às 12h

Público: Representantes das Seccionais de Presidente Venceslau, Adamantina, Presidente Prudente, Oswaldo Cruz, da BPW - Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Presidente Prudente, das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo.

Participantes: 55 pessoas

A Dra. Claudia Figaro-Garcia demonstrou como realizar a coleta de material biológico e como proceder na entrevista e aplicação dos questionários e do consentimento pós-informado.

A equipe que realizará os atendimentos às famílias na região do DEINTER 8 é composta por psicólogas voluntárias da BPW - Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Presidente Prudente.



DEINTER 8
Presidente Prudente
08/07/05

7. VII ENCONTRO PROJETO CAMINHO DE VOLTA:

DEINTER 3 - 29 e 30 de julho de 2005, Ribeirão Preto, SP.

Local: Sede do DEINTER 3

Horário: das 14h às 16h30

Público: Representantes das Seccionais de São Joaquim da Barra, Franca, Sertãozinho, Araraquara, Barretos, Taquaritinga, Bebedouro, Ribeirão Preto, do Núcleo de Atenção Integrada (NAI) de Ribeirão Preto, da Secretaria Municipal da Cidadania de Ribeirão Preto e do Conselho Regional de Psicologia, sede Ribeirão Preto.

Participantes: 20 pessoas

Nesta reunião, o **Caminho de Volta** foi resumidamente apresentado e foi discutido como poderia ser implantado em Ribeirão Preto e região, como se daria o fluxo e quem participaria efetivamente no atendimento às famílias.

Foi decidido que, inicialmente, o projeto seria instalado na DIJU de Ribeirão Preto, cuja delegada, Dra. Sílvia Cristina Carreta, seria a responsável. Futuramente, seriam analisadas que cidades apresentarão uma maior demanda para que novos postos sejam instalados.

Alguns psicólogos que souberam do **Caminho de Volta** foram convidados a participar desta reunião. Após a mesma, decidiram ser voluntários e vão atender as famílias na DIJU. São eles: Pedro Peixoto Calil, Rodrigo Gonzáles de Oliveira e Rodrigo Otávio Néri de Mattos.

Local: Auditório da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Horário: das 20h às 22h

Público: Representantes das Seccionais, DIS, DDM, DIG, DIJU de São Joaquim da Barra, Franca, Sertãozinho, Araraquara, Barretos, Taquaritinga, Bebedouro, Ribeirão Preto, do Núcleo de Atenção Integrada (NAI) de Ribeirão Preto, da Secretaria Municipal da Cidadania de Ribeirão Preto, Conselho Regional de Psicologia, sede Ribeirão Preto, CEMEL (Centro de Medicina Legal da USP Campus Ribeirão Preto), Instituto de Criminalística de Ribeirão Preto, Secretaria da Cidadania e Desenvolvimento Social, Liga das Senhoras Católicas de Ribeirão Preto, Programa Sentinela, Centro Integrado de Apoio Familiar (CIAF).

Participantes: 219 pessoas

Foi realizada uma cerimônia de lançamento do **Caminho de Volta** na região e Ribeirão Preto por meio de uma mesa composta pelo Dr. Anivaldo Registro, Diretor do DEINTER 3, Dra. Gilka Gattás, Dra. Claudia Figaro-Garcia, Marcelo Neumann e representantes de órgãos oficiais.

Após execução do Hino Nacional, o coral de crianças da Creche Modelo apresentou duas músicas.

Em seguida, Dra. Gilka Gattás apresentou o **Caminho de Volta** e respondeu às questões que a platéia elaborou.

Local : Sala de Aula da FABAN

Horário: das 10h às 12h

Público: Representantes das Seccionais, DIS, DDM, DIG, DIJU de São Joaquim da Barra, Franca, Itápolis, Batatais, Jaboticabal, Olímpia, São Carlos, Monte Alto, Hutinga,

Guaira, Sertãozinho, Araraquara, Barretos, Taquaritinga, Bebedouro, Ribeirão Preto, psicólogos voluntários.

Participantes: 97 pessoas

Dra. Gilka Gattás apresentou resumidamente os quatro eixos principais do **Caminho de Volta**, pois muitos não foram à cerimônia de lançamento no dia anterior.

Em seguida, a Dra. Claudia Figaro-Garcia demonstrou como realizar a coleta de material biológico e como proceder na entrevista e aplicação dos questionários e do consentimento pós-informado.



*DEINTER 3
Ribeirão Preto
30/07/05*

8. VIII ENCONTRO PROJETO CAMINHO DE VOLTA:

DEINTER 7 - 26 e 27 de agosto de 2005, Sorocaba, SP.

Local: DEINTER 7

Horário: das 14h às 17h

Público: Representantes das Seccionais, DIS, DDM, DIG, DIJU de Sorocaba, Botucatu, Itapetininga, Avaré, Itapeva, da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Sorocaba e psicólogos voluntários.

Participantes: 20 pessoas

O Diretor do Deinter 7, Dr. José Maria Coutinho Florenzano, não esteve presente uma vez que participava de um compromisso fora de Sorocaba. Como seu representante, foi designado o Delegado Renato Cruz Swensson. Nesta reunião, o **Caminho de Volta** foi resumidamente apresentado e foi discutido como poderia ser implantado em Sorocaba e região, como se daria o fluxo e onde seria realizado. A princípio, o projeto seria implantado nas seccionais do DEINTER 7. Dra. Gilka Gattás apontou a importância do mesmo ser centralizado, inicialmente, em um local como Sorocaba e depois ser expandido. Em Sorocaba ele será implantado na própria Seccional que já conta com uma equipe de estagiárias da graduação em Psicologia, que estão no último semestre do curso, mas que já trabalham nesta delegacia há certo tempo, sendo supervisionadas por uma psicóloga da Universidade Paulista - UNIP.

A estagiária Aline Simon N. da Silva recebeu o treinamento da aplicação dos ques-

tionários família e criança/ adolescente, pois a coleta de material biológico será realizada por uma equipe do IML de Sorocaba.

Tanto os delegados da Seccional de Botucatu quanto de Avaré verbalizaram o desejo de que houvesse uma cerimônia oficial de implantação do **Caminho de Volta** nestas respectivas cidades. A princípio, Dra. Gilka Gattás concordou em fazer esta cerimônia no dia 7/10/2005 em Botucatu, uma vez que já iria para esta cidade para participar de outro evento. Quanto a Avaré, tal fato ainda seria ser estudado.

Local : Auditório da Fundação Ubaldino do Amaral - FUA

Horário: das 20h às 22h

Público: Representantes das Seccionais, DIS, DDM, DIG, DIJU de Sorocaba, Botucatu, Itapetininga, Avaré, Itapeva, representantes de Vereadores, Deputados Estaduais, Polícia Militar, Exército, Vara de Infância e Juventude de Sorocaba, Conseg, imprensa e sociedade civil

Participantes: 122 pessoas

Foi realizada uma cerimônia de lançamento do **Caminho de Volta** no auditório da Fundação Ubaldino do Amaral mantenedora do *Jornal Cruzeiro do Sul* da cidade de Sorocaba. O Hino Nacional foi apresentado pelo Coral de Surdos Mudos de Sorocaba, que apresentou outras duas músicas. Em seguida, Dra. Gilka Gattás apresentou o **Caminho de Volta**.



*DEINTER 7
Sorocaba
27/08/05*

9. IX ENCONTRO PROJETO CAMINHO DE VOLTA:

DEINTER 6 - 29 e 30 de setembro de 2005, Santos, SP.

Local: UNISANTOS

Horário: das 17h às 18h30

Público: Representantes das Seccionais, GOE, DIS, DDM, DIG, DIJU, Unidade de Inteligência de Santos, Itanhaém, Praia Grande, Guarujá, Registro, Jacupiranga, Bertioga, Cubatão, São Vicente, estudantes do Serviço Social

Participantes: 48 pessoas

Nesta reunião, o **Caminho de Volta** foi resumidamente apresentado e foi discutido como poderia ser implantado em Santos e região, como se daria o fluxo e onde seria realizado. A princípio, o projeto seria implantado no Palácio da Polícia, sede do DEINTER 6, na Seccional de Santos. Dra. Gilka Gattás apontou a importância do mesmo ser centralizado, inicialmente, em um local como Santos e depois ser expandido. Em Santos, o projeto terá, a princípio, uma equipe composta por assistentes sociais. Mas a Prefeitura Municipal de Santos bem como a Universidade de Santos se prontificaram a contatar psicólogos formados e /ou estagiários que serão supervisionados.

A proposta inicial seria organizar equipes nos demais Seccionais do Deinter 6 como Jacupiranga, Itanhaém, Registro. Todavia, será a equipe da Seccional de Santos que inicialmente atenderá os casos e fornecerá todas as informações às demais seccionais.

Local: UNISANTOS

Horário: das 20h às 22h

Público: Representantes das Seccionais, GOE, DIS, DDM, DIG, DIJU, Unidade de Inteligência de Santos, Itanhaém, Praia Grande, Guarujá, Registro, Jacupiranga, Bertioga, Cubatão, São Vicente, estudantes do Serviço Social, de Psicologia, representantes e profissionais da Prefeitura Municipal de Santos, Cananéia, Itariri, Ilha Comprida, Iguape.

Participantes: 45 pessoas

O lançamento oficial do **Caminho de Volta** foi marcado com a assinatura do Protocolo de Intenções assinado pelo Diretor do DEINTER 6, Dr. Everardo Tanganelli Junior, e pela Dra. Gilka Gattás, que visa a operacionalização do referido projeto na região do litoral sul do estado de São Paulo.

Além disso, foi assinada a Portaria nº 4/2005 e o Regulamento Interno da Operacionalização do **Caminho de Volta** no DEINTER 6 - SANTOS, elaborada e assinada também pelo Dr. Tanganelli e pela Dra. Gilka Gattás, que prevê que as Delegacias Seccionais de Santos, Registro, Itanhaém, e Jacupiranga deverão constituir equipes técnicas para a operacionalização do **Caminho de Volta**, bem como os procedimentos de envio de material para o projeto.

Após a assinatura destes documentos a Dra. Gilka Gattás fez uma palestra de apresentação do **Caminho de Volta** e de seus primeiros resultados.

Local: UNISANTOS

Horário: das 10h às 13h

Público: Representantes das Seccionais, DIS, DDM, DIG, DIJU, de Santos, Itanhaém, Praia Grande, Guarujá, Registro, Jacupiranga, Bertioga, Cubatão, São Vicente, estudantes do Serviço Social, de Psicologia, representantes e profissionais da Prefeitura Municipal de Santos, Cananéia, Itariri, Ilha Comprida, Iguape.

Participantes: 42 pessoas

A Dra. Claudia Figaro-Garcia fez a capacitação para aplicação do consentimento pós-informação, do questionário família e questionário criança/adolescente do **Caminho de Volta**. Foi feita a demonstração da coleta de material biológico e

esclarecidas diversas dúvidas sobre o procedimento.

No final da Capacitação, a Dra. Elisabeth Lins ofereceu o DEINTER 6 para organizar o *II Seminário Estadual do Caminho de Volta*, a ser realizado no ano de 2006. Além disso, foi discutida a possibilidade de o **Caminho de Volta** participar do Projeto Verão que as polícias civil, militar e corpo de bombeiros realizam todos os anos na temporada de férias na cidade de Santos.



DEINTER 6
Santos
29-30/10/05

ANEXO II PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, ENCONTROS E SEMINÁRIOS

Desde a elaboração do **Caminho de Volta** buscamos parceiros governamentais e da iniciativa privada a fim de garantir a sustentabilidade do Projeto/Programa, para que o mesmo fosse oferecido gratuitamente à população, como tem sido feito até agora. O apoio da FMUSP também tem sido essencial para a execução e visibilidade do Projeto. Logo após o seu lançamento, recebemos um convite do Pró-Reitor de Pesquisa da USP para que, junto com outros quatro projetos, representasse a USP na Feira BRASILTEC – 3º Salão e Fórum de Inovação Tecnológica, realizada no Anhembi, São Paulo, SP, em novembro de 2004. Posteriormente, fomos convidados pelo Pró-Reitor de Cultura e Extensão da USP para incluir um artigo sobre o Projeto no primeiro volume da *Revista de Cultura e Extensão da Universidade*, lançada em agosto de 2005 (Gattás et al., 2005a).

17 a 20 de novembro de 2004 – Participação no BRASILTEC – 3º Salão e Fórum de Inovação Tecnológica. Anhembi, São Paulo, SP. Foi um dos cinco projetos escolhidos para representar toda a USP no referido evento.

29 de abril de 2005 – Participação no 1º Seminário sobre Pessoas Desaparecidas – Atuações e Projetos, na Câmara Municipal de São Paulo, com a participação do Dr. Antonio Mestre Junior (DHPP), Dr. Reinaldo Cintra (Corregedoria de Justiça), Vereador José Rogério Farah.

13 a 17 de setembro de 2005 - Participação no 21st Congress of the International Society for Forensic Genetics (ISFG), realizado em Ponta Delgada, Açores, Portugal, apresentando o **Caminho de Volta** e propostas de análise do Banco de dados e DNA do projeto, no cruzamento de informações quando os pais estão ausentes. A partici-

pação da Dra. Gilka Gattás no referido evento foi financiada pela Fapesp - Auxílio Reunião no Exterior (Processo N° 2005/54812-0).

19 de outubro de 2005 - *I Seminário Estadual Caminho de Volta*. A abertura do evento contou com a presença do Secretário de Justiça, Dr. Hédio Silva Junior, Dr. Marcelo Martins de Oliveira, Secretário Adjunto que representou a SSP-SP, representantes da comunidade científica como o Prof. Dr. Giovanni Guido Cerri, Diretor da FMUSP, o Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, Pró-Reitor de Pesquisa da USP, Dr. Alexandre Reis, coordenador da ReDESAP, Dr. Marco Antônio Desgualdo, Delegado Geral de Polícia, Dr. Celso Perioli, Coordenador da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo, Dr. Reinaldo Cintra Torres de Carvalho, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e dos Diretores dos DEINTERs, assim como membros da sociedade civil. O evento teve como objetivo a apresentação dos resultados obtidos durante o primeiro ano de funcionamento do projeto e levantamento de discussões sobre temas relacionados ao desaparecimento infanto-juvenil.



À esq., Dr. Hédio Silva Junior, Dr. Alexandre Reis, Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, Prof. Dr. Giovanni Guido Cerri, Prof. Dra. Gilka Gattás, Dr. Celso Perioli e Dr. Marco Antônio Desgualdo.



À dir., Dr. Marcelo M. Oliveira, Dr. Marco Antônio Desgualdo, Dr. Celso Perioli, Prof. Dra. Gilka Gattás, Prof. Dr. Giovanni Guido Cerri, Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, Dr. Alexandre Reis.

23 a 26 de novembro de 2005 - Participação da equipe do **Caminho de Volta** no *I Encontro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDESAP)*, Brasília-DF. O evento reuniu cerca de 120 profissionais, de todos os Estados brasileiros, envolvidos no registro, investigação e localização de crianças desaparecidas. Considerando o escopo do Encontro, que é o de capacitar e integrar profissionais, conferindo organicidade às ações de cooperação para a localização de crianças desaparecidas, a equipe do **Caminho de Volta** foi convidada a participar da programação, apresentando o projeto, no dia 25/11/05.

19 de setembro de 2006 - *II Seminário Estadual Projeto Caminho de Volta*, realizado no Congresso Internacional Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas, realizado na Universidade Mackenzie, em São Paulo, SP. Nesta ocasião foram apresentados os resultados dos dois primeiros anos de funcionamento do **Caminho de Volta**, além de discussões sobre as atuais políticas públicas direcionadas ao tema do desaparecimento infanto-juvenil e reflexões sobre as possíveis causas do desaparecimento de crianças e de adolescentes do ponto de vista quantitativo e qualitativo.



20, 21 e 22 de setembro de 2006 - Minicurso sobre o **Caminho de Volta**, ministrado pela Prof. Dra. Gilka Gattás, Claudia Figaro-Garcia e Marcelo Moreira Neumann, no Congresso Internacional Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas, realizado na Universidade Mackenzie, em São Paulo, SP.

19 de outubro de 2006 - Participação do **Caminho de Volta** na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Criatividade e Inovação, promovida em São Paulo pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Centro de Pesquisas Renato Archer (CenPRA); Associação Brasileira de Jornalismo Científico – Regional Bauru; Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Pró-Reitoria da Universidade de São Paulo (USP). Foi ministrada uma palestra pela Dra. Claudia Figaro-Garcia sobre o **Caminho de Volta** e a questão do desaparecimento de crianças e adolescentes para alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, realizado no Campus da Cidade Universitária em São Paulo, SP.

07, 17, 21 e 23 de novembro de 2006 - Capacitação, por meio de palestras, ministradas pela Dra. Claudia Figaro-Garcia para os funcionários da SOCICAM, empresa que administra os terminais urbanos e rodoviários da cidade de São Paulo, e para funcionários da São Paulo Transportes/SA-SPTTrans. Campanha de Prevenção em colaboração com o Instituto Mauricio de Sousa, Suzano Papel e Celulose e Jero Produções de Vídeo e Cinema.



Profa. Claudia Figaro-Garcia ministrando aula para funcionários da SOCICAM

23, 24, 25 e 26 de abril de 2007 – Curso de formação destinado aos 175 conselheiros tutelares dos 34 Conselhos Tutelares do município de São Paulo, sobre o tema do desaparecimento de crianças e adolescentes e sobre o funcionamento do **Caminho de Volta**, por meio de palestras ministradas pela Profa. Claudia Figaro-Garcia e pela psicóloga do projeto, Marli Rodrigues Viera, realizado no Anfiteatro do Depto. De Medicina Legal da FMSUP. Esse curso estava previsto como uma das etapas do Convênio/Projeto (008/06) firmado entre a SEDH da Presidência da República e a FFM, com recursos conseguidos por meio da campanha CONTE COMIGO realizada com os funcionários da Votorantin Celulose e Papel.



Profa. Claudia Figaro-Garcia ministrando aula para os Conselheiros Tutelares

ANEXO III PREMIAÇÕES

16 de maio de 2005 – *Voto de Aplauso* à Polícia Civil e à USP pelo lançamento do **Caminho de Volta**: Busca de Crianças Desaparecidas do Estado de São Paulo, recebido na Câmara Municipal de Bauru, requerimento Nº 352/05, por ocasião da implantação do projeto no Deinter IV de Bauru.

05 de junho de 2005 – *Menção Honrosa* recebida no II Prêmio Polícia Cidadã, outorgado pelo Instituto Sou da Paz. Foram 300 projetos inscritos, oito prêmios e sete menções honrosas.

05 de outubro de 2005 - *Voto de Congratulações*, recebido na Assembléia Legislativa de São Paulo, pela passagem do primeiro aniversário do **Caminho de Volta**: Busca de Crianças Desaparecidas no Estado de São Paulo, solicitado pela Deputada Estadual Maria Lúcia Amary (Requerimento Nº 3103 de 2005).

20 de outubro de 2005 - *Voto de Aplauso*, recebido na 62ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santos – Estado de São Paulo, pela implantação, em Santos, do **Caminho de Volta** (Autor: Sandra Regina A. do N. Felinto – Nº 3909/2005).

27 de abril de 2006 - *VII Troféu Vênus* - em celebração ao Dia Nacional da Mulher, outorgado pelo Centro de Integração da Mulher, por méritos na área social, Sorocaba, SP.

29 de junho de 2006 - *Troféu "Soroptimist - Making Difference for Women, Award* in recognition of work to improve the lives of other women" - Prêmio concedido pela

Soroptimist International of Americas, Região São Paulo, Brasil.

08 de agosto de 2006 - *Placa em Homenagem* ao pioneirismo científico na busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo e liderança do **Caminho de Volta** oferecida pelo Centro de Direitos Humanos e Segurança Pública da Academia de Polícia do Estado de São Paulo, São Paulo, SP.

ANEXO IV CAMPANHA SOBRE O DESAPARECIMENTO INFANTO-JUVENIL

A primeira etapa da campanha consistiu em capacitações realizadas por meio de palestras, direcionadas aos funcionários da SOCICAM, empresa que administra os terminais urbanos e rodoviários da cidade de São Paulo, e aos funcionários da São Paulo Transportes/SA - SPTrans, entre eles motoristas e cobradores de ônibus, fiscais de plataformas, recepcionistas, técnicos de manutenção, técnicos administrativos, e seguranças, que foram os agentes multiplicadores para os 63.000 funcionários. As palestras foram sobre o **Caminho de Volta** e a importância de identificar uma criança ou adolescente que circule nos ônibus e nos terminais e que possa ser um desaparecido. Esses profissionais foram esclarecidos sobre a importância de entrarem em contato com a 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas e com o **Caminho de Volta**, uma vez que as famílias das crianças e adolescentes que transitam pelos terminais podem ter sido inseridas no projeto. Foram confeccionadas e distribuídas cartilhas aos supervisores e agentes multiplicadores e panfletos explicativos sobre os procedimentos a serem adotados se motoristas, cobradores e fiscais de ônibus desconfiarem de alguma criança ou adolescente que possa estar sendo procurado pela família.

No dia 13 de dezembro de 2006 a campanha foi lançada para a população com o auxílio SOCICAM e a SPTrans na impressão e distribuição desses cartazes nos quinze mil ônibus que circulam diariamente pela cidade de São Paulo e nos terminais de ônibus urbanos e rodoviários. Outro parceiro importante na campanha foi a **Jero Produções de Vídeo e Cinema**, que realizou um filme de 3 minutos sobre o **Caminho de Volta**, transmitido em telões nos terminais de ônibus urbanos e rodoviários.

Jornal do Ônibus 7.ª Edição

SEU FILHO DESAPARECEU?
Procure o Projeto
"Caminho de Volta"

Leve uma foto em tamanho real para o trabalho e não se esqueça de levar um documento de identificação.

Compre um produto da campanha e ganhe uma chance de ganhar um prêmio.

Podemos ajudar a encontrar seu filho desaparecido.

São 40.000 crianças que desaparecem por ano no Brasil.

SE NÃO CONSIDERAR COM ESTIMADOS

Oferece gratuitamente:

- Banco de DNA
- Apoio psicológico às famílias durante o processo de busca.

PROCURE NOSSA AJUDA!
Delegacia de Pessoas Desaparecidas: (11) 3315-0151 (PABX)
Polícia Militar: 190 - CENICFOR: (11) 3061-7500
www.caminhodevolta.fm.usp.br e-mail: cenicfor@iof.fm.usp.br

USP, SPTrans, SOCICAM, CENICFOR, SÃO PAULO, SÃO PAULO

ANEXO V

QUESTIONÁRIO FAMÍLIA

Nº DHPP: _____ Nº Boletim Ocorrência: _____
Nº Distrito Policial: _____
Cidade: _____ UF: _____
Data da Queixa: ___/___/___ Data do Desaparecimento: ___/___/___
Nº Registro CV: _____ Data da entrevista: ___/___/___

I- IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR

A) Mãe:

Biológica () adotiva () viva () falecida () Idade: ___ Escolaridade: _____

Data de Nasc: ___/___/___ Natural de: _____ UF: _____

Cor de pele: branca () negra () parda () amarela () vermelha ()

Estado Civil com o pai biológico: casada () solteira () divorciada ()

separada () amasiada () viúva () Há quanto tempo? _____

Profissão: _____ Ocupação: _____

Local de trabalho: _____ Desempregada S () N ()

Endereço residencial: _____

Nº apt. _____ Casa _____ Bairro _____ Zona _____

Cidade: _____ Cep: _____ - UF _____

Tels: res () _____ com () _____ Cel: () _____

Outros contatos: _____

Relacionamento atual: casada () solteira () divorciada () separada ()

amasiada () viúva () namorada () Há quanto tempo? _____ Filhos? S () N ()

Nome do companheiro (a): _____

Idade: _____ Data de Nascimento: ___/___/___ Sexo: M () F ()

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Ocupação: _____

Local de trabalho: _____ Desempregado S () N ()

Endereço residencial: _____

Nº apt. _____ Casa _____ Bairro _____ Zona _____

Cidade: _____ Cep: _____ - UF _____

Tels: res () _____ com () _____ Cel: () _____

Outros contatos: _____

B) Pai:

Biológico () adotivo () vivo () falecido () Idade: ___ Escolaridade: _____

Data de Nasc: ___/___/___ Natural de: _____ UF: _____

Cor de pele: branca () negra () parda () amarela () vermelha ()

Estado Civil com a mãe biológica: casado () solteiro () divorciado ()

separado () amasiado () viúvo () Há quanto tempo? _____

Profissão: _____ Ocupação: _____

Local de trabalho: _____ Desempregado S () N ()

Endereço residencial: _____
Nº _____ apt. _____ Casa _____ Bairro _____ Zona: _____
Cidade: _____ Cep: _____ - _____ UF _____
Tels: res () _____ com () _____ Cel:() _____
Outros contatos: _____

Relacionamento atual: casado () solteiro () divorciado () separado ()
amasiado () viúvo () namorado () Há quanto tempo? _____ Filhos? S () N ()

Nome da companheira (o): _____

Idade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ Sexo: M () F ()

Escolaridade: _____ Profissão: _____ Ocupação: _____

Local de trabalho: _____ Desempregado: S () N ()

Endereço: _____

Nº _____ apt. _____ Casa _____ Bairro _____ Zona: _____

Cidade: _____ Cep: _____ - _____ UF _____

Tels: res () _____ com () _____ Cel:() _____

Outros contatos: _____

C) Responsável pela criança ou adolescente:

Nome: _____

Sexo : M () F () Idade: _____ Estado Civil: casado () solteiro () divorciado

() separado () amasiado () viúvo () Há quanto tempo? _____ Tem filhos? _____

Cor de pele: branca () negra () parda () amarela () vermelha ()

Grau de parentesco: irmão(a) () avô (a) () tio (a) paterno () tio (a) materno

() padrinho (a) () tutor(a) () Porque é responsável pela criança? _____

Endereço residencial: _____

Nº _____ apt. _____ Casa _____ Bairro _____

Cidade: _____ Cep: _____ - _____ UF _____

Tels: res () _____ com () _____

Cel:() _____ Outros contatos: _____

Profissão: _____ Ocupação: _____ Local que trabalha: _____

Desempregado: S () N ()

D) Irmãos da criança ou adolescente:

a) Homens ()

biológico () meio irmão () por parte de pai () por parte de mãe ()

adotivo () falecidos ()

Nomes e idades: _____

b) Mulheres ()

biológica () meia irmã () por parte de pai () por parte de mãe ()

adotiva () falecidas ()

Nomes e idades: _____

c) Abortos () Especificar _____

d) Desaparecimentos de outros filhos: sim () não ()

Quem? _____
Quando? _____

II - IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE

a) Nome da criança ou adolescente desaparecido: _____

Sexo: M () F () Idade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Apelido: _____ Natural de: _____ UF: _____
Escolaridade: _____ Repetências: _____ Parou os estudos: S () N ()
Quanto tempo ficou sem estudar? _____

b) **Compleição:** magro () forte () gordo () mediano ()
Peso: _____ Altura: _____ Tamanho de roupa: _____ Tamanho de sapato: _____

c) **Cor de pele:** branca () negra () parda () amarela () vermelha ()

d) **Cor de olhos:** azul () castanho () preto () verde () cinza () outro ()

e) **Cor de Cabelo:** castanho () loiro () preto () ruivo () outros () tingido ()

f) **Tipo de Cabelo:** carapinha () careca () encaracolado () liso () raspado ()

g) **Marcas físicas:** nascença () tatuagem () piercing () cicatriz ()
má formação () Especificar: _____

h) **Deficiência:** mental () física () auditiva () visual () fala ()
Especificar: _____

i) **Saúde:** _____

j) **Gravidez:** S () N () Filhos: _____ **Abortos:** S () N ()

k) **Distúrbio de conduta:** álcool () drogas () infração () outros ()
Especificar: _____

l) **Aspectos emocionais:** alegre () triste () isolada () agitada ()
agressiva () sociável () ciumenta () desinibida () tímida ()

falante () quieta () mentirosa () outros ()
Especificar: _____

III - DADOS SOBRE O DESAPARECIMENTO:

a) **Desaparecimento:** primeira vez () mais de uma vez () _____ vezes
Período que esteve desaparecido: _____

b) **Já foi ao Conselho Tutelar?** Sim () Não ()
Motivo: _____

c) **Queixas anteriores à polícia?** S () N () DP: _____

d) **Local do desaparecimento:** casa () rua () escola () creche ()
local público () shows () hospitais () maternidade () estrada ()
outros ()

e) **Tipo de desaparecimento:** fuga de casa () extorsão mediante seqüestro ()
subtração de incapaz: por estranhos () por familiar () por conhecido () outros () espe-
cificar: _____

f) **Estava sozinho no momento do desaparecimento?** S () N ()

Especificar: _____

g) Desapareceu sozinho? S () N ()

Especificar: _____

h) Quem percebeu o ocorrido _____

i) Medidas tomadas pela família _____

j) A família já procurou atendimento psicossocial? S () N ()

Especificar: _____

k) Tratamento medicamentoso? S () N ()

Especificar: _____

IV - ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR:

a) Família : nuclear () com múltipla composição () Agregados ()

Especificar: _____

b) Descrição da moradia : casa () apartamento () barraco () quintal () cortiço ()

c) Condição da moradia: própria () alugada () em aquisição () cedida ()

Nº de cômodos: () Banheiro interno: () externo ()

Nº de habitantes na casa: _____

d) Queixas anteriores: maus tratos () abuso sexual intrafamiliar ()

abuso sexual () violência sexual () violência conjugal () negligência ()

alcoolismo () tráfico de drogas () adicção () infração () contravenção ()

exploração sexual infantil () internação () miserabilidade ()

Especificar: _____

e) Religião da Família: _____

Observações: _____

V – MATERIAL COLETADO

Nome: _____

Parentesco: mãe () pai () irmão () irmã () avó materna () avô materno ()

avó paterna () avô paterno () outros ()

Especificar: _____

Sangue : S () N () Saliva: S () N () Nº amostras _____

Nome: _____

Parentesco: mãe () pai () irmão () irmã () avó materna () avô materno ()

avó paterna () avô paterno () outros ()

Especificar: _____

Sangue : S () N () Saliva: S () N () Nº amostras _____

VI – FINALIZAÇÃO DO PROCESSO:

Entrevistas de Retorno:

RI : S () N () Presentes: _____

RII : S () N () Presentes: _____
RIII: S () N () Presentes: _____
Observações das entrevistas de retorno:
Encontrada () óbito () Data: ___/___/___
Banco de DNA: sim () não () caso não registrado ()
Assinatura dos entrevistados : _____
Entrevista realizada por: _____

ANEXO VI

QUESTIONÁRIO CRIANÇA/ADOLESCENTE

Nº DHPP: _____ Nº Boletim Ocorrência: _____
Nº Distrito Policial: _____ Cidade: _____ UF: _____
Data que foi encontrada: ___/___/___ Data da entrevista: ___/___/___
Data da Queixa: ___/___/___ Data do Desaparecimento: ___/___/___
Nº CV Criança/Adolescente: _____ Nº CV Família: _____

I - IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE

A) Nome: _____
Sexo: M () F () Idade: _____ Data de Nascimento: ___/___/___
Natural de: _____ UF: _____
Escolaridade: _____ Repetências: _____ Parou de estudar? S () N ()
Quanto tempo ficou sem estudar? _____

B) Características da criança

- Compleição: magro () forte () gordo () mediano ()
- Peso: _____ Altura: _____ Tamanho de roupa: _____ Tamanho de sapato: _____
- Cor de pele: branca () negra () parda () amarela () vermelha ()
- Cor de olhos: azul () castanho () preto () verde () cinza () outro ()
- Cor de Cabelo: castanho () loiro () preto () ruivo () outros () tingido ()
- Tipo de Cabelo: carapinha () careca () encaracolado () liso () raspado ()
- Marcas físicas: nascença () tatuagem () piercing () cicatriz ()
má formação() Especificar: _____
- Deficiência: mental () física () auditiva () visual () fala ()
Especificar: _____
- Distúrbio de conduta: álcool () drogas () infração () outros ()
Especificar: _____
- Saúde: _____
- Gravidez: S () N () Filhos? _____ Abortos: S () N ()

II – IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR

- Mãe: _____
biológica () adotiva () viva () falecida ()
- Pai: _____
biológico () adotivo () vivo () falecido ()
- Responsável pela criança ou adolescente: _____
- Sexo: M () F () Grau de parentesco: irmão(a) () avô (a) () tio (a) paterno ()
tio (a) materno () padrinho (a) () tutor(a) ()
- Porque vive com o responsável? _____
- Irmãos da criança ou adolescente:
Homens () biológico () adotivo () meio irmão () por parte de pai ()
por parte de mãe () falecidas ()
Mulheres () biológica () adotivo () meio irmão () por parte de pai ()
por parte de mãe () falecidas ()

III - DADOS SOBRE O DESAPARECIMENTO:

- Desaparecimento: primeira vez () mais de uma vez () _____ vezes
- Período: _____
- Local do desaparecimento: casa () rua () escola () creche ()
local público () shows () hospitais () maternidade () estrada ()
outros ()
- Especificar: _____
- Tipo de desaparecimento:
fuga de casa sozinho () fuga com amigo(a) () fuga com namorado(a) ()
fuga de casa com irmãos () subtração de incapaz por: familiar ()
por conhecido () por estranhos () extorsão mediante seqüestro () outros ()
- Especificar: _____

- Razão do desaparecimento
medo () aventura () infração () conflito familiar () violência conjugal ()
maus tratos () miserabilidade () abuso sexual intrafamiliar ()
tráfico de drogas ()
- Especificar: _____
- Onde ficou: rua () viaduto () praça () casa de familiar ()
casa de amigo () casa do namorado (a) () casa de estranhos () estações ()
- Especificar: _____
- Local onde foi encontrado: casa () rua () escola () abrigo ()
local público () hospitais () estrada () casa do(a) namorado ()
casa de familiares () casa de amigos () em outra cidade () outros ()
- Especificar: _____
- Como foi encontrado: voltou para casa () pela família () pela polícia ()
pelo hospital () pelo abrigo () pela Febem () Banco DNA () por estranhos ()
- Especificar: _____

- Como se manteve: pedindo esmola () pedindo comida () furtos () ajudado por desconhecidos () ajudado por conhecidos () ajudado por familiares ()

Especificar: _____

- Condições da criança/adolescente encontrada:

maus tratos () abuso sexual intrafamiliar () violência sexual () alcoolismo ()
adicção () infração () exploração sexual infantil () doente () internada ()

Especificar: _____

- Deseja retornar para casa: sim () não ()

Especificar: _____

IV - ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR:

- Família : Nuclear () Múltipla Composição () Agregados ()

Especificar: _____

- Descrição da moradia : casa () apartamento () barraco () quintal () cortiço () No habitantes na casa: _____

- Queixas anteriores

maus tratos () abuso sexual intrafamiliar () violência conjugal () negligência ()
violência doméstica () alcoolismo () adicção () tráfico de drogas ()
infração () exploração sexual infantil () internação () miserabilidade ()

Especificar: _____

- O que você gostaria que mudasse em sua vida? _____

V - OBSERVAÇÕES: _____

VI – MATERIAL COLETADO

- Sangue : sim () não () Mucosa oral : sim () não () amostras : _____

VII – Finalização do processo:

Entrevistas de Retorno:

R1 : S () N () Presentes: _____

R2 : S () N () Presentes: _____

R3: S () N () Presentes: _____

Observações das entrevistas de retorno

- Identificação no Banco de DNA: sim () não () caso não registrado ()

- Identificação em abrigo: sim () não ()

Entrevista realizada por: _____











